



Universidade Católica Portuguesa Centro Regional de Braga

“A construção da identidade e as dinâmicas relacionais entre padrasto e enteado numa família recomposta”

Dissertação de Mestrado apresentada à
Universidade Católica Portuguesa para
obtenção do grau de mestre em
Psicologia, especialização em Psicologia
da Família.

Sónia Marta Vilaça Araújo Costa



FACULDADE DE FILOSOFIA
OUTUBRO 2012



Universidade Católica Portuguesa Centro Regional de Braga

“A construção da identidade e as dinâmicas relacionais entre padrasto e enteado numa família recomposta”

Dissertação de Mestrado apresentada à
Universidade Católica Portuguesa para
obtenção do grau de mestre em
Psicologia, especialização em
Psicologia da Família.

Sónia Marta Vilaça Araújo Costa

Sob a Orientação da Prof.^a Doutora **Armanda
Paula Cunha Gonçalves**



FACULDADE DE FILOSOFIA
OUTUBRO 2012

Agradecimentos

A concretização desta investigação deu-se graças a pessoas importantes nas quais não podíamos deixar de assinalar o nosso apreço e o nosso reconhecimento.

Primeiramente, gostava de agradecer à família pelo apoio de sempre.

Obrigada aos amigos, ao Diogo, ao Guilherme e à Rafaela pelo seu apoio.

Obrigada a todas as pessoas que ajudaram na publicitação do estudo, nomeadamente ao Francisco e à Rosa.

Obrigada à família “Mendes” pela sua total disponibilidade e pela sua participação.

E um eterno e grato obrigado à Doutora Armanda Gonçalves pela paciência e pela dedicação.

Obrigada a todos!

Resumo

As famílias recompostas podem ser definidas como famílias em que pelo menos um dos cônjuges é padrasto ou madrasta do filho(s) do actual companheiro(a).

Esta investigação tem como objectivo perceber como é construída a identidade e as dinâmicas relacionais entre padrasto e enteado numa família recomposta, através de um estudo de caso instrumental de natureza qualitativa. Foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas, aplicadas ao casal, ao enteado e aos avós da família reconstituída. Foi aplicado o *Remarriage Belief Inventory* (Higginbotham & Adler-Baeder, 2008), o *Stepparent Role Strain Index* (Fellmann, Galán, Roque & Galán, 2008), a *La Duppia Luna* (Greco, 1999) e o *Ecomapa* (Hartman, 1978). Neste trabalho iremos detalhar os resultados da aplicação do *Stepparent Role Strain Index* (Fellmann, Galán, Roque & Galán, 2008).

Os principais resultados mostram-nos que na construção do casal recomposto existe a interferência entre o subsistema conjugal e filial. Apesar de existir uma dimensão afectiva, relacional e ética verificam-se dificuldades na relação. Para além disso, observa-se a presença de idealizações e expectativas da nova união. Na construção do papel do padrasto e a construção da relação entre padrasto e enteado, destaca-se a centralidade da figura materna e a importância do factor tempo.

Palavra-chave: Identidade; Dinâmicas relacionais nas famílias reconstituídas

Abstract

The stepfamilies can be defined as the families where at least one of the partners is a stepfather or stepmother of the son's current mate.

This research has on its purpose to understand how the identity and the relational dynamics between stepfather and stepson are constructed in a stepfamily, through a instrumental case study with a qualitative nature. We used semi-structured interviews which were applied to the couple, to the stepson, and to the grandparents of the stepfamily. The instruments applied were the *Remarriage Belief Inventory* (Higginbotham & Adler-Baeder, 2008), the *Stepparent Role Strain Index* (Fellmann, Galán, Roque & Galán, 2008), the *La Duppia Luna* (Greco, 1999) and the *Ecomapa* (Hartman, 1978). In this work we will present the details of the results of the *Stepparent Role Strain Index* application (Fellmann, Galán, Roque & Galán, 2008).

The main results show us that at the construction of the stepfamily's couple there is an interference between the conjugal and the filial subsystem. Although there is an affective, relational and ethic dimension, difficulties in the relationship are verified. Besides, a presence of idealizations and expectations for the new union are observed. In the stepfather's role construction and the construction of the relationship between stepfather and stepson, the centrality of the motherly figure is highlighted as well as the importance of the time factor.

Key-words: Identity, relational dynamics in reconstituted families

Índice

Resumo	IV
Abstract.....	IV
Índice de Anexos	VI
Índice de Figuras	VII
Índice de Siglas.....	VII
Introdução.....	1
Capítulo 1 – Enquadramento e contextualização teórica do estudo	4
1. A perspectiva social sobre a família	5
2. O divórcio e o seu impacto psicológico	12
3. Do divórcio à recomposição familiar	19
Capítulo II. Enquadramento e Contextualização Metodológica do Estudo.....	32
1. Método.....	33
2. Desenho do Estudo	36
3. Participantes	41
4. Instrumentos	42
5. Procedimentos	54
5.1.1. Análise das Entrevistas	58
5.1.2. Análise do Remarriage Belief Inventory e do Stepparent Role Strain Index ...	60
5.1.3. Análise da “La Doppia Luna”	60
5.1.4. Análise do Ecomapa	63
6. Apresentação dos Resultados	67
7. Discussão dos Resultados	89
7.. 1A construção do papel do padrasto e a construção da relação entre padrasto e enteado.....	95
8. Conclusão	98
Referências Bibliográficas.....	101

Índice de Anexos

Anexo I – Questionário sócio-demográfico dirigido ao casal	114
– Famílias recompostas –	114
Anexo II – Questionário sócio-demográfico dirigido ao filho/enteado.....	117
– Famílias recompostas –	117
Anexo III – Questionário sócio-demográfico dirigido aos avós.....	119
– Famílias recompostas –	119
Anexo IV – Guião das Entrevistas Piloto dirigido ao Casal e Enteado.....	121
Anexo V – Entrevista final dirigida ao casal	123
Anexo VI – Guião da Entrevista dirigida ao enteado.....	126
Anexo VII – Guião da Entrevista dirigida aos avós maternos	127
Anexo VIII – Inventário sobre as Crenças no Recasamento	128
Anexo IX – Guião do Índice de Tensão Associado ao Papel do Padrasto/Madrasta ...	131
Anexo X – Folha de Resposta da Dupla Lua.....	133
Anexo XI – Guião das Instruções da Dupla Lua	134
Anexo XII – Guião da instrução Ecomapa	135
Anexo XIII – Folha Resposta Ecomapa	137
Anexo XIV – Carta de Publicitação do Estudo	138
Anexo XV – Consentimentos Informados dirigidos ao casal, enteado e avós	140
Anexo – XVI Grelha de Análise.....	145
Anexo XVII - Grelha de Análise: A Dupla Lua (Versão Conjunta)	160
Anexo XVIII - Grelha de Análise: A Dupla Lua (Versão Casal).....	172
Anexo XIX– Grelha de Análise do Ecomapa Versão Casal/Família	182
Anexo XX – Grelha de Análise do Ecomapa, Versão Individual	189

Índice de Figuras

<i>Figura 1.</i> Desenhos das Duplas Luas do Casal, do Filho e da Família em Conjunto ...	81
<i>Figura 2.</i> Desenhos do Ecomapa do Casal e do Filho	84
<i>Figura 3.</i> Mútua influência entre subsistema conjugal e filial	89
<i>Figura 4.</i> Esquema ilustrativo do possível pacto conjugal na família recomposta	92
<i>Figura 5.</i> Diferenças no ciclo de vida de cada membro do casal recomposto	93
<i>Figura 6.</i> Esquema representativo da centralidade da mãe	95
Quadro 1. Quadro Síntese dos principais resultados da investigação	86

Índice de Siglas

RMBI – Remarriage Belief Inventory
SPRS – Stepparent Role Strain Index
EPC – Entrevista Piloto Casal
EPF – Entrevista Piloto Filho
EFC – Entrevista Final Casal
EFF/E – Entrevista Final do Filho/Enteado
EFA – Entrevista Final Avós
DLC – Dupla Lua Casal
DLF – Dupla LUA Filho
DLFC – Dupla Lua Família em Conjunto
EC – Ecomapa Casal
EF – Ecomapa Filho

Introdução

Em todo o mundo, o conceito de família nuclear e o casamento passaram por transformações. A expressão mais marcante dessas transformações ocorreu no final da década de 60, com o aumento do número de separações e divórcios. A partir daí, surgem inúmeras organizações familiares alternativas, como casamentos sucessivos com parceiros distintos e filhos de diferentes uniões, as famílias monoparentais e as famílias recompostas (Simionato & Oliveira, 2003).

Com a ocorrência de transformações no âmbito cultural, económico, político e social, a instituição familiar tem sido fortemente afectada (Amazonas & Braga, 2006). A família na contemporaneidade caracteriza-se então por uma pluralidade de formas: Tal como sublinha Ferreira e Rorhmann (2008, p.2): “o modelo familiar oitocentista perde a hegemonia para as formas plurais, organizadas sob variados modos.

A nível nacional, (evidenciado que o recasamento tem vindo a fazer o seu percurso cada vez com maior visibilidade no espaço das práticas conjugais na nossa população), destacamos este movimento de subida dos recasamentos, do aumento do número de divórcios, e da descida da nupcialidade que se insere num conjunto mais vasto de indicadores demográficos reveladores das profundas transformações registadas, desde a década de 1970, na família em Portugal (Lobo & Conceição, 2003).

Dada a existência destas pluralidades, as separações conjugais são responsáveis pela emergência de uma nova configuração familiar, as famílias recompostas. Actualmente, surgem relacionadas com o divórcio, ao contrário do que acontecia anteriormente, em que a formação destas famílias acontecia devido à morte de um dos cônjuges (Costa, 1994).

O termo famílias recompostas indica que são famílias reelaboradas e reconfiguradas. A recomposição familiar torna extensas as redes familiares, que vão desde os novos cônjuges, os filhos de um ou de ambos, mas também os do outro cônjuge. É a lógica dos meus, dos teus e dos nossos (Leandro, 2001). Esta configuração familiar é assim pautada por uma multiplicidade de vínculos familiares, pela ambiguidade dos papéis e pelo destaque que ganha o elemento afectivo (Ferreira & Rorhmann, 2008), trazendo consigo uma realidade vivencial e relacional, que até então não estava prefigurada na família tradicional (Medeiros, 2004).

Deste modo, falar de padrastos, madrastas e enteados nas famílias recompostas é falar em novas formas de parentalidade, novas formas de conjugalidade, novas formas

de filiação nas relações familiares, mas é também falar de “velhas” e “novas” famílias que se cruzam, dotando a família actual de dinâmicas relacionais muito particulares, onde há uma urgência cada vez maior de compreender a sua globalidade dentro do sistema familiar.

Ao nível da investigação sobre as famílias recompostas, estas obtiveram uma atenção tardia por parte das ciências sociais. A nível europeu, mais concretamente em França, o termo “*famílias recompostas*” surge pela primeira vez numa revista francesa em 1987. Nos EUA, em meados dos anos 70 surgem estudos em várias áreas científicas, através do termo *stepfamilies* (Lobo, 2005).

No caso particular dos estudos norte-americanos, a investigação centra-se ao nível do novo casal reconstituído, focam-se principalmente sobre as especificidades destas configurações familiares comparativamente com as famílias nucleares, mas também, as dificuldades destes novos elementos (padrastos/madrastas) face ao novo papel que desempenham (Green & Anderson, 1999; Fine, Voydanoff & Donnelly, 1993) Ao nível das fratrias, a produção científica focaliza-se sobretudo no impacto psicológico da segunda união e as vicissitudes das suas relações com os companheiros dos seus pais biológicos (Collins, Newman & McKenry, 1995; Bussell, Neiderhiser, Simmens, Howe, Pike, Plomin & Hetherington, 1999; Bray & Harvy, 1995).

Nas investigações Brasileiras, o objecto de estudo centra-se igualmente nas dificuldades destes novos elementos e nos mitos em redor do seu papel na nova família (Falcke & Wagner, 2000; Souza & Benetti, 2009).

Em Espanha, verificamos que a literatura revista centra-se igualmente nas dificuldades do papel do novo companheiro e a construção da maternidade/paternidade (Rivas, 2008; Rubio & Peres, 2008; Fellmann, Galán, Diaz & Freire, 2003).

Em Itália, o fenómeno das famílias recompostas mais recentemente é objecto de estudo e de análise (Browning, Accordini, Gennari & Cigoli, 2010). Porém, actualmente, o estudo destas famílias obteve uma maior atenção, e os estudos realizados passa pelo aprofundamento das relações familiares entre padrastos, madrastas e enteados (Greco 2006; Frascascato, Cagnetti, Greco, 1996 cit in. Greco & Roncari, 2006; Cigoli & Gennari, 2010; Cigoli & Scabini, 2006; Cigoli, 2006).

A nível nacional, pelos resultados obtidos nas pesquisas bibliográficas realizadas, denota-se uma enorme carência de estudos a nível psicológico das famílias recompostas, tendo-se verificado apenas estudos de cariz sociológico (Lobo, 1995; 2005; 2009), mais especificamente através dos censos (Leite, 2003) e a referência ao

tema em alguns capítulos de alguns livros (Relvas & Alarcão, 2002; Alarcão, 2002; Leandro, 2001).

Em alguns países europeus, a invisibilidade social e jurídica destas famílias deve-se não tanto à sua especificidade estrutural, que as afasta do modelo dominante (família nuclear), mas porque elas incorporam a dificuldade e a necessidade de se repensar culturalmente a família, a parentalidade e a filiação (Lobo, 1995).

No âmbito desta investigação sobre a temática das famílias recompostas, o presente estudo segue uma metodologia qualitativa, através de um estudo de caso de natureza instrumental, em que se pretende compreender com uma maior profundidade a construção da identidade e as dinâmicas relacionais entre padrasto e enteado.

**Capítulo 1 – Enquadramento e contextualização
teórica do estudo**

1. A perspectiva social sobre a família

Uma perspectiva social sobre a família permite-nos compreender a sua evolução ao longo dos tempos, nomeadamente a sua estrutura, as suas mudanças e a forma como se foram construindo as relações entre os seus membros. No último século, alguns fenómenos sociais de ordem económica, política, social, cultural tiveram influência na família e na forma como se constroem as relações. Em meados do século XX, envolvido nestas transformações sociais, o aumento do divórcio é responsável pelo aparecimento de uma nova configuração familiar, as famílias recompostas.

Neste sentido, faremos um breve percurso pelas transformações sociais da família na contemporaneidade e uma “viagem” social pelas famílias recompostas até aos nossos dias.

1.1. Um olhar social sobre a família na contemporaneidade

A tentativa de compreender a família na actualidade implica compreendê-la no seu passado e no seu percurso evolutivo ao longo dos séculos. Tal como sublinha Sacareno (1992), um olhar evolutivo sobre a história da família constitui uma tentativa de compreensão do modo como a sociedade ou um grupo social organiza a sua vida quotidiana, as suas relações, a atribuição de significados e a sua forma de estar face ao mundo.

A adoção de um olhar social sobre a família na contemporaneidade permite-nos um enquadramento histórico sobre a sua evolução ao longo do último século, de modo a verificar como as mudanças culturais e sociais que se foram instalando nas nossas sociedades, caminham lado a lado com a família, que não se cinge apenas a uma realidade natural, é constituída por uma realidade cultural, modelada pela cultura de cada povo (Albuquerque, 2004).

Como prova desta inter-relação entre sociedade e a família, as mudanças sociais tiveram os seus efeitos a nível familiar. Com a industrialização emerge uma nova economia, a da transformação tecnológica. Por sua vez, a incorporação da mulher no mercado de trabalho marca uma tendência por uma igualdade entre géneros. Assiste-se também a uma mudança demográfica, a passagem de uma sociedade rural para uma sociedade urbana, implicando uma separação das pessoas das suas famílias de origem. O progresso associado a esta fase traz consigo um decréscimo da mortalidade e a diminuição da natalidade, implicando um envelhecimento da população. O ciclo

familiar alarga-se, a viuvez ocorre cada vez mais tarde e a presença dos filhos prolonga-se até idades mais tardias (Albuquerque, 2004).

Esta descrição permite-nos ter uma visão concreta da mútua influência entre sociedade e família e como ambos se vão construindo. Verifica-se que a família, participando das transformações sociais, torna-se também num sujeito-actor, isto é, ao receber influências da sociedade, ela própria também é produtora de mudanças, implementando novos valores, a par de outros herdados e agora reinterpretados, transmitindo-os às novas gerações (Leandro & Leandro, 2004).

Na actualidade, uma análise social da família revela-nos várias tendências de evolução, desde as transformações nos papéis femininos e masculinos, novos valores familiares, diminuição da fecundidade e aumento da esperança de vida, maior autonomia das pessoas e dos casais, aumento das coabitações, as famílias monoparentais, aumento do divórcio e do recasamento (Wall, 2003; Fuster & Ochoa, 2000). Estas tendências são entendidas como um sinal dos processos de modernização da vida familiar, cada vez mais privada e adaptada às exigências dos ritmos individuais, numa resposta prática ao declínio do casamento, como instituição em prol da realização afectiva das pessoas (Aboim, 2002; Ferreira & Aboim, 2002).

Se olharmos para a evolução da família, verificamos que no passado a família valorizava a preservação do património familiar ao contrário da família moderna que se expressa através da afectividade entre os seus membros. Tal como argumenta Sacareno (1992), as representações sociais contemporâneas sobre o casamento enfatizam e centram a sua ideologia partindo da dimensão sentimental entre os cônjuges. Se outrora, esta dimensão era vista como um factor potencialmente perigoso para as estratégias familiares, nas sociedades ocidentais actuais, a falta desta componente afectiva constitui-se como um elemento fracturante na relação marital.

A par destas alterações no modo de viver o matrimónio, o viver junto tornou-se uma prática muito comum em qualquer sociedade. Aliás, no contexto nacional, dados dos Censos de 2001 apresentam-nos estas transformações sociais na família portuguesa, mostrando o aumento da coabitação, em particular os casais sem filhos, o aumento dos casais em união de facto e a expressão significativa da recomposição familiar (Ferreira, 2003).

Esta nova forma de conjugalidade parece também estar intimamente relacionada com a privatização dos afectos e a desinstitucionalização da relação conjugal (Santos, 2002). Com esta recusa da oficialização da relação conjugal, a coabitação apresenta-se

então como uma estratégia para assegurar a presença da autonomia individual, aumentando a base igualitária da relação conjugal moderna. Associado a esta alteração está também a perda de influência da religião e a tendência da democratização dos direitos individuais e sociais, eliminando as discriminações nas relações conjugais (Ferreira & Aboim, 2002).

Por outro lado, participando das transformações sociais, o fenómeno da fecundidade em Portugal também sofreu alterações, com o acesso e a utilização dos métodos de contraceção médica segura e eficaz, encorajada pelas políticas sociais após o 25 de Abril. Ora, estas práticas influenciaram o modo de viver a sexualidade, a conjugalidade e a reprodução, bem como, o papel da criança na família moderna (Almeida, André & Lalanda, 2002).

Não menos importante foi o crescimento do divórcio, surgindo como um acontecimento familiar muito frequente nos últimos anos nas sociedades ocidentais. A nível nacional, a taxa do divórcio tem aumentado gradualmente ao longo das últimas décadas, em que dados mais recentes revelam que em cada dez casamentos quase metade destas uniões termina em divórcio (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2008). O divórcio tornou-se um acontecimento comum porque a concepção do casamento também sofreu transformações. Como já referimos anteriormente, da ideia de uma instituição que deve ser mantida a todo o custo, o casamento passou a ser visto como uma relação que dura até quando a relação se mantiver compensadora a quem nela estiver envolvida (Torres, 1999; Torres, 2001). Inerente a esta situação, está uma valorização do bem-estar individual e na ideia de que a partir desse bem-estar individual se podem construir cenários de felicidade conjugal e familiar (Torres, 1999).

Intimamente relacionado com o divórcio, o recasamento passou a ter uma forte expressão social nas práticas conjugais da população portuguesa. Contrariamente ao que se possa pensar, este não é um fenómeno novo.

1.2. Um olhar social sobre as famílias recompostas

Um primeiro olhar social sobre o fenómeno da recomposição familiar pode ser confundido com uma certa contemporaneidade das práticas conjugais. Não obstante, a recomposição familiar tem uma longa história, mudando no entanto, as razões para a sua emergência na actualidade. Tal como nos mostra Lobo (1995), o recasamento possui uma longa história nas sociedades ocidentais, associado à viuvez. Até ao século XIX, os

recasamentos de viúvos eram proporcionalmente tão numerosos quanto o são hoje em dias os casamentos dos divorciados.

Num retrato social sobre as tendências e modalidades da conjugalidade em Portugal, a recomposição familiar com a presença de filhos de pelo menos um dos membros do casal é um fenómeno em crescimento, que assumia em 2001 valores expressivos, representando 1,7% do total dos núcleos familiares residentes (Ferreira, 2003).

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2001), os primeiros dados sobre as famílias reconstituídas surgiram na sequência do recenseamento dos Censos 2001, apurando que as famílias reconstituídas representavam cerca de 2,7% do total de núcleos familiares de casais com filhos. Autores como Lobo e Conceição (2003)¹ acrescentam que este fenómeno, com grande visibilidade nas práticas conjugais da população portuguesa, tem acompanhando a evolução de outros países do centro e norte da Europa, apesar dos nossos valores serem inferiores aos valores destes países. Na sua apresentação, diferenciam o recasamento por viuvez e por divórcio, em que o primeiro apresenta um decréscimo acentuado contrariamente à recomposição familiar após um divórcio, com uma expressão significativa.

Uma análise mais aprofundada da sociografia² do recasamento, mostra-nos que em 2000 o número de casamentos envolvendo pelo menos um cônjuge não solteiro representava 13% do total dos casamentos registados e o casamento de ambos os cônjuges anteriormente casados representava cerca de 4% do total dos casamentos. Se compararmos com o recasamento pelo motivo de viuvez, verificamos que este teve um decréscimo acentuado, representando cerca de 1% do total de casamentos. Nesta análise, sublinhavam algumas diferenças de género, sendo os homens os que mais casam, apesar das mulheres apresentarem as maiores taxas de crescimento. Quanto às idades, o recasamento faz dois percursos diferentes em relação ao recasamento por viuvez ou por divórcio. Na primeira situação, a nova união ocorre numa fase mais tardia da vida, maioritariamente após os 60 anos, enquanto que na segunda, os homens tendem a casar novamente com mulheres mais novas enquanto que as mulheres tendem a escolher os parceiros com a mesma faixa etária.

¹ Os dados apresentados pelas autoras neste trabalho referem-se a resultados recolhidos pelo INE antes do recenseamento de 2001.

² É um método sociológico descritivo, uma apresentação exhaustiva dos dados recolhidos de uma investigação, tais como: território, clima, população, condições de vida, costumes, entre outros (Demarchi & Ellena, 1986).

Por último, quanto ao tempo decorrido entre a separação e a nova união, é possível identificar várias trajetórias após um divórcio. No caso dos homens, uma parte significativa dos recasamentos dá-se em menos de dois anos após o fim da primeira união. Para as mulheres, o recasamento por viuvez acontece entre seis a vinte anos após a morte do cônjuge enquanto que as que casaram o tempo entre a separação e o divórcio é menor, apesar de não se casam tão rapidamente quanto os homens.

O fenómeno do recasamento apesar de não ser um acontecimento recente, só despertou interesse na comunidade científica nos finais do século XX (Travis, 2003). Tal como nos mostra Lobo (2005) na Europa, mais concretamente na França, só em 1987 o tema mereceu destaque numa revista da área das ciências sociais. Nos EUA, o interesse começou alguns anos mais cedo, nos finais dos 70, com o aumento do divórcio, o que mesmo assim não despertou o interesse na comunidade científica. Este interesse desenvolveu-se lentamente e com o passar do tempo ganhou destaque em inúmeras investigações. A sociologia não foi a única área a demonstrar interesse pelas famílias recompostas e em meados dos anos 60 e finais da década de 1970, investigações realizadas pela psiquiatria e psicologia, produzidas por clínicos em contexto terapêutico, começaram a emergir (Ihinger-Talman e Pasley, 1997; cit. in Lobo, 2005).

Nos anos 70, autores como Irene Théry (Van Cutsem, 2001) descrevem a noção de famílias reconstituídas e famílias recompostas. As famílias reconstituídas incluíam principalmente o pai que tinha a guarda, os filhos e o cônjuge, independentemente de serem ou não casados. A nova família tinha que se diferenciar gradualmente do ex-cônjuge, enquanto que a relação entre filho e novo companheiro era identificada como factor de potenciais disfunções. Esta definição tinha como norma a estrutura familiar pai, mãe e filhos e a evolução desejável de uma família reconstituída consistia em aproximar-se o mais possível deste modelo.

Mais tarde, nos anos 80, o termo família reconstituída foi substituída pelo termo *família recomposta*. O campo da investigação destas famílias expandiu-se, englobando os filhos da primeira união, estando a sua definição baseada a partir dos filhos (Lobo, 1995; Van Cutsem, 2001).

A definição de família recomposta tem em conta determinados critérios pelos cientistas sociais, que inclui os adultos e as crianças. Consideram que o grupo doméstico recomposto corresponde àquele em que a criança viva com um dos progenitores biológicos que tem a sua guarda e o respectivo cônjuge (Lobo, 2009). Nos

EUA, a existência de um termo específico foi-se consolidando ao longo dos tempos para designar as famílias recompostas – *stepfamily* – impulsionando em meados dos anos 70, pesquisas em várias áreas científicas (Lobo, 2005). Numa das suas obras, Visher e Visher (1993) mencionam que o prefixo “*step*” proveniente do inglês antigo “*steop*” que significa “órfão”. O termo “*step*” começou por ser usado quando acontecia a morte de um dos progenitores biológicos. Acrescenta que este termo ainda continua a ser usado mas outros termos foram criados, tais como: “*remarried*”, “*reconstituted*”, “*recoupled*”, “*blended*” ou “*stepfamily*”.

Quando falamos destas famílias, um aspecto que sobressai é a variedade de classificações. É comum encontrarmos vários termos, tais como, “família refeita”, “família reconstituída”, “família recomposta”, “família reorganizada”, “família reestruturada”, “família mista”, “família simultânea”, “família sinérgica” e “família binuclear” (Oliveira, 2005) “segundas famílias”, “famílias mosaico”, “famílias de recasados” e “famílias de padrastos” (Lobo, 2005).

A *família reconstituída* ou *mista* pode surgir após a interrupção de uma experiência de convivência ou matrimónio da parte de pelo menos um dos dois cônjuges ou quando um dos cônjuges, viúvo se casa com um novo companheiro ou ainda, quando surge a entrada de um companheiro numa família monoparental. É formado um novo casal, que pode ter consigo filhos da anterior união conjugal. O novo casal pode gerar filhos biológicos da nova relação, que farão parte da nova família (Alarcão, 2002; Costa, 1994; Van Cutsem, 2001).

Autores como Fellmann, Galán, Díaz, e Freire (2003) apresentam dois tipos de famílias reconstituídas: as *famílias reconstituídas simples*, que correspondem às madrastas, relativamente jovens e solteiras, que convivem esporadicamente com os seus enteados. As *famílias reconstituídas complexas* referem-se ao padrasto que entra na família reconstituída, estando separado ou divorciado, formando uma nova relação com a mãe separada, em que a convivência com os enteados é na sua maioria de forma continuada.

Apesar das múltiplas classificações que podem ser encontradas na literatura sobre estas famílias, nesta investigação adoptaremos o termo famílias recompostas, termo que pressupõe famílias em que pelo menos um dos cônjuges teve anteriormente uma experiência de divórcio, englobando filhos da primeira união (Van Cutsem, 2001; Lobo, 2009).

Como podemos observar, nas famílias recompostas um dos membros da nova família não possui qualquer laço familiar com os filhos do companheiro(a). Se na família tradicional, a parentalidade e a filiação são reconhecidas social e juridicamente, nas famílias recompostas esse reconhecimento é pouco claro. Tal como argumenta Van Cutsem (2001), a inexistência de vínculos jurídicos entre padrastos ou madrastas e os seus enteados poderá trazer consequências ao nível da autoridade jurídica e na responsabilidade educativa. O elo de parentesco é apenas afectivo e não biológico e jurídico. Apesar disso, o mesmo autor mostra-nos que nas legislações existe algum avanço no reconhecimento dos progenitores não biológicos. Refere o caso concreto do direito inglês, o *children act* de 1989, que insiste numa “responsabilidade parental partilhada”. Neste caso concreto, quando o progenitor não biológico é casado com o pai da criança ou vive com ele há pelo menos três anos e cuida regularmente da criança, pode solicitar ao tribunal o *residence order*, que permite algum influência sobre a criança ao mesmo título que cada um dos progenitores, sendo a autoridade parental exercida tanto pelos pais biológicos como pelo pai não biológico.

Mas no geral mantém-se esta indefinição quanto ao papel do novo membro da família reconstituída, que pode criar alguns problemas tanto na sua organização como em relação ao desempenho de papéis. Como reflecte Lobo (1996), quais os contornos do papel social do padrasto na nova família?

Adicionalmente, as novas relações desencadeadas por uma família recomposta são de ordem intra-familiar e inter-familiar. A “trama” relacional estende-se desde os filhos, a padrastos ou madrastas, aos pais biológicos e à família alargada. O mesmo se diz quanto à relação entre actual companheiro e ex-cônjuge, bem como, à complexidade da rede de relações que filhos e os novos membros são chamados a construir (Leandro, 2001). Deste modo, a coexistência de uma parentalidade parental biológica e afectiva, a pertença familiar a mais do que um agregado doméstico, múltiplas histórias de vida, do passado e do presente se cruzam, dão origem a uma configuração familiar que cada vez mais importa conhecer e compreender.

2. O divórcio e o seu impacto psicológico

Um acontecimento como o divórcio, apesar de ser algo extremamente comum nas nossas sociedades, a nível pessoal significa a quebra de um projecto familiar que pode ser explicado por razões de ordem conjugal, individual e relacional. A nível familiar, o divórcio irrompe com as etapas nodais do ciclo de vida familiar, implicando a todos os membros da família diferentes transições e reorganizações no sistema familiar. Trata-se de um evento de elevada exigência emocional e com um forte impacto psicológico.

Deste modo, neste ponto, pretendemos compreender a ruptura conjugal, os factores que lhe estão associados e as transições familiares inerentes no ciclo de vida da família, em particular pretendemos explorar qual o impacto psicológico do divórcio nos membros do sistema familiar.

2.1. A ruptura conjugal

O divórcio consiste na ruptura do vínculo matrimonial, a quebra de um projecto de vida em comum, construído e imaginado por ambos os cônjuges (Cantero, 1977). Podemos falar da perda da unidade familiar, de esperanças e sonhos (Walsh, 2004), mesmo do laço com o Outro, colocando à prova o mundo representacional da pessoa e a sua relação familiar e social (Cigoli, 2006).

As motivações para o fim de um casamento são variadas, tal como sublinha Cano, Gabarra, More e Crepaldi (2009), sendo a decisão de um divórcio multi-determinada. Assim, factores de ordem individual, como a quebra de expectativas mútuas, podem desencadear um conflito no casamento, resultando numa “ferida” no orgulho e no amor-próprio (Martuscello, 1991). Para além disso, interações disfuncionais, como resultado da erosão da comunicação do casal e do descontentamento a vários níveis podem também ser desencadeadoras de descontentamento e conseqüentemente, a ruptura conjugal (Costa 1994).

A nível conjugal, o nascimento dos filhos, principalmente quando não são desejados nem planeados pode desencadear a ruptura da relação. Do mesmo modo, o nascimento de filhos com algum tipo de deficiência ou a sua morte pode desencadear acusações entre o casal, podendo também contribuir para a dissolução conjugal. Quando o desenvolvimento conjugal não ocorre ao mesmo tempo para cada um dos seus membros as perturbações e conflitos relacionais podem também surgir (Costa 1994).

Entre outras razões enunciadas na literatura para explicar o fim da relação conjugal, de referir a infidelidade, o consumo de álcool e drogas e a distância física, como por exemplo, a emigração são também apontadas como motivos para um divórcio (Amato & Previti, 2003). Em particular, Anton (1998) mostra-nos que a ruptura conjugal pode dever-se a decepções decorrentes de mitos de felicidade, imaturidade emocional, incapacidade de assumir responsabilidades na relação e alianças emaranhadas que sufocam a individualidade, implicando o desaparecimento de objectivos inconscientes do vínculo conjugal que “rompem” com o contrato secreto da união. Ou seja, por vezes, os membros do casal depositam no Outro e na relação fantasias e expectativas irrealistas, construindo o seu contrato secreto, dificultando a construção de verdadeira relação, que perante a primeira adversidade se desvanece.

Não obstante a relevância de todos os factores acima enunciados, estes parecem-nos dados predominantemente descritivos, o que nos levou a procurar um enfoque teórico que nos permitisse contextualizar e até aglutinar muitos dos factores referidos. Optamos pela conceptualização relacional simbólica, um modelo teórico que interpreta as relações familiares através de uma dimensão afectiva e uma dimensão ética. Para Cigoli e Scabini (2007), a relação conjugal assume a forma específica de um pacto³, que se nutre pelas qualidades simbólicas que atravessam todas as relações familiares, onde se encontra a confiança e esperança no pólo afectivo e a justiça e lealdade no plano ético. O pacto secreto funda-se nas necessidades e expectativas conscientes e inconscientes que os cônjuges depositam no laço conjugal (Cigoli, 2006; Cigoli, & Scabini, 2007) e o pacto expresso, na declaração pública e explicitamente formulada, o lado público do compromisso do casal (Cigoli, 2002). Nesta perspectiva, o fim da relação conjugal pode ser compreendido como o fim do pacto, que consiste numa dupla ruptura do pacto secreto e do pacto expresso (Cigoli, 2002).

A difícil articulação entre o pacto secreto e o pacto declarado mostra-nos um conjunto de tipologias para melhor compreendermos o fim da relação conjugal, nomeadamente o fracasso da articulação; o esgotamento do papel do vínculo; um acontecimento crítico desconcertante e a fragilidade do pacto (Cigoli, 2006),

O *fracasso da articulação* caracteriza-se pela incompatibilidade entre o pacto expresso e o pacto secreto. As pessoas dão como certo o pacto expresso e não

³ O pacto, cuja raiz da palavra reside na concepção de paz, num processo de pacificação que nos remete a uma regulação vincular de elementos potencialmente conflituosos. Não se trata de passar do conflito ao consenso, mas sim considerar o conflito dentro de um laço, dentro de um contexto que construa a pertença de identidade (Cigoli & Scabini, 2007).

conseguem fazer com que o pacto secreto venha ao encontro do primeiro e se una a ele. Isto acontece porque normalmente cada cônjuge tenta impor as suas necessidades ao outro, além de usá-lo e assimilá-lo para satisfazer as suas necessidades (Cigoli; 2002; Cigoli, 2006). O *esgotamento da tarefa do vínculo* pode acontecer de duas formas: a aceitação dolorosa do fim da relação ou a intolerância ao fim da relação que é vivido como um ataque fatal à auto-estima dos sujeitos. O fim acontece por causa do esgotamento da tarefa atribuída e da responsabilidade de reinvestir no pacto secreto (Cigoli, 2002; Cigoli, 2006). O *acontecimento crítico desconcertante* surge através de acontecimentos críticos inesperados, imprevistos e desconcertantes como o encontro com uma terceira pessoa. Por último, a *fragilidade do pacto*, em que o compromisso assumido cede espaço à primazia das emoções e à busca da própria felicidade. Na fragilidade, basta atribuir ao outro qualquer defeito, limite ou sinal de desilusão para fazer com que o pacto seja quebrado (Cigoli, 2002).

Um acontecimento como o divórcio conecta-nos de imediato para a dimensão das transições familiares e o conjunto de etapas que não estavam previstas num percurso normativo, que podem ter um profundo impacto nas relações familiares. Deste modo, a instabilidade conjugal introduzida pelo divórcio implica uma complexa cadeia de transições e reorganizações, com a alteração de papéis e relações que afectam o ajustamento. Cada transição representa então desafios adaptativos, que são influenciados por anteriores funcionamentos e experiências (Greene, Anderson, Hetherington, Forgatch & DeCarmo, 2003). Assim, o divórcio consiste numa crise no ciclo de vida familiar, criando um estado de desequilíbrio quer na família nuclear quer na família alargada, impondo mudanças nas fronteiras familiares implicando uma reorganização de todo o sistema familiar.

O impacto do divórcio dependerá da fase do ciclo de vida familiar assim como o contexto étnico, social e económico da família. Assim, nos casais recém casados, os efeitos do divórcio são mais contidos, isto é, o número de pessoas envolvidas é menor, os papéis são ainda pouco definidos, os laços sociais enquanto casal são breves. Nas famílias com filhos pequenos, o impacto do divórcio é mais acentuado, na medida em que o casal necessita de redefinir o seu relacionamento, manter o seu papel de cuidadores e de se realinhar com a família, filhos e o seu contexto social (Peck & Manocherian, 2001). Com a adolescência, em virtude de ser um estágio desenvolvimental de muitas mudanças, o divórcio parental pode comprometer a base segura que nesta fase é importante para os adolescentes no seu “lançamento” para a vida

adulta. Pode ocorrer uma inversão dos papéis familiares, podendo os filhos ver-se obrigados a assumir o papel de cuidadores em relação aos irmãos e a preencher a solidão de um dos pais. Em famílias com filhos jovens adultos, o divórcio pode causar também dificuldades na medida em que o casal tem já uma longa história. Os pais podem perceber os filhos como o cônjuge substituto de forma a preencher a solidão, dificultando o próprio percurso dos filhos. No estágio tardio da vida, o divórcio causa choque a toda a família, os pais podem desejar relacionar-se novamente com os filhos podendo construir uma relação por vezes pode ser inadequada. Por sua vez, os filhos podem desempenhar a função de cuidadores, podendo sentirem-se sobrecarregados pelos pais (Peck & Manocherian, 2001).

Esta conceptualização mostra-nos uma perspectiva desenvolvimental, com etapas transitórias que este acontecimento coloca à família, focalizando as tarefas desenvolvimentais que cada transição implica. Mas um divórcio exige não apenas um conjunto de etapas. Na realidade, o que verdadeiramente acontece às relações familiares após um divórcio? Na realidade, o que nos mostra das relações familiares um acontecimento como o divórcio?

Para Cigoli e Scabini (2006), as transições familiares são reveladoras do verdadeiro cenário das relações familiares. Colocam em evidência os laços familiares que ligam os membros da família e a forma como cada um elabora os desafios que a vida lhes lança. São reveladoras da dimensão simbólica inerente às transições que envolvem toda a família, em que a principal dificuldade assenta na incerteza, ambiguidade e risco, sobretudo numa perda. Revelam e desafiam o pacto relacional da família, agitando toda a organização familiar, colocando em questão o seu equilíbrio, podendo dar vida ao caos e criar profundas transformações nas relações familiares (Scabini & Cigoli, 2000).

2.2. Impacto psicológico do divórcio

Uma dimensão importante num acontecimento como o divórcio diz respeito às várias perdas que acontecem a nível emocional e relacional. Uma das emoções centrais é a tristeza e a dor associadas ao luto da relação. No entanto, um dos aspectos acerca da dor de um divórcio é a sua natureza unilateral, isto porque poucas são as relações que terminam por mútuo acordo. Na maioria dos divórcios, um dos parceiros deseja o fim

da relação enquanto que o outro luta para a salvar (Emery, Margola, Gennari, & Cigoli, 2010).

Autores como Emery (1994) apresentam um modelo explicativo do impacto do divórcio, sugerindo-nos o Ciclo Emocional da Dor, constituído pelas emoções presentes no cônjuge, no que pede o divórcio e naquele que é “abandonado” na relação. Para este autor, a dor de um divórcio pode ser caracterizada por amor, raiva e tristeza para ambos os cônjuges e cada um necessita de integrar estas emoções ao longo do tempo. Apesar de algumas similaridades, existem diferenças na experiência da dor para o cônjuge que termina a relação e para o cônjuge que é “abandonado”.

Uma das diferenças entre o cônjuge que termina a relação e o que é “abandonado” na relação é a intensidade das emoções. Para o cônjuge que decide terminar a relação, as emoções poderão ser menos intensas do que para o cônjuge que é abandonado, porque o divórcio emocional começou muitas vezes antes da separação. Nestas situações, o parceiro que termina a relação pode experienciar dor lograda com culpa, responsabilidade e justiça. Contrariamente, o cônjuge abandonado poderá viver com um sentimento de rejeição, responsável pelas mudanças entre o amor e raiva e de raiva para a tristeza. Opostamente, a esperança, o oposto de rejeição, acompanha a viagem da tristeza para o amor. Nestes casos, a experiência de rejeição provoca sentimentos de dor e sofrimento e o amor em sentimentos de raiva. Este ciclo de fortes e intensas emoções num primeiro momento do divórcio representam um processo natural e adaptativo. Contudo, com o passar do tempo a integração destas emoções ambivalentes transformam-se na maior tarefa dos adultos que vivem este acontecimento (Emery, 1994).

Estes múltiplos sentimentos que cada membro do casal experiencia em relação ao seu divórcio, dificultam o luto da relação e a adaptação à nova fase da vida. Segundo Emery (1994), em muitos divórcios é comum muitos pais não conseguirem resolver conflitos individuais e interpessoais, próprios deste acontecimento e que muitas vezes se traduzem numa disputa pela guarda dos filhos, devido ao *stress* emocional que esta experiência causa a cada membro do casal.

Como se depreende do exposto anteriormente, para os adultos, o divórcio caracteriza-se por um momento de elevada exigência, em termos de adaptação social e psicológica dos vários membros da família (Hetherington & Kelly, 2002; Lamela, 2009; Wang & Amato, 2000). A nível emocional, uma inadequada adaptação ao divórcio pode afectar o desempenho laboral, social e afectivo dos indivíduos. Após a ruptura, podem-se observar frequentemente sintomas de ansiedade, culpa, depressão, medo, alívio,

tristeza, saudade, sensação de fracasso e baixa auto-estima (Amato, 2000; Berrecil, 1999; Sbarra, & Emery, 2005). Esta complexidade de emoções causa conflitos, raiva e dor para ambos os membros do casal, que se têm de se relacionar por uma outra razão emocional complexa: o facto de não serem mais um casal mas serem para sempre pais (Emery, Margola, Gennari, & Cigoli, 2010).

As crianças que passam por um divórcio parental manifestam também altos níveis de ansiedade, numa reacção habitual à ruptura. A presença de ansiedade pode ser explicada pelo sentimento de responsabilidade pelo fim da relação, pelos conflitos de lealdade sentidas face a cada um dos pais, preocupação pela rejeição parental e medo de ser abandonado (Pons-Salvadro, & Barrio, 1995; Emery, 1994; Olshaker, 1989; Hetherington, & Stanley-Hagan, 2002). É também comum, os filhos sentirem-se mais deprimidos e irritados, podendo apresentar alterações no rendimento escolar, problemas de ajustamento e de relacionamento interpessoal (Amato, 2001; Wallerstein, & Kelly, 1998; Wolchik, Sandler, Millsap, Plummer, Greene, Anderson, Dawson-McClure, Hipke, & Haine, 2002). Efeitos mais drásticos incluem comportamentos anti-sociais e agressivos, falta de auto-controle, baixa responsabilidade social e diminuição no desempenho cognitivo (Hetherington, & Stanley-Hagan, 1999; Hetherington, 2003).

As consequências da separação ou divórcio também se fazem sentir ao nível do desenvolvimento social dos filhos, rompendo com as redes de apoio social que tinham até então. Por vezes, as crianças têm de mudar para um nova cidade e frequentar uma nova escola, que implica a perda dos seus relacionamentos com colegas e com as actividades habituais, sendo forçadas a fazer uma adaptação a estes novos contextos (Orellana, Vallejo & Vallejo, 2004).

Segundo Cigoli e Scabini (2007, p. 31), numa perda como o divórcio “é necessário que cada membro da família elabore uma separação do vínculo e uma recomposição do mesmo”. Esta é uma dupla e exigente tarefa, que se traduz num caminho interior de elaboração e reflexão da sua história pessoal e história conjugal, com os seus sofrimentos, mas simultaneamente, dotando-a dos aspectos positivos que dela nasceu e o que de bom proporcionou aos dois.

O divórcio é uma árdua etapa na vida dos cônjuges, porque continua a unir os elementos do casal; mesmo na separação têm que caminhar juntos. Assim, o divórcio psíquico e as suas fases pode constituir-se como uma visão individualista, que pode negar a presença do pacto que os uniu e o pacto que é feito e testemunhado pela sociedade ou comunidade. O divórcio deve ser encarado como uma tarefa conjunta, já

que o mesmo que uniu o casal é o mesmo que o separa (Cigoli, 2006). O final da relação conjugal remete-nos para o início da relação conjugal, em que o inicialmente foi confiado reciprocamente ao vínculo (necessidades, expectativas e auto-realização) pertença familiar e social (Scabini & Cigoli, 2000). Avaliar o que de bom aconteceu, sentindo que, apesar da desilusão e da dor, podem dar as mãos para ajudar um terceiro, isto é, a próxima geração. Tal poderá permitir proteger o laço entre gerações e não convocando a todos a realidade do divórcio. Não se trata de um processo de conservação, mas antes de uma recriação constante da história das origens e vicissitudes das gerações, através do exercício da fé, esperança e justiça (Cigoli & Scabini, 2006; Andolfi, 2002).

Esta capacidade de olhar e enfrentar a ruptura conjugal retirando dela o que de bom aconteceu, exige uma atitude resiliente de cada cônjuge. Necessita da compreensão das decepções relacionais, dos sonhos, das esperanças, das energias e dos sacrifícios que foram invertidos na relação conjugal. A construção desta resiliência implica uma mutualidade, edificada no reconhecimento do Outro, com os seus limites e as suas qualidades. Pressupõe uma reconciliação com o passado e a incorporação dessa compreensão na vida actual, com sonhos e esperanças, transformando-se num catalisador de um passado doloroso, numa fonte de crescimento e transformação (Walsh, 2004).

3. Do divórcio à recomposição familiar

A recomposição familiar é uma tarefa delicada, quer para o casal quer para os filhos. Se, com a nova união, um dos membros do casal tem a oportunidade de reconstruir um projecto familiar, para os filhos representa a “perda” do pai não guardião e a aquisição de um novo membro na sua vida.

Neste capítulo, pretendemos compreender a reconstrução da relação conjugal após uma experiência de divórcio, dando particular atenção à forma específica da construção da parentalidade.

3.1. A recomposição conjugal

Como referimos anteriormente, com o divórcio, a família atravessa um conjunto de transformações, havendo um necessário período de reorganização familiar, uma redefinição das relações entre ex-cônjuges, a redefinição do papel parental, a redefinição das relações com as famílias de origem e a redefinição das relações com o contexto social.

Autores como Costa (1994) sublinham que as famílias recompostas formam-se passando por diferentes estádios, que vão desde a resolução de perdas inerentes à relação anterior à entrada numa nova relação. A cada membro da família corresponde tarefas específicas, tais como: a) um divórcio construtivo e co-parental; b) o luto pela perda da família anterior; c) a modificação da estrutura monoparental; d) o investimento nos novos membros da família como fontes primárias de gratificação emocional; e) a reestruturação de papéis, regras e valores familiares; f) o estabelecimento de uma nova relação com o ex-cônjuge e a definição de regras de relacionamento.

Analisando as propostas para o ciclo vital das famílias recompostas (Contrera, 2006), verificamos que na definição das etapas inerentes está muito presente o ciclo do divórcio da família anterior. Os membros da díade conjugal começam pela *fase da pré-ruptura*, em que o casal avalia a continuidade do matrimónio; a *etapa da ruptura* propriamente dita, em que se aceita o divórcio; a *etapa da família convivente e uniparental*, em que os filhos vivem apenas com um dos progenitores; a *fase de uma nova relação*, em que haverá a possibilidade de um novo casamento; a *etapa do recasamento*, formando um nova família; a *etapa da família recomposta*, em que há a formação clara de uma nova estrutura.

A perspectiva de McGoldrick e Carter (1980) do ciclo desenvolvimental das famílias recompostas foca-se sobretudo na nova relação e nas fases de construção da nova família. Assim, a primeira etapa, *a nova relação*, implica uma elaboração do luto e da perda do primeiro casamento. Segue-se a *conceptualização e o planeamento do novo casamento e nova família*, que implica um ajustamento à complexidade e ambiguidade dos múltiplos papéis, novas fronteiras e questões afectivas (culpa, conflitos de lealdade, desejo de mutualidade e feridas não elaboradas), com a necessidade de abertura às novas relações, a cooperação com anteriores relações e o acesso às origens. Por último, *o recasamento e a recomposição familiar*, que implica uma reestruturação das fronteiras familiares que permita a inclusão do novo membro da família e dar espaço para as relações dos filhos e pais não detentores da guarda; partilha de memórias e histórias que permitam a integração da família reconstituída.

As etapas associadas ao divórcio e ao ciclo de vida da família recomposta, anteriormente citadas, permitem-nos observar que no processo de reconstrução familiar existe uma ligação entre a família anterior e a nova família. Se por um lado, emerge a necessidade dos membros do casal elaborarem o luto das perdas decorrentes da primeira união, por outro lado, após a separação e com a nova união é também importante o contacto com os membros da primeira família e a sua história, o que nem sempre é fácil dada a dor e os conflitos que muitas vezes estão presentes após o divórcio. Para além disso, como reflectem Carter e McGoldrick (1980), quando ocorre a segunda união, existe uma bagagem relacional da primeira, em que estão também presentes aspectos da família de origem mas, quando surge uma recomposição, estão presentes aspectos emocionais da família de origem, do primeiro casamento e da separação, do divórcio, do período entre a primeira e segunda união e expectativas recíprocas que cada membro do casal transporta consigo para a nova união.

Este facto levanta a questão: a nível conjugal como é realizada a construção do pacto conjugal após uma perda como o divórcio? Como é que se reconstrói o laço? (Cigoli, 2006). Ora, segundo o autor, as famílias reconstituídas remetem-nos para a teoria dos laços, diferenciando e articulando por um lado o mundo representacional da pessoa e por outro lado o *drama*⁴ familiar, que se funda no encontro entre género, gerações e estirpes, percorrendo a pessoa e a sua capacidade representacional. Ou seja, a

⁴ O conceito de *drama* é uma estrutura teatral e que caracteriza a própria vida, que assume o conflito como uma tentativa de enfrentá-lo na sua raiz relacional, nas relações familiares, considerando a família na sua identidade e especificidade (Cigoli, 2006).

reconstrução familiar coloca frente a frente os desejos pessoais, as imagens, as fantasias das gerações anteriores, de cada membro do novo casal e das suas famílias de origem.

Portanto, o laço compreende as relações interiorizadas da geração anterior, o que é esperado da pessoa e o que o sujeito é capaz de elaborar no sentido afectivo e cognitivo. Daí que a representação do laço compreende a presença mental de imagens, cenários, fantasias que se fundam nas heranças recebidas pelos antepassados, pelas famílias de origem, pela a família enquanto grupo e pelo o ambiente de vida histórico e geográfico (Cigoli, 2006).

Na recomposição, Alarcão (2002) aborda a dimensão da fantasia da nova relação, referindo que quando ocorre um divórcio e surge uma nova união, pode nascer uma idealização, em que a nova relação poderá ser vista como uma salvação, em que tudo dará certo. Nestes casos, a diferença é muitas vezes confundida com o medo do conflito, em que a mais pequena divergência é interpretada como uma ameaça para o casal e para a família. O segundo companheiro poderá sentir que terá que ser melhor que o anterior, dificultando a construção da relação que deverá ser edificada por si própria e não na sombra da primeira união (Alarcão, 2002).

A história e a estrutura das famílias recompostas criam um conjunto de dilemas que se inter-relacionam com o casal recomposto. A presença de fantasias subconscientes que inibem a família de construir uma comunicação sólida entre o novo casal e os membros da família anterior e o facto deste novo grupo familiar tentar moldar diferenças nos vínculos, na posição estrutural de cada membro no casal e nas normas familiares que cada subsistema traz consigo para a nova união (Papernow, 1987).

Verificamos também, em algumas situações de divórcio, um comportamento alienante com uma total desvalorização e um não reconhecimento do Outro enquanto pessoa e parte integrante de uma história comum. Para Cigoli (2006), trata-se de uma grave patologia relacional que assenta na ideia de ser-se único e indiscutível dono da própria vida e de controlo sobre o Outro. Estamos perante situações em que existe um corte e a negação da presença do Outro e a sua presença numa história comum. A relação com o Outro é uma parte constitutiva do Self. Deste modo, o novo encontro e a construção do novo laço pode indiciar as relações num *sentido cómico* (apoio, sustento, dedicação, respeito) ou num *sentido trágico* (opressão, intimidação, manipulação, desprezo, indiferença). Estes dois sentidos são considerados como o êxito construtivo ou destrutivo do drama familiar. A pessoa pode construir um laço de esperança ou pode construir um laço mais devastador ainda maior que o anterior.

A construção do casal implica determinadas tarefas desenvolvimentais assentes numa dimensão ética e afectiva. Enquanto cônjuges, a formação do casal implica o cuidado com o Outro reconhecendo a sua especificidade e a sua diferença de género e da sua história, numa reciprocidade nas várias esferas da vida. Falar de cuidado significa falar de um cuidado recíproco, que não se esgota num comportamento de ajuda nem da satisfação de determinadas necessidades. O cuidado para com o Outro remete para uma forma concreta de construir o laço, no reconhecimento de género, da sua história e das suas características pessoais, numa concepção do Outro na sua totalidade e unicidade (Scabini & Iafrate, 2003).

Assim, na perspectiva relacional simbólica do pacto conjugal, quando ocorre uma constituição familiar, deve ocorrer uma transferência do laço, com as suas qualidades e vicissitudes para o novo cônjuge e para a nova família (Cigoli & Scabini, 2006). A sua reconstrução mostra-nos a grande diferença entre o laço em crise e o laço que falhou. Na sua concepção, a crise no laço permite rever e revitalizar a relação, trazendo consigo aspectos mais dolorosos da relação (confusão, contradição, consternação) mas também a fé e a esperança. Contudo, um laço que falhou carrega consigo o peso da repetição, com o anulamento do Outro e uma profunda desconfiança na relação (Cigoli & Scabini, 2006).

Os mesmos autores abordam a dimensão projectual do novo casal, uma dimensão da perda individual mas que é transcendente, que implica uma abertura ou um “diálogo” com um terceiro, que pode ser entendido como o Nós, a futura geração, a relação com contexto social. A construção da identidade conjugal assenta então na capacidade de cada cônjuge sair de fora de si e alimentar-se de uma dimensão projectual, no empenho numa geratividade que implica a abertura a um terceiro e não apenas uma relação que se baseia na proximidade entre duas pessoas (Scabini & Cigoli, 2000).

Num percurso normativo o casal tem uma fase de construção da sua própria conjugalidade, nas famílias recompostas podemos dizer que o casal forma-se simultaneamente com a sua parentalidade. Na primeira união, o casal constrói mutuamente a sua identidade, os papéis vão-se formando lentamente e a identidade conjugal evolui gradualmente. Porém, nas famílias recompostas, a tarefa de formar o casal é uma tarefa árdua. Um dos cônjuges traz consigo uma bagagem relacional anterior, em que os valores familiares da primeira união o acompanham para a futura relação (Visher & Visher, 1993). O casal conhece-se ao mesmo tempo que se dedica a

cuidar dos filhos, deparando-se com outros desafios, tais como, ajudar os filhos a adaptarem-se à nova vida familiar (Kunrath, 2006).

Na recomposição familiar, o mundo relacional que está presente na formação do casal tem características distintas daquelas que surgem num percurso normativo. Uma das suas particularidades é a definição dos modelos de relação feita a partir dos filhos e não do casal. Apesar de exercerem as mesmas tarefas, a sua organização parte dos elementos filiais da anterior união, característica que as distingue da família tradicional (Leandro, 2001). A concepção tradicional de uma família pressupõe uma estrutura triangular com pai, mãe e os filhos, construída a partir da relação conjugal. Todavia, quando pensamos em famílias recompostas esse conceito de família altera-se e amplia-se. Pensamos em pais, filhos, enteados, padrastos e madrastas e a formação da família é construída com filhos já existentes de outras uniões.

Nas famílias recompostas, regista-se a intercepção do subsistema conjugal e filial, em que o casal perde o seu espaço, correndo o risco de não chegar a constituir-se. Tal como sublinha Gambini (2007) a intercepção entre subsistemas pode comprometer o processo de elaboração dos cônjuges de um projecto familiar. Com esta interferência entre subsistema conjugal e parental não será surpreendente que a sua qualidade conjugal seja afectada. Aliás, alguns estudos demonstram a relação entre a qualidade conjugal e o subsistema filial, quer na relação pais-filhos quer no relacionamento entre padrastos, madrastas e enteados (Fine & Kurdek, 1995; Clingempeel, 1981; Papernow, 1987), devido à permeabilidade das fronteiras destas famílias. A relação conjugal necessita então de se desenvolver, para que ambos os cônjuges se sintam seguros na sua relação (Visher, Visher & Pasley, 2003).

Uma dimensão intimamente relacionada com as famílias recompostas é portanto o tema dos limites e fronteiras familiares (Visher & Visher, 1993; Van Cutsem, 2001). As fronteiras familiares são conceptualizadas como uma metáfora que representam o mundo psíquico e que nos mostram a proximidade e a distância nas relações familiares. A nível estrutural, define quem está dentro e quem está fora do sistema familiar e a nível dinâmico indica a regulação da distância, que pode ser de proximidade ou de isolamento (Greco, 2006).

Segundo Scabini e Cigoli (2000), cada transição familiar, seja ela normativa ou não normativa, implica uma redefinição das relações e das fronteiras familiares. Deste modo, várias são as fronteiras que devem ser claramente definidas: as *fronteiras externas*, que ajudam a família a manter a identidade, segurança e controlo perante as

pressões externas; as *fronteiras intergeracionais*, que possibilitam a distinção entre os subsistema parental e o subsistema filial; as *fronteiras entre vários núcleos familiares*, que são formados após o divórcio, e que devem ser construídos na base da flexibilidade de forma a permitir o contacto entre filhos da primeira união e o novo casal e contacto entre os filhos e progenitor não guardião (Gambini, 2007). Nas famílias recompostas, verifica-se que os limites familiares são mais complexos quando comparados com a família tradicional.

Retomando algumas especificidades das dinâmicas das famílias recompostas quando as crianças circulam por vários agregados domésticos, ainda há um contacto moderado com o ex-cônjuge que corresponde a fronteiras permeáveis ao contacto entre os seus membros. As fronteiras familiares fechadas ou impermeáveis implicam a redução de contacto das crianças com os vários agregados familiares em que a pertença a estes dois agregados, problemas na relação entre enteados e padrastos ou madrastas que podem afectar a relação conjugal. Nas fronteiras muito permeáveis, o aumento dos contactos pode bombardear o casal recomposto com ambiguidades e tensões, podendo desencadear níveis mínimos de coesão (Clingempeel, 1981) e padrões de comunicação menos eficazes (Bray & Berger, 1993; Halford, Nicholson & Sanders, 2007).

Posto isto, esta complexidade poderá estar associada à ausência de normas sociais de referência que regulam as relações entre os seus membros. Por sua vez, esta ausência de normas exige dos membros da família uma grande flexibilidade e uma constante negociação (Cigoli & Scabini, 2006; Gambini, 2007), sendo uma adequada delimitação dessas fronteiras um aspecto importante e determinante da viabilidade da estrutura familiar (Minuchin & Fisham, 2003).

Em suma, para o sucesso da recomposição familiar, a nova família tem que construir novas relações, novos padrões de relacionamento e novas regras de funcionamento familiar, apesar de inevitavelmente existir a comparação com as anteriores vivências familiares. É necessário um equilíbrio para que o passado não ameace o presente (Alarcão, 2002).

3.2. A filiação nas famílias recompostas

Nas famílias recompostas, as crianças são considerados elementos importantes destas configurações familiares e a sua formação é sempre uma etapa de grandes transformações. Deste modo, quando há a ruptura da família biológica, as crianças

passam por um conjunto de situações de risco, como sentimentos de culpa e medo de perder a ligação com os pais, vergonha e fantasias de reunificação, sentimento de impotência ao ciúme e conflitos de lealdade (Ferraris, 2002; Alarcão, 2002).

A recomposição familiar pode ter diferentes impactos nos membros da nova família. Se para um dos adultos, construir uma nova relação pode significar uma nova oportunidade e a construção de um projecto familiar, para as crianças, a reconstrução familiar pode significar algo bem diferente. Segundo Visher e Visher (1993), para as crianças o recasamento de um dos pais pode representar a perda da relação com o outro pai. Para diversos autores, o recasamento de um dos pais é acompanhado por uma certa ambivalência, vivido com sentimentos negativos e positivos, chamando ainda a atenção para determinadas variáveis que poderão ser facilitadoras ou não na adaptação à nova união, nomeadamente: a) o desenvolvimento psicológico, a capacidade de lidar com mudanças e conflitos, a idade (em que os mais novos e os mais velhos parecem lidar melhor com esta situação), a ambiguidade do luto realizado pelos pais da anterior relação, revelam a dificuldade da criança fazer o luto em relação à família inicial e adaptar-se à nova família; b) do mesmo modo, se no período de parentalidade singular se estabeleceu uma forte ligação com um dos pais biológicos, esta pode dificultar a entrada de um novo elemento neste sistema (Costa, 1994; Hetherington, 1982; Robertson, 2008).

Na recomposição, o período desenvolvimental dos filhos parece uma dimensão importante, podendo tornar-se num factor de dificuldade na aceitação da nova união. Segundo Alarcão (2002), a reconstrução familiar é particularmente difícil durante a adolescência. Este período desenvolvimental é caracterizado por inúmeras transformações físicas mas são sobretudo as transformações psicológicas e emocionais que ganham destaque. Trata-se de um período de modificações das auto-representações e da identidade pessoal (crenças, sentimentos e projectos) que sofrem uma evolução entre a infância e o começo da vida adulta (Claes, 1985). Alguns estudos mostram-nos baixos níveis de bem-estar em adolescentes de famílias recompostas (Carter & McGoldrick, 1995; Bray & Harvey, 1995). Nestes casos, a comunicação entre padrastos, madrastas e enteados é um factor importante na construção desse bem-estar, bem como, a comunicação com o pai guardião (Collins, Newman, & McKenry, 1995).

A nível familiar, a adolescência é uma etapa exigente na medida em que existe um equilíbrio necessário entre as exigências do sistema familiar e as aspirações de cada

membro (Alarcão, 2002). Numa perspectiva sistémica, poder-se-á dizer que toda a família “vive” a adolescência e não só um dos seus membros (Scabini & Cigoli, 2006).

Para além disso, no ajustamento à recomposição familiar, existem diferenças de género, sendo as raparigas que apresentam maiores dificuldades na interacção e mais conflitos com os padrastos quando comparadas com os rapazes (Vuchinich, Hetherington, Vuchinich & Clingempeel, 1991). Nas famílias em que existe uma madrasta, as filhas podem ter sentimentos de rivalidade e de ciúme pela nova companheira do pai, motivados pela sensação de perda de poder e de privilégios (Di Vita & Salerno, 2005).

Mas também as crianças parecem evidenciar algumas dificuldades em aceitar e ajustar-se ao recasamento de um dos pais e à presença de um padrasto ou madrasta nas suas vidas (Visher & Visher, 1993), como se pode verificar no estudo realizado por Dunn, O’Connor e Levy (2002), sobre desenhos familiares realizados por crianças em várias configurações familiares (famílias reconstituídas, famílias monoparentais e famílias nucleares) através da Escala *McCarthy “Draw-a-Child”* (McCarthy, 1972), numa amostra de 94 rapazes e 86 raparigas, com idades entre os 5 e os 7 anos, verificou-se que quanto às representações das crianças relativamente ao tipo de família, as crianças de famílias nucleares eram mais propensas a desenhar os pais juntos do que as crianças das famílias reconstituídas. Este estudo evidencia também que as crianças são mais propensas a excluir alguns membros da família, como o meio-irmão especialmente em famílias monoparentais e famílias reconstituídas do que nas famílias com os seus pais biológicos.

Para além disso, a imagem dos padrastos ou madrastas, trazidas de contos e histórias infantis, é muito negativa. Para as crianças, a caricaturização que é feita dos novos membros da família é de pessoas castigadores, más que fazem a vida negra aos enteados. Como nos mostra Bettelheim (1976), para a criança, as histórias infantis revelam as verdades da humanidade e de cada um de nós. O imaginário das crianças nas famílias recompostas é povoado por imagens negativas provenientes dos contos infantis que mostram uma imagem negativa dos pais não biológicos, mais concretamente das madrastas, como figuras malévolas. A própria palavra “madrasta” transporta consigo uma conotação negativa com “má-drasta” e não “boa-madrasta” (Falcke & Wagner, 2000).

A recomposição familiar não se destaca apenas pelas dinâmicas relacionais entre pais não biológicos e enteados mas também pela relação entre pais e filhos, que é

colocada em grande *stress*, em que ambos enfrentam desafios que não estão presentes na construção da primeira família, sendo este risco maior nos dois primeiros anos após o recasamento anos e durante a adolescência (Cartwright, 2008). A reconstrução familiar implica a necessidade de manutenção mas também a redefinição do laço parental e filial. Este compromisso é importante tendo em conta a responsabilidade no cuidado, que permanece nos pais mesmo no momento em que se constrói a nova família. Esta tarefa interpela os pais para encontrarem uma modalidade congruente de forma a cumprir com o seu papel parental, favorecer e encorajar este processo (Gambini, 2007).

Nas famílias recompostas, uma fonte de dificuldades para os filhos são os conflitos de lealdades sentidas face aos pais biológicos e pais não biológicos. Quando falamos de conflitos de lealdade falamos de um conflito intra-psíquico, que se produz nas instâncias do sujeito e não na qualidade das relações mais ou menos positivas com cada um dos elementos da família (Freud, 1915; cit. in Greco, 1999). O termo “lealdade”, utilizado por Boszormenyi-Nagy e Spark (1988; cit. in Greco, 1999) sublinha a força da união que a nível ético se desenvolve na pessoa em resposta às relações primárias e que tem por horizonte a história multi-geracional da família. Deste modo, os limites e pertenças familiares, ligadas ao elemento ausente e à sua presença simbólica, pode funcionar como um “buraco negro” que atrai e destrói o pensamento. A representação do vazio gerado pela ausência, pode tornar-se o centro da vida psicológica da pessoa, no desejo e na nostalgia de uma presença real (Greco, 2006).

Ainda, neste processo os filhos correm o risco de ter dificuldades em conceber a sua identidade face ao novo casal, dado o facto de pertencerem a mais do que um grupo familiar, onde coexistem tanto os laços biológicos como os laços afectivos (Van Cutsem, 2001). Neste domínio, uma das formas das crianças manterem a sua identidade intacta é terem acesso à sua linhagem materna e paterna (Cigoli & Scabini, 2006). Do mesmo modo, a capacidade de transformar a ambiguidade dos limites familiares numa permeabilidade saudável é uma das competências mais importantes que as famílias reconstituídas devem adquirir (Greco & Roncari, 2006).

3.3. A parentalidade nas famílias recompostas

Quando falamos de famílias recompostas falamos de laços biológicos mas também de laços afectivos. Tal como afirma Lobo (2009), nas famílias recompostas há a coexistência de duas formas de parentalidade, a parentalidade biológica e a

parentalidade social. Autores como Van Cutsem (2001) reflectem sobre esta ligação afectiva e a ausência de regulamentação jurídica, sublinhando que na família recomposta, o elo de parentesco é apenas afectivo e não biológico nem jurídico. Sabemos que na primeira união, a existência da primeira família é reconhecida e regulamentada pelo direito. Do mesmo modo, a dissolução do casamento implica regras bem precisas sobre o divórcio, o estatuto da criança, o exercício das responsabilidades parentais, o direito às relações pessoais entre pais e filhos, entre outros. No entanto, nas famílias recompostas existe um vazio jurídico. Acrescenta que apesar de não existirem vínculos jurídicos entre padrastos ou madrastas e a criança, padrastos e madrastas passam a fazer parte da vida dos seus enteados, tornam-se pessoas presentes no seu quotidiano. Apesar de não terem qualquer responsabilidade educativa em simultâneo ocupam uma posição privilegiada na sua educação, principalmente quando as crianças vivem essencialmente com eles, exercendo uma influência considerável sobre estas crianças, sobretudo se assumirem uma função parental (Van Cutsem, 2001).

Numa análise da construção social do padrasto, integrando três factores importantes como o meio social, a representação da família e o tipo de relação após o divórcio, Lobo (2009) apresenta-nos duas estratégias: a estratégia de *substituição* e a estratégia de *perenidade*. No primeiro caso, nos meios considerados desfavorecidos, impera a estratégia de substituição, devido à conflitualidade na relação entre ex-cônjuges após o divórcio, bem como, a relação entre pai biológico e os filhos. Considera que os membros do novo assumem totalmente a função parental, com a transferência integral do papel parental dos pais biológicos para os padrastos, sobretudo na dimensão educativa. No segundo caso, os padrastos constroem o seu papel através de uma composição, não numa óptica de substituição mas na construção de uma identidade própria, sem invadir papéis pré-estabelecidos.

Num outro trabalho, a autora aprofunda a estratégia de perenidade, apresentando-nos as seguintes modalidades: *estratégia de perenidade conflitual*, no qual a construção do papel dos padrastos se estrutura através de uma transferência de papéis, desempenhando no dia a dia as funções dos pais. Nesta lógica, as mães guardiãs realçam a extrema ausência do pai biológico, sobretudo num fase desenvolvimental precoce dos seus filhos. Segundo a autora, dada esta ausência a função parental, os padrastos assumem a função educativa dos seus enteados. A relação entre ambos é pautada pela amizade, protecção e amor que foi construída ao longo de vários anos de convivência. Na *estratégia de perenidade formal*, denota-se um certo distanciamento entre padrastos

e enteados, uma relação pouco afectiva e um acompanhamento mais formal. Nestas circunstâncias, a mãe assume-se como uma figura central, desempenhando o papel de pai e de mãe, libertando os padrastos das responsabilidades. Por último, na *estratégia de perenidade informal*, existe uma maior presença dos pais biológicos, confirmada pelos padrastos. Contudo, esse reconhecimento não coíbe que num determinado período de vida dos filhos, o padrasto tenha adoptado uma postura substitutiva dos pais biológicos. Nesta lógica, os relacionamentos pautam-se pela informalidade (Lobo, 1996).

A inter-relação entre pais biológicos e padrasto e madrastas aparecem também como factores a ter em consideração no ajustamento dos filhos à reconstrução familiar. Como sublinham Edwards (2002) Bray e Berger (1993), nas famílias recompostas, pais biológicos e não biológicos não devem ser pensados em separado. A estabilidade da posição de ambos está geralmente ligada uma com a outra. Esta estabilidade, concebida como uma continuidade da história passada da criança até ao presente, com a manutenção das suas relações afectivas, especialmente entre pais biológicos e pais não biológicos, influencia a relação entre pais não biológicos e seus enteados.

Como argumenta Ferraris (2002), a história relacional nunca se encerra totalmente e a indissolubilidade do vínculo parental deve ser respeitado. Assim, o papel de favorecer as relações entre filhos e o pai que não vive com eles é melhor desempenhado pelo padrasto do que pelo próprio progenitor biológico, que na maior parte das situações possui uma relação conflituosa com o ex-cônjuge, tendo dificuldades em se comunicar com ele. A situação ideal verifica-se quando a terceira figura parental ajuda os filhos do parceiro a manterem uma boa relação com o pai que não vive com eles, quando não cria situações de competição nem procura substituí-lo.

Com o divórcio, um dos pais passa a ser o centro das relações familiares e de novas relações. O outro pai, apesar de estar dentro do limite da família, encontra-se fora do espaço da vida familiar (Cigoli & Scabini, 2006), como nos mostram os estudos que indicam que após o divórcio existe um decréscimo do contacto parental do progenitor não guardião (Hetherington, 1982; Souza, 2000; Hofferth & Anderson, 2003).

Nas famílias recompostas, a construção do papel dos padrastos e madrastas está simultaneamente envolvida em expectativas irrealistas, designadamente no que concerne à responsabilidade dos membros serem responsáveis pelo bem-estar emocional dos membros da família e ao mito de um amor instantâneo entre padrastos, madrastas e enteados. Estas fantasias podem dificultar a construção das novas relações familiares, causando infelicidade e prejudicando o relacionamento entre todos os seus

membros (Visher & Visher, 1993; Wagner & Falcke, 2000; Alarcão, 2002). Igualmente prejudicial podem ser as comparações entre a família recomposta e a famílias de pais biológicos, em particular a convicção de que o novo cônjuge será melhor pai do que o ex-companheiro ou o desejo de que a nova família esqueça rapidamente a anterior família (Papernow, 1987).

Assim, estas dificuldades e a não definição legal, mitos e expectativas podem estar relacionadas com a indefinição de papéis dos pais não biológicos e a sua inerente ambiguidade. A presença de indefinições e ambiguidades no desempenho do papel de padrastos e madrastas pode tornar-se uma dificuldade na construção das relações, nos relacionamentos entre os membros da família, tornando-se num potencial factor de *stress* (Costa, 1994; Fine, Kurdek & Hennigen, 1992).

Tal como nos mostra o estudo realizado por Fellman, Galán, Roque e Galán (2008), os padrastos e madrastas demonstram dificuldades no desempenho do seu papel nas famílias reconstituídas, podendo sentir-se desgastados e sobrecarregados por ter que desempenhar múltiplos papéis ou por terem que dar prioridade às necessidades individuais dos outros membros da família. Deste modo, o sentimento de desgaste tem interferência na relação entre padrastos, madrastas e enteados e nos níveis de tensão associado ao seu papel, apresentando menor grau de clareza sobre o seu papel com o enteado.

Nas dificuldades relatadas por padrastos e madrastas no desempenho do seu papel nas famílias reconstituídas, são referenciadas diferenças de género: as madrastas expressam mais *stress* porque não conseguem responder a todas as demandas a que se sentem obrigadas a responder, demonstrando que são particularmente vulneráveis nestas família, experienciando mais dificuldades no desempenho do seu papel e mais insatisfação com o seu papel nas relações familiares (Fellmann, Galán, Lloreda, 2008)

Outros estudos têm-se debruçado sobre a construção do papel parental dos padrastos e madrastas, mostrando-nos e comparando a sua relação com os pais biológicos que dispõem do mesmo tempo para os seus enteados (actividades em conjunto, ajuda nas tarefas escolares). Consideram que os padrastos e madrastas se assemelham a uma figura parental apesar de não tentar substituir o progenitor biológico (Mason, Harrison-Jay, Svare & Wolfinger, 2002). Outros autores, tentam perceber a percepção do papel dos padrastos e madrastas – imaginária e real – por parte dos pais, padrastos/madrastas e enteados, demonstrando que a nível imaginário, metade dos pais e padrastos/madrastas identificam-no o seu papel como um papel parental. Ao contrário,

as crianças vêem os padrastos/madrastas sobretudo como amigo. Numa perspectiva real do papel dos padrastos/madrastas, a percepção do seu papel não é diferente do imaginário. No entanto, as crianças viam os novos membros como padrastos/madrastas. Por sua vez, os novos membros vêem-se como padrastos/madrastas (Fine, Coleman & Ganong, 1998).

Em suma, verificamos que a recomposição familiar é uma tarefa árdua, onde o casal e a nova família se deparam com a ambiguidade dos papéis familiares, com a necessária redefinição dos limites familiares onde o factor tempo se mostra como uma dimensão importante. Tal como nos mostram alguns autores, na recomposição familiar, um factor importante é a dimensão temporal. As novas relações familiares são construídas ao longo do tempo, no dia a dia, na convivência. Apesar dos padrastos e madrastas assumem uma especial relevância na estrutura das famílias reconstituídas, em que a sua integração é complexa (Fellmann, Galán & Lloreda, 2008), o factor tempo é um elemento essencial (Greco & Roncari, 2006), sendo que estas famílias são herdeiras de um passado, que de certo modo condicionam as relações futuras (Lobo, 2009).

**Capítulo II. Enquadramento e Contextualização
Metodológica do Estudo**

1. Método

Neste estudo sobre famílias reconstituídas, consideramos apropriado a realização de uma investigação de cariz qualitativo através de um estudo de caso único de natureza instrumental. Com a escolha de uma metodologia qualitativa, o investigador tenta compreender aprofundadamente um determinado fenómeno, dando primazia às experiências dos sujeitos (Almeida & Freire, 2003; Bogdan & Biklen, 2006).

No estudo de caso, o objectivo não é apenas compreender o caso em si mas o fenómeno (Stake, 2010), no nosso trabalho, o fenómeno da reconstrução familiar.

Para a concretização desta investigação conduzimos um estudo em profundidade de uma família recomposta, cujo processo metodológico apresentaremos seguidamente.

1.1. Definição do Problema

A recomposição familiar torna extensas as redes familiares, que vão desde os novos cônjuges aos filhos de um ou de ambos (Leandro, 2001). Esta descrição mostra-nos um enredo relacional, com a presença de novas formas de parentalidade, múltiplas filiações e pertenças a mais do que um sistema familiar, múltiplas histórias relacionais que se cruzam com um passado de dor e um futuro de esperança.

Apesar das famílias recompostas serem cada vez expressivas nas nossas sociedades, Browning, Accordini, Gennari e Cigoli (2010), consideram que estas famílias são uma população relevante a que se tem dado pouca atenção, existindo uma enorme desigualdade entre a realidade clínica e a investigação científica, face ao elevado número de famílias que têm pedido ajuda e que não tem equidade para o número de estudos e artigos publicados sobre o tema.

Dada a complexidade da história e das relações familiares resultantes desta nova união, falar de famílias recompostas liga-nos de imediato às dificuldades que estas famílias encontram a vários níveis: num primeiro momento, a experiência de um divórcio de pelo menos um dos membros do casal e o luto da anterior relação (McGoldrick & Carter, 1980; Costa, 1994). Na formação do novo casal, um dos progenitores traz uma história relacional anterior e a construção do casal acompanha a parentalidade de um dos progenitores (Visher & Visher, 1993; Kunrath, 2006).

Vários subsistemas familiares cruzam-se, novos papéis, novas relações com o risco de fronteiras ambíguas e conflituosas (Costa, 1994; Oliveira, 2005). Novas formas de parentalidade e novas formas de filiação e de pertença cruzam-se com laços afectivos e biológicos (Van Cutsem, 2001).

As famílias recompostas pautam-se por dinâmicas muito próprias, deparando-se importantes questões: Como é construída a parentalidade? Quem faz parte ou não da família? Qual o espaço de cada membro? Como é feita a administração do tempo? A quem dedicá-lo? Se aos filhos ou ao novo cônjuge? Como se constroem as novas uniões com as famílias extensas? (Cano, Gabarra, More & Crepaldi, 2009).

Muitas questões emergem e que algumas investigações têm tentado responder. Internacionalmente, os estudos têm focalizado a sua atenção em diversas dimensões das famílias reconstituídas. A nível conjugal, alguns estudos enfatizam dilemas e as suas vulnerabilidades (Papernow, 1987), mitos conjugais e crenças no recasamento (Carter, Morris & Blanton, 2000; Agee, 2009) e a qualidade conjugal associada à parentalidade, biológica e afectiva (Fine & Kurdek, 1995).

A nível filial, grande parte dos estudos foca-se no impacto psicológico da reconstrução familiar (Fine, Voydanoff & Donnelly, 1993; Collins, Newman & McKenry, 1995; Wagner, Ribeiro, Arteché & Bornholdt, 1999; Bou, Walters-Pacheco & Serrano-García, 2008). Outros estudos abordam a questão do rendimento escolar e a estrutura familiar (Zimilies & Lee, 1991).

O papel dos novos membros da família também merece atenção por parte da literatura, primeiramente na discussão sobre a nova forma de parentalidade presente nas famílias reconstituídas (Mason, Jay, Svare & Wolfinger, 2002; Tomé & Schermann, 2004). Outros estudos abordaram a percepção dos membros da família sobre o papel do padrasto e de que forma está associado ao funcionamento da família (Graham, 2010), a qualidade das relações entre padrasto e enteado (McDonald & DeMaris, 2002; Ribeiro, 2005), factores psicológicos associados ao papel dos progenitores não biológicos (Borton, 2003; Fellmann, Galán & Lloreda, 2008).

Sobre os pais biológicos, os estudos tem-se focado na autoridade parental nas famílias reconstituídas (Gouveia, 2010), na ausência do pai biológico e os seus efeitos no padrasto (Oshman & Manosevitz, 1976), o envolvimento paterno nas famílias reconstituídas (Glover, 2007) e o papel das mães biológicas na formação na formação das famílias reconstituídas (Thompson, 2009).

Sobre a família alargada, mais concretamente, os estudos têm-se focado nos avós, na qualidade da relação entre avós e netos como preditor de ajustamento psicológico na juventude em famílias divorciadas (Henderson, Hayslip, Sanders & Louden, 2009; Attar-Schwartz, Buchanan, Griggs, Tan & Flourin, 2009).

Os estudos anteriormente citados analisam o fenómeno da reconstrução familiar a nível conjugal, filial e parental. Porém, estas investigações focam-se em determinadas dimensões das famílias reconstituídas e não na sua percepção como um todo, numa unidade que cria uma identidade. Deste modo, com esta investigação pretendemos compreender o fenómeno da recomposição familiar no seu todo através da inclusão da perspectiva dos vários membros da família, nomeadamente, do casal, do filho e dos avós maternos, através de uma metodologia que tem como pressuposto o estudo aprofundado de um fenómeno.

Assim, em virtude da escassez de trabalhos a nível nacional e o crescente número de famílias reconstituídas, pretendemos que esta investigação permita uma maior compreensão sobre a sua identidade e a construção das suas dinâmicas relacionais.

1.2. Objectivos e Questões de Investigação

Durante um processo de investigação, a formulação de objectivos é uma etapa importante, permitindo ao investigador seguir um determinado percurso no seu estudo, orientando a sua intervenção, clarificando indicadores metodológicos e as problemáticas teóricas (Pacheco, 2006).

Assim, para a concretização desta investigação, o nosso objectivo geral, tal como referimos anteriormente, consiste em perceber como é construída a identidade da família recomposta e quais as dinâmicas relacionais entre padrasto e enteado. Para dar resposta a estes objectivos gerais foram construídos alguns objectivos específicos, nomeadamente:

1. Perceber como é construída a relação conjugal na família recomposta;
2. Perceber como é construída a identidade da família e as dinâmicas relacionais entre padrasto e enteado;
3. Perceber quais as crenças presentes nas famílias recompostas;
4. Perceber a qualidade das relações familiares entre os membros da família e as respectivas famílias de origem;

5. Perceber como os avós vivem a recomposição familiar;
6. Perceber a influência da família anterior na nova família, em particular a influência dos membros ausentes da primeira família.

A construção de uma investigação inicia-se com um conjunto de questões que surgem não apenas como um ponto de partida para o investigador. Tal como afirma Bogdan e Biklen (2006), as questões de investigação auxiliam o investigador no enquadramento do estudo, ajudando-o a reflectir sobre o terreno que pretende estudar. Deste modo, as questões de investigação que nortearam o nosso estudo foram as seguintes:

1. O que o casal descobriu no Outro e na relação?
2. O que idealizavam na relação agora que vivem juntos?
3. Quais as crenças partilhadas pelo casal acerca da família recomposta?
4. Quais as dimensões do papel do padrasto vividas com maior dificuldade?
5. O que o padrasto descobriu de novo no enteado? E na relação entre ambos?
6. O que o enteado descobriu de novo no padrasto? E na relação entre ambos?
7. Como foi o encontro entre o novo casal e os avós?
8. De que forma é que a família anterior ainda está presente para os avós?
9. Como é o ambiente familiar entre os membros da família recomposta e as suas respectivas famílias de origem?
10. Que tipo de relação os membros da família recomposta constroem com o contexto social onde estão inseridos?

2. Desenho do Estudo

Numa tentativa de compreender a construção da identidade as dinâmicas relacionais de uma família recomposta, esta investigação⁵ insere-se numa investigação qualitativa mais especificamente no estudo de caso instrumental, com uma clara valorização pelo mundo interno dos sujeitos, dos seus significados e das suas vivências.

⁵ Inicialmente, esta investigação enquadrava-se num estudo fenomenológico. Porém, devido à dificuldade em reunir um número suficiente de participantes, surgiu a necessidade de reformulação desta investigação, optando por um estudo de caso instrumental.

Seguidamente, apresentaremos as características de uma investigação qualitativa, das *family research* e dos estudos de caso.

2.1. Investigação Qualitativa

A investigação em psicologia, em alguns períodos, teve como referência o modelo de investigação das ciências sociais, com uma total primazia ao desenvolvimento de métodos quantitativos e padronizados, com o objectivo de isolar causas e efeitos, medir e quantificar fenómenos, construir planos de investigação que permitissem a generalização de resultados e a formulação de leis gerais (Flick, 2002).

Porém, as relações que cada pessoa estabelece com o mundo e com os demais reveste-se de valores e significados simbólicos, que dificilmente encontram rosto em quantificações e correlações. Tal como nos mostra Chizzotti (2003) e Pinto (2004), o ser humano constrói interacções e atribui significados ao mundo que o rodeia. Logo, o seu mundo interno é muito mais profundo do que simples quantificações sobre determinados fenómenos. Assim, investigações de cariz qualitativo emergiram com a finalidade de dar rosto a esta especificidade do ser humano, no que lhe é próprio, ao seu mundo de relações e ao meio que o rodeia.

Este tipo de metodologia permite-nos descrever a complexidade de um fenómeno, investigando interacções de determinados factores, classificando processos dinâmicos vividos por grupos sociais e compreendendo em maior profundidade as características dos comportamentos dos indivíduos (Bogdan & Biklen, 2006). Na sua tentativa de compreensão de um fenómeno na sua totalidade, assenta numa análise de cariz indutivo e idiográfico, estudando a realidade sem a fragmentar nem descontextualizar (Almeida & Freire, 2003).

Autores como Creswell (2009) e Johnson e Christensen (2008) mostram-nos que na investigação qualitativa, a recolha de dados acontece no ambiente natural onde os participantes experienciam o problema em estudo. O estudo não é feito em condições artificiais mas sim em contacto directo com as pessoas, observando a forma como interagem no seu contexto natural. Deste contacto directo, o papel do investigador ganha uma outra notoriedade, ele torna-se num instrumento chave da pesquisa com a observação directa dos fenómenos em estudo, que apesar de utilizar vários instrumentos, é o próprio que reúne a informação.

Os investigadores qualitativos, fazendo parte da vida dos participantes, envolvem-se no seu mundo interno e no seu contexto social, aprendendo com as suas experiências e significados. O papel interpretativo do investigador surge dos seus interesses, valores, emoções, cultura e da sua interacção com os participantes. Deste modo, o investigador qualitativo deixa-se ser interpelado e desafiado pelos significados que os participantes dão às suas experiências (Sciarra, 1999; Dwyer & Buckle, 2009; Creswell, 2009). Esta postura relacional implica que o investigador seja uma parte integrante do desenho do estudo, já que se envolve numa relação com os seus participantes (Cigoli & Scabini, 2006).

Desta forte presença do investigador na vida dos participantes, o seu papel ganha um outro relevo quanto ao seu dever ético. Vários dilemas podem ocorrer como a selecção dos participantes, o consentimento informado, a confidencialidade, o anonimato e a protecção dos participantes sobre qualquer dano (Barker, Pistrang & Elliot, 2002; França-Tarragó, 2005). Deste modo, existe uma necessidade constante de uma reflexão sobre o possível dano que a participação de um processo de investigação pode causar nos participantes. Assim, a sensibilidade do investigador deve estar sempre presente (Cieurzo & Keitel, 1999).

Partindo de um carácter interpretativo, o investigador, a partir do mundo de significados dos participantes faz uma interpretação pessoal à luz da sua bagagem teórica. Dado o carácter holístico das metodologias qualitativas, o investigador tenta desenvolver um quadro interpretativo do fenómeno em estudo, que implica o envolvimento de múltiplas perspectivas, a identificação de vários factores que participam no fenómeno (Creswell, 2009; Johnson & Christensen, 2008).

Os desenhos de estudo são flexíveis, não contém etapas pré-determinadas e sequências. A investigação pauta-se por um certo dinamismo, em que o investigador, os participantes, a relação entre ambos e o cenário onde a investigação se desenvolve estão sujeitos a mudanças e a desenvolvimentos. Para além disso, o processo de investigação normalmente é não linear e não sequencial (Frankel & Devers, 2000). Não seguindo esta linearidade, o investigador poder alterar os passos do processo de investigação, como a selecção do tema de investigação, as questões de investigação, o desenho do estudo, a recolha de dados, a análise de dados, a generalização dos resultados, a validação dos resultados e a redacção dos resultados (Johnson & Christensen, 2008). De igual modo, esta não linearidade no processo de investigação, permite ao investigador uma reflexão constante sobre o processo de investigação, quer na sua totalidade quer na

interligação de cada uma das suas etapas. Permite a reflexão entre a recolha e interpretação dos dados, a selecção do material empírico, as categorias, os métodos e as teorias utilizadas e na sua adequação ao tema e aos dados recolhidos (Flick, 2002).

Ora, desta flexibilidade que está presente ao longo do processo de investigação mas sobretudo da possibilidade que este tipo de investigação permite ao investigador aceder às experiências, às vivências, aos significados que as pessoas atribuem a determinado acontecimento e o contacto directo que daí resulta, consideramos que as metodologias qualitativas apresentam uma grande relevância no estudo da família e na compreensão de um determinado acontecimento ou fenómeno. Deste modo, partilhamos da opinião de Cigoli e Scabini (2006) quando sublinham que uma investigação de cariz qualitativo está em sintonia com a complexidade de uma família.

2.2. Family Research

A família é uma realidade multicomplexa, devido à sua própria natureza e à complexidade das relações que nela existem (Cigoli & Scabini, 2006). O seu estudo é portanto motivo de reflexão aprofundada no âmbito da psicologia da família, demonstrando que dada a sua complexidade, é importante procurar a metodologia e a técnica mais adequada para o seu estudo (Scabini & Iafrate, 2003).

Seguindo o horizonte relacional simbólico, como referimos na primeira parte deste trabalho, a família é apresentada como uma organização, geradora de relações primárias de género, geração e estirpes, um campo relacional entre cônjuges, entre pais e filhos, e entre gerações. A família possui então uma história e é geradora de histórias que encontram a sua raiz nas relações entre os seus membros. Deste modo, numa investigação sobre a família, o objecto específico são as relações familiares (Lanz & Rosnati, 2002). Tal como nos mostra Scabini e Cigoli (2002), a relação é a referência básica, construída na intersubjectividade e num contexto da pertença de cada pessoa. Estudar a família significa então considerá-la a partir da sua natureza relacional, com a escolha de uma metodologia coerente com uma investigação numa óptica relacional (Lanz & Rosnati, 2002).

A escolha por um campo metodológico pressupõe igualmente a delimitação do tipo de estudo, considerando duas possíveis modalidades de investigação das relações familiares, os designados *family related studies* e os *family studies*. Uma importante preocupação nos estudos sobre a família tem sido a forma de estudar a família como

uma unidade, em contraste com os estudos assentes numa perspectiva dual. Deste modo, algumas investigações focam-se apenas numa única unidade de análise, como por exemplo, o estudo apenas de um membro da família ou da díade conjugal (Scabini, Marta & Lanz, 2006). A atenção por uma perspectiva individual e a consequente recolha de dados de apenas um dos membros da família insere-se nos *family related studies* (Lanz & Rosnati, 2002). Porém, quando ultrapassada esta visão singular e quando a família é considerada como um grupo, adopta-se uma perspectiva relacional (Scabini, Marta & Lanz, 2006) e estamos perante os *family studies* (Lanz & Rosnati, 2002).

Uma visão integradora da família, considera-a como um grupo, a que todos pertencem e dela fazem parte, reconhecendo a sua especificidade e a sua unicidade. Ou seja, a sua história, as suas regras, os seus papéis e a sua natureza relacional fazem da relação a sua base essencial, que se funda na pertença familiar dos seus membros (Scabini & Iafrate, 2003). Ora, desta especificidade nasce o património familiar, que apesar de ser partilhado pela família é vivido de forma muito particular por cada um dos seus membros, criando uma cultura familiar que importa conhecer (Lanz & Rosnati, 2002). Mas, este conhecimento deve partir dos vários membros da família (*multiple informants*), sobre o que partilham, o que os une, qual a sua história, bem como, o que cada um pensa e sente (Lanz & Rosnati, 2002; Cigoli & Scabini, 2006). Só assim estamos perante um verdadeiro estudo familiar (Sabini & Iafrate, 2003; Lanz & Rosnati, 2002).

Nesta investigação sobre famílias recompostas, onde queremos perceber como é vivida a recomposição familiar, através das perspectivas dos vários membros da família, o casal, o enteado e os avós maternos, a presente investigação insere-se no âmbito dos *family research studies*.

2.3. Estudo de Caso

Os estudos de caso foram-se afirmando lentamente no campo da investigação juntamente com os dos métodos qualitativos, mais concretamente, com os estudos etnográficos e com o uso da observação participante. Tiveram uma longa história nas investigações educacionais, sendo posteriormente utilizados por outras áreas de estudo como a psicologia clínica, com grande expressão nos trabalhos de Sigmund Freud e Jean Piaget (Borg & Gall, 1989).

Na sua caracterização sobre este tipo de estudos, Simons (2011) afirma que um estudo de caso é uma investigação exaustiva de um fenómeno tendo em conta múltiplas perspectivas, integrando diferentes métodos em que a principal finalidade é investigar a unicidade de um determinado caso. Para Baxter e Jack (2008), um estudo de caso ultrapassa a visão de uma investigação individualista e situacional, permitindo ao investigador perceber o *como* ou o *porquê*, tendo em consideração a influência do contexto onde o fenómeno se insere. Por último, autores como Stake (2005) sublinham a ideia de que um estudo de caso não é apenas uma escolha metodológica mas antes uma escolha de um determinado fenómeno ou acontecimento. De salientar que neste tipo de estudos muitas vezes é utilizado o termo “caso”. Esta designação tem uma grande amplitude, podendo englobar uma pessoa, um evento, um problema ou um grupo (Dooley, 2002; Meirinhos & Osório, 2010).

Numa ilustração com base nos objectivos de um estudo de caso, Stake (2010) faz uma distinção entre estudos de caso *intrínseco*, quando o objecto de estudo se estuda pelo próprio interesse; os estudos de caso *instrumentais*, o fenómeno em estudo é um meio para compreender um problema, não apenas o caso estudado mas também outros casos; e o estudo de caso *colectivo* em que se estuda vários casos para daí realizar uma interpretação colectiva de um fenómeno.

Por sua vez, Bogdan e Biklen (1994) classificam os estudos de caso em relação ao número de casos em investigação. Os autores apresentam-nos os designados *estudos de caso únicos*, tal como o nome indica, baseiam-se apenas num único caso e os *estudos de caso múltiplos*, quando estudam mais do que um caso. Partindo da caracterização feita pelos autores anteriormente citados, a nossa investigação enquadra-se dentro dos estudos de caso único e instrumental.

3. Participantes

Para a concretização de uma investigação, o investigador questiona-se sobre o fenómeno e a população que pretende estudar (Barker, Pistrang & Elliott, 2002). Assim, para este estudo, não obstante as várias configurações de famílias recompostas, definimos as seguintes características: famílias recompostas, em que um dos elementos do casal tenha experienciado um divórcio. O novo casal deveria ter idades compreendidas entre os 25-45 anos, que estivessem em co-habitação ou casados há pelo menos dois anos. O filho de um dos membros do casal deveria ter entre 12 a 17 anos.

Na definição do número de anos da união do casal, tivemos em consideração um estudo anteriormente realizado por Francescato, Cagnetti e Grego (1996 cit in. Greco & Roncari, 2006) sobre famílias reconstituídas (por divórcio e viuvez). Como critério da definição da faixa etária dos enteados, consideramos a fase da adolescência por ser descrita por alguns autores como a idade mais complicada para a formação da nova família (Alarcão, 2002; Hofferth & Anderson, 2003).

O processo de amostragem, isto é, o processo pelo qual chegamos à definição de dos participantes (Almeida & Freire, 2003), foi um processo de amostragem não probabilística intencional, no qual o investigador especifica as características da população que possuía particularidades para o estudo, tentando localizar futuros participantes que contenham essas mesmas características (Johnson & Christensen, 2008). Neste sentido, este processo foi também ao encontro dos princípios da amostragem teórica, isto é, as pessoas são seleccionadas de acordo com o seu nível esperado de gerarem novas ideias para a elaboração de novas ideias para a construção de uma teoria (Glaser & Strauss, 1967; cit. in. Flick, 2002).

Neste estudo, tivemos a participação de uma família recomposta, em que a esposa do novo casal experienciou um divórcio tendo um filho do anterior casamento (12 anos), levando-o para a nova união. O casal namora há dois anos e vive em co-habitação há sete meses. Os membros do casal têm idades compreendidas entre os 34 e os 41 anos. Quanto às habilitações literárias, um dos membros do casal possui uma licenciatura e o outro membro do casal possui o 12º ano de escolaridade. O filho de um dos membros do casal tem 15 anos e frequenta o 9º ano de escolaridade. Por sua vez, os avós maternos têm idades compreendidas entre os 67 e 68 anos, e encontram-se casados há 45 anos, com dois filhos, apesar do filho ter já falecido. Ao nível das suas habilitações literárias, ambos possuem a quarta classe e encontram-se actualmente reformados.

4. Instrumentos

As investigações qualitativas implicam uma grande variedade de materiais na recolha de dados, permitindo ao investigador descrever e interpretar os significados individuais, que inter-relacionam várias práticas na tentativa de melhor compreender o fenómeno em estudo (Denzin & Lincoln, 2005).

Assim, nesta investigação, foram utilizados vários instrumentos para a recolha de dados, nomeadamente, o uso de três questionários sócio-demográfico, três entrevista semi-estruturadas, dirigidas ao casal, ao enteado e aos avós maternos da família recomposta. Foi aplicado o *Remarriage Belief Inventory* (Higginbotham & Adler-Baeder, 2008), com o objectivo de avaliar as crenças associadas às famílias recompostas e o *Stepparent Role Strain Index* (Fellmann, Galán, Roque & Galán, 2008), de forma a avaliar a tensão associada ao papel de padrastos e madrastas. Foram igualmente aplicados *La Duppia Luna* (Greco, 1999), em fase de adaptação para a população portuguesa, em que se pretende compreender os limites e pertenças familiares ligadas ao elemento ausente e à sua presença simbólica (Greco, 2006) e o Ecomapa (Hartman, 1978), de forma a avaliar a relação entre a família recomposta e o contexto social.

4.1. Questionário sócio-demográficos

No sentido de recolher informações demográficas dos participantes foram criados três questionários sócio-demográficos, um questionário dirigido ao casal, ao enteado e aos avós maternos da família recomposta.

O questionário sócio-demográfico dirigido ao casal recomposto pretende a recolha de informações sobre a família actual, nomeadamente, as idades, o género, as habilitações literárias, a profissão, o estado civil, a duração da actual relação e os dados do actual companheiro, informações do anterior companheiro, a duração do primeiro casamento, o número de filhos da anterior relação e as suas idades, o progenitor que detém a guarda do filho, o tempo que o filho passa com o pai ou mãe que não detém a guarda do filho e o tempo que o filho passa com o enteado (Anexo I – Questionário sócio-demográfico dirigido ao casal da família recomposta).

O questionário sócio-demográfico dirigido ao enteado da família recomposta pretende recolher informação sobre a idade, género, ano de escolaridade, o contacto com o progenitor que não detém a guarda, o tempo que passa com o progenitor que não detém a guarda, o tempo que passa com o padrasto ou madrasta e o contacto com irmãos ou meios-irmãos (Anexo II – Questionário sócio-demográfico dirigido ao filho/enteado da família recomposta).

O questionário sócio-demográfico dirigido aos avós recolhe dados sobre o género, a idade, a profissão, as habilitações literárias, o estado civil e o contacto com a

família recomposta (Anexo III – Questionários sócio-demográfico dirigido aos avós maternos da família recomposta).

4.2. Entrevistas

Na investigação em ciências sociais, o uso de dados verbais como o recurso a entrevistas tem sido um aspecto valorizado, na recolha de informações sobre pensamentos, crenças, conhecimentos, razões, motivações, sentimentos, experiências, valores, comportamentos e atitudes das pessoas (Foddy, 1993).

Existem vários tipos de entrevista, nomeadamente, as entrevistas estruturadas, as entrevistas semi-estruturadas, as entrevistas narrativas, entrevistas de *focus grupo*, entre outras. Nas *entrevistas estruturadas*, o entrevistado responde a um conjunto de questões já definidas, que devem ser apresentadas numa ordem ou sequência pré-estabelecida. Existe pouca flexibilidade na ordem de pergunta ou de resposta. O investigador não deve alterar a sequência das questões. O seu papel é neutro e estabelece com as pessoas uma relação mínima (Fontana & Frey, 2005).

Contrariamente a estas entrevistas padronizadas, que apresentam esta rigidez, correndo o risco de obscurecer a perspectiva do entrevistado, surgem as *entrevistas semi-estruturadas*. Este tipo de entrevistas permite uma maior liberdade de resposta do entrevistado, na medida em que são entrevistas compostas por um conjunto de questões pré-definidas, mas de natureza aberta que possibilita ao entrevistado estruturar o seu pensamento sobre o tema em estudo e ao entrevistador aprofundar determinados tópicos, considerados pertinentes para o seu estudo (Flick, 2002; Almeida & Freire, 2003). Para Foddy (1993), a inclusão de questões abertas permite ao entrevistado responder sobre o seu mundo pelas suas próprias palavras, diminuindo o risco de influências, evitando assim respostas socialmente correctas, indicando-nos a relevância da informação e qual a sua importância na vida do sujeito.

Deste modo, o entrevistador deve manter com o entrevistado uma relação de confiança e de harmonia, proporcionando a construção de um clima que faça emergir informação sobre o seu mundo interno (Johnson & Christensen, 2004).

Ao longo desta investigação, antes da sua reformulação, elaboramos duas entrevistas semi-estruturadas, dirigidas ao casal e ao enteado da família reconstituída (Anexo IV – Guião das Entrevistas Piloto dirigida ao casal e enteado da família

recomposta). Após a reformulação, elaboramos três guiões de entrevistas semi-estruturadas, dirigidas ao casal, ao enteado e aos avós maternos da família recomposta. As entrevistas tiveram como referência algumas dimensões do estudo realizado por Francescato, Cagnetti e Grego (1996 cit in. Greco & Roncari, 2006) sobre famílias reconstituídas. Designadamente, a entrevista dirigida ao casal teve como referência a “*Intervista Clinica Generazionale*” (Cigoli & Tamanza, 2009), sendo composta por dimensões como o encontro entre o casal e as respectivas famílias de origem, a imagem da vida familiar antes do casal viver junto, o que consideram importante transmitir ao enteado e o que o padrasto redescobriu no seu papel e na sua relação com o enteado (Anexo V – Guião da Entrevista ao Casal da Família Recomposta).

A entrevista ao enteado continha dimensões como a imagem da vida familiar antes da família viver toda junta, o que o enteado redescobriu no padrasto e na relação de ambos (Anexo VI – Guião da Entrevista ao Filho/Enteado da Família Recomposta).

A entrevista dirigida aos avós era composta por dimensões como o encontro entre os avós e a nova família, a influência da família anterior na família actual e a imagem que possuem do papel do padrasto (Anexo VII – Guião da Entrevista aos Avós Maternos da Família Recomposta).

4.3. Remarriage Belief Inventory

Uma das dimensões que tem sido motivo de reflexão no âmbito do estudo das famílias reconstituídas é o tema das crenças. Nestas famílias, comparações com a família anterior e o amor imediato entre os seus membros são crenças⁶ que podem constituir um obstáculo nas relações, podendo afectar a qualidade conjugal no recasamento e conseqüentemente a formação da família recomposta (Canon & Coleman, 2004 cit in. Higginbotham & Adler-Baeder, 2008).

A construção deste instrumento teve como modelo teórico o modelo multidimensional cognitivo-desenvolvimental desenvolvido por Fine e Kurdek (1994; cit. in Higginbotham, 2005), que integra conceitos da abordagem cognitivo-comportamental e da perspectiva do ciclo de vida da família, agrupados em quatro dimensões: as unidades do sistema familiar, o tipo de cognições, a continuidade no ajustamento e etapas desenvolvimentais do sistema familiar. Partindo desta perspectiva,

⁶ As crenças representam cognições sobre a forma como pessoas ou relações *devem ser* ao contrário do que na realidade *são* (Baucom & Epstein, 1990; cit. in Higginbotham, 2005).

Fine e Kurdek (1994; cit. in Campbell, 2009) sugerem a necessidade de estudar o sistema familiar de uma família recomposta a partir dos seus subsistemas, considerados unidades estruturais constituídas por um ou vários membros que partilham uma história e padrões relacionais entre si.

A presença de crenças sobre como uma relação deve funcionar e a presença de suposições sobre o porquê de um padrão de relacionamento familiar pode influenciar o comportamento individual e as emoções nas relações (Baucom & Epstein; 1990 cit. in Higginbotham, 2005). Por outro lado, existe uma relação entre as cognições e o ajustamento de cada membro da unidade do sistema familiar em relação aos outros membros da respectiva unidade, que é alterada ao longo do ciclo de vida da família recomposta (Fine & Kurdek, 1994; cit. in Higginbotham & Adler-Baeder, 2008) desde o namoro, co-habitação, o início do recasamento (0-2 anos), uma fase intermédia do recasamento (2-5 anos) e uma fase mais avançada do recasamento (mais de 5 anos) (Fine & Kurdek, 1994; cit. in Campbell, 2009). Assim, um bom funcionamento, claras percepções dos papéis e a adopção de expectativas realistas permitem atribuições equilibradas sobre uma família recomposta, apresentando menos probabilidades de manter suposições e crenças de que uma família recomposta tem o mesmo funcionamento da primeira família (Fine & Kurdek, 1994; cit. in Higginbotham, 2005).

Para avaliar as crenças dos indivíduos no recasamento Fine e Kurdek (1994; cit. in Higginbotham, 2005) desenvolveram o Inventário sobre as Crenças no Recasamento, composto por 7 construtos que se decompõem em 48 itens. Cada construto representa uma das sete categorias que provêm da revisão da literatura e que foram operacionalizadas através das seguintes palavra-chave: 1) ajustamento; 2) nova relação; 3) prioridades; 4) passado; 5) novo companheiro; 6) sucesso; 7) recursos económicos. A resposta a cada um dos itens é feita segundo uma escala de *Lickert* de 1 – “*Totalmente falso*” a 5 – “*Totalmente verdadeiro*” (Anexo VIII - Guião do Inventário sobre as Crenças no Recasamento).

Quanto às qualidades psicométricas, a avaliação da estrutura factorial deste instrumento ocorreu em três fases: a primeira fase consistiu na confirmação da análise factorial dos sete construtos. Na segunda fase os sete construtos foram testados e a terceira fase consistiu na avaliação cruzada da estrutura factorial final. Os resultados da regressão padronizada variam de .53 a .90, em que os rácios para todos os coeficientes foram significativos ($p < .001$). Para validar a estrutura causal do instrumento, duas equações adicionais foram utilizadas para avaliar o construto da relação com dois

aspectos da qualidade no recasamento. A validade externa foi analisada através da aplicação de duas subescalas que avaliam a qualidade conjugal, nomeadamente o *Kansas Marital Satisfaction Scale* (Schumm et al, 1986; cit. in Higginbotham & Adler-Baeder, 2008) e o *Marital Adjustment Test* (Locke & Wallace, 1959; cit. in Higginbotham & Adler-Baeder, 2008). O *Goodness-of-fit* indica um modelo bem ajustado (GFI=.93; CFI=.98; RMSEA=.03). O ajustamento, medido pelo *Marital Adjustment Test*, demonstra níveis aceitáveis de ajustamento (χ^2 [406, N=344] = 272.72, $p < .001$; GFI=.90; CFI=.95; RMSEA=.04)

4.4. Stepparent Role Strain Index

Nas famílias recompostas, a posição dos padrastos e madrastas está envolvida em algum *stress* e a tensões associadas ao seu papel na família. Esta dimensão das tensões relacionadas com o desempenho de um papel é compreendida como as dificuldades percebidas quando tentam responder a pedidos, expectativas e obrigações. Partindo dos pressupostos da teoria dos papéis, a família pode ser percebida como um sistema com estatutos, em que cada membro ocupa uma ou várias posições que determinará direitos, obrigações e responsabilidades em relação aos outros membros da família (Goode, 1960; Pearlin, 1983; cit. in Fellmann, Galán, Roque & Galán, 2008).

O conceito de tensão associado ao papel do padrasto apresenta algumas características que não estão presentes numa família tradicional (Whitsett & Land, 1992; cit. in Fellmann, Galán & Lloreda, 2008). Deste modo, a presença de expectativas sociais negativas, estereótipos e a ambiguidade associada ao seu papel favorece a presença de diversas crenças entre os membros da família recomposta sobre o papel dos padrastos e madrastas, podendo daí resultar alguns conflitos nas relações (Fellmann, Galán & Lloreda, 2008).

Deste modo, de forma a poder analisar a tensão face ao papel dos padrastos e madrastas, Whitsett e Land (1992; cit. in Fellmann, et al, 2008), desenvolveram um instrumento baseado no modelo teórico de Pearlin (2003; cit. in Fellmann, et al, 2008). Na versão espanhola, o *Índice de Tensão Associada ao Papel dos Padrastos e Madrastas* é constituído pelas seguintes 6 dimensões: *Ambiguidade nas expectativas do papel parental*, que nos mostra as dificuldades na definição de um papel parental, revelando sentimentos de incerteza quanto ao seu desempenho; *Desgaste em relação ao papel*, evidenciando o desgaste dos padrastos e madrastas em responder aos pedidos dos

vários membros da família ou ao desempenho de vários papéis; *Mudança no subsistema paternal-filial* que nos mostra a angústia dos padrastos e madrastas quando “competem” com o seu companheiro(a) na relação com os seus filhos, relacionado com experiências de exclusão ou de perda da relação; *Ambivalência afectiva* relacionado com a incompatibilidade entre a verdadeira relação que o padrasto ou madrastra têm com o seu enteado com aquela relação que gostaria de ter; *Discordância normativa* reflecte as situações que envolvem a distribuição dos recursos do sistema familiar, seja os recursos económicos ou o poder nas decisões; *Interferência do ex-cônjuge* que nos mostra uma possível interferência do ex-cônjuge nas relações familiares dos padrastos e madrastas, podendo afectar tanto a relação conjugal como a relação com o enteado (Fellmann, et al, 2008).

Este instrumento é composto por 6 construtos que contêm 26 itens, cuja resposta a cada um dos itens é feita segundo uma escala de *Lickert* de 1 – “*Discordo Totalmente*” a 5 – “*Concordo Totalmente*” (Anexo IX – Guião do Índice de Tensão Associado ao Papel do Padrasto/Madrastra).⁷ Quanto às propriedades psicométricas, a versão espanhola possui um bom nível de consistência interna (Cronbach’s $\alpha=.89$) e cada um dos factores obtém uma consistência interna aceitável: Factor 1 – $\alpha=.91$, Factor 2 – $\alpha=.82$, Factor 3 – $\alpha=.77$, Factor 4 – $\alpha=.81$, Factor 5 – $\alpha=.73$, Factor 6 – $\alpha=.58$. Ao nível da dimensionalidade deste instrumento, a análise da amostra através do *Kaiser-Meyer-Olkin* ($KMO=.80$) e o teste de Barlett’s indicam uma análise multivariada adequada ($\chi^2= 1761.72$, $p< .001$). A versão espanhola do *Stepparent Role Strain Index* é composta por menos 4 itens do que a versão original, após a análise do *Varimax Rotated Component Matrix*, devido à sua presença em outros factores e à ausência de coerência conceptual. Na versão final, a análise factorial dos seis factores indica-nos 64.50% no total da variância. O *Index of fit of factor scales* (IFFS; Fleming, 1985 cit in. Fellmann, et al., 2008) expressa a proporção da variância dos itens que compõe cada factor, que

⁷ No que concerne à tradução e adaptação destes instrumentos, a primeira etapa deste processo iniciou-se com o contacto com os respectivos autores para percebermos, se no nosso contexto, existiam investigadores que já tivessem validado estes instrumentos. Dada a inexistência de qualquer procedimento de validação, formulamos um pedido de autorização para realizarmos este processo.

Numa fase seguinte, demos início ao processo de tradução do *Remarriage Belief Inventory* e do *Stepparent Role Strain* de inglês para português e de espanhol para português respectivamente. Numa fase posterior foi realizada a retro-tradução, de português para inglês e de português para espanhol. A retro-tradução do português para inglês contou com a colaboração de uma tradutora da Universidade Católica do Porto e a retro-tradução de português para o espanhol do *Stepparent Role Strain* foi entregue a uma pessoa bilingue.

Após a conclusão das retro-traduções, o guião final dos instrumentos foram enviados para os respectivos autores de forma a confirmar do sentido original dos instrumentos. De salientar que o processo de adaptação destes instrumentos para a população portuguesa não está concluído.

entre os .50 e os .60 nos indica que é aceitável e um valor superior a .70 indica-nos uma boa selecção dos itens. Os valores obtidos pelo IFFS mostra-nos que os factores 1, 4 e 6 obtiveram valores óptimos (entre os .72 e .87) e valores aceitáveis para os factores 2, 3 e 5 (valores entre os .60 e .66).

Por último, ao nível da validade divergente, a correlação entre o *Stepparent Role Strain Index* e o *Stepparent Role Clarity Inventory* (Fine, Coleman & Ganong, 1998 cit in. Fellmann, et al., 2008) é inversa e estatisticamente significativa, o que sugere que quanto maiores os níveis de tensão experienciados pelos padrastos e madrastas menor o grau de clareza e confiança sobre o seu papel em relação aos enteados.

4.5. “La Doppia Lua”

O instrumento “*La Doppia Luna*”⁸ pertence ao grupo dos instrumentos gráfico-projectivos, sendo considerado um instrumento gráfico-simbólico, com raízes nas teorias psicanalíticas de Sandler e no paradigma relacional simbólico de Cigoli e Scabini (Greco, 1999).

Este instrumento foi construído de forma a adaptar o *Family Life Space*⁹ (Gozzoli & Tamaro, 1998) ao contexto das famílias complexas, isto é, em famílias em que ocorreram separações, adopções e reconstituições familiares.

Uma das características dos instrumentos projectivos é a reconhecida ambiguidade na tarefa que é apresentada ao sujeito, permitindo simultaneamente uma maior liberdade de resposta, proporcionando um acesso ao mundo interno da pessoa (Anderson & Anderson, 1963). Para além disso, a dimensão simbólica mostra as representações latentes que surgem através de uma acção gráfica e não apenas uma

⁸ A designação deste instrumento surgiu de um desenho de um filho de pais separados. A Dupla Lua é uma perturbação da relação entre céu e a terra. O primeiro céu, a lua nova, é como um *imprinting* relativamente ao que é originário, natural, harmonioso. O segundo céu, a dupla lua, é equivalente ao caos, à catástrofe, ao sofrimento (Greco, 1999).

⁹ Este instrumento gráfico-projectivo, foi criado a partir da Perspectiva Ecológica, da Teoria de Campo de Lewin, da Teoria Geral dos sistemas e do Interaccionismo Simbólico. Com este instrumento é possível representar as pessoas e as relações mais significativas da pessoa, o ambiente físico (grupos sociais, instituições, escola) e acontecimentos emocionais significativos. Permite perceber o grau de coesão e consistência no seio familiar partindo de uma perspectiva individual. A possibilidade de representar a família com os seus subsistemas, os seus limites e hierarquias, de forma a avaliar a mudança e a organização familiar ao longo do tempo e a sua relação com eventos críticos. Possibilita um conhecimento das representações que o indivíduo desenvolve sobre si mesmo, sobre a sua família e sobre outras entidades significativas. Em suma, é um desenho simbólico do Espaço de Vida Familiar, considerado o território bio-psico-social da pessoa. (Gozzoli & Tamaro, 1998).

acção verbal, em que através de uma acção, individual ou conjunta, abre um espaço de reflexão, permitindo traçar aspectos construtivos, dimensões latentes ou pré-conscientes da dinâmica pessoal e familiar (Greco & Comelli, 2008). Através de um conjunto de indicações é possível uma narrativa interior (Houareau, 1977), revelando sonhos e estados internos da pessoa (Lis, 1998), permitindo aceder ao seu mundo de significados.

As situações familiares complexas caracterizam-se a partir da parentalidade, mais concretamente por uma “parentalidade atípica” ou formas de parentalidade heterogéneas, em que a tarefa desenvolvimental fundamental é a da construção da pertença familiar, da legitimação das origens do filho e da sua história familiar anterior (Scabini & Iafrate, 2003). A complexidade familiar remete-nos para algo que era anterior, seja real ou desejado, que não existe mais mas que persiste no mundo psicológico do sujeito. Está ligada à ideia de algo que foi interrompido ou algo que foi quebrado, como por exemplo, num divórcio ou abandono (Greco, 2006).

As fronteiras familiares possuem uma dimensão estrutural, definindo o que está dentro e o que está fora do sistema familiar. Para além disso, possui uma dimensão simbólica relacionada com a regulação da distância (Greco & Comelli, 2008). Nas famílias complexas, os limites e pertenças familiares ligadas ao membro da família ausente e à sua presença simbólica, pode funcionar como um “buraco negro”, gerando um vazio gerado pela ausência, podendo tornar-se o centro da vida psicológica da pessoa, num desejo e numa nostalgia de uma presença real. Deste modo, é necessário um equilíbrio entre as figuras presentes e as figuras distantes ou ausentes dos membros da família actual, o equilíbrio entre o peso das representações idealizadas ou ligadas ao passado e as representações ligadas à situação actual (Greco, 2006).

Quando ocorre um divórcio e a recomposição familiar, a família passa por transformações estruturais, com perda de alguns membros e pela aquisição de novas pessoas. A família necessita então de se reorganizar cognitivamente e afectivamente (Scabini & Iafrate, 2003). A ocorrência destes eventos não normativos que surgem no ciclo vital da família desencadeiam uma indefinição das fronteiras familiares, interferindo com as tarefas de cada etapa e a redefinição dos seus limites (Greco, 1999).

O instrumento a “dupla lua” permite ao sujeito uma projecção gráfica das suas representações dos limites e pertenças familiares, evocando os membros ausentes, permitindo perceber a dimensão da distância e da perda, indicadores gráficos sobre a representação individual e familiar, em que o sujeito pode mostrar a qual família sente

que pertence e qual a sua posição em relação ao membro ausente (Greco & Comelli, 2008).

Este instrumento é composto por materiais simples e de fácil utilização, constando para a sua aplicação uma folha A4 branca, com um rectângulo desenhado de 14cm x 22cm, um lápis, borracha e marcadores (Anexo X – Folha de Resposta da Dupla Lua). É composto por cinco instruções, associadas aos construtos que provêm da literatura (Greco & Comelli, 2008). Assim, a primeira instrução, apresenta um rectângulo como metáfora do mundo interno e com as pessoas significativas, representadas através de símbolos que permitem uma aproximação ao mundo do sujeito. A segunda instrução permite um espaço ao sujeito de referir o membro que se encontra ausente. A terceira instrução faz emergir a representação da família ou de pessoas próximas. A quarta instrução torna evidente a dimensão da ausência e a capacidade da pessoa se relacionar com o membro ausente. Por último, através do desejo a pessoa é capaz de demonstrar a sua relação com o membro ausente (Anexo XI – Guião das instruções da Dupla Lua).

Quanto às modalidades de aplicação, a “dupla lua” pode ser aplicado de forma *individual* ou *conjunta*, ao casal e à família unida. Pode ser aplicado em *momentos diferentes no tempo*, permitindo evidenciar conteúdos e modalidades de execuções diversas, recordando possíveis evoluções nas modalidades integradoras do conflito e das representações dos limites familiares. Pode ser aplicado *individualmente mas em simultâneo*, informando os membros do casal ou da família que cada um dos desenhos será comentado. Na modalidade *primeira individual e depois conjunta*, permite observar as réplicas ou as distorções do desenho que é realizado individualmente. Numa outra versão, *ora futuro, ora passado* podemos verificar as mudanças ocorridas a um evento crítico passado ou futuro. Pode também ser aplicado para confrontar a *versão real* com a *versão ideal*, de forma a colher uma perspectiva de fundo, sobre o que é diferente da realidade. Por último, o *desenho atribuído* pode ser útil pedindo a um dos membros da família que se coloquem no lugar do Outro, imaginando como o outro membro se representaria (Greco, 2006). Nesta investigação, utilizamos a modalidade primeira individual e depois conjunta.¹⁰

¹⁰ Dada a ausência de instrumentos projectivos direccionados para as famílias complexas na população portuguesa, iniciamos um processo de validação deste instrumento. Assim, o primeiro passo consistiu no contacto com a autora, formulando um pedido de autorização para iniciar-mos este processo. Após a sua autorização, começamos a tradução do instrumento de italiano para português. Após a construção da primeira versão, foi realizado um *focus group*, um procedimento metodológico que pretende a procura de

4.6. Ecomapa

Quando pensamos numa família não podemos negar um contexto de pertença e a inter-relação que se estabelece entre ambos. A família vive influenciada pelo contexto social e cultural em que está inserida. Deste modo, a compreensão da sua relação com o meio social só é possível enquadrando a família nos processos sociais, culturais, económicos e religiosos do contexto onde está inserida (Gambini, 2007).

No modelo ecológico do desenvolvimento humano, Brofenbrenner (1979) considera o desenvolvimento humano como a forma como a pessoa percebe e vive o seu contexto, isto é, a evolução do sujeito inserido numa rede de relações interpessoais e significativas em que participa. Assim, para compreendermos o desenvolvimento humano requer uma análise dos múltiplos sistemas em que a pessoa participa. Estruturalmente, trata-se de um mapa ecológico composto por estruturas concêntricas, ligadas entre si.

Considera o ambiente ecológico, composto por um *microsistema* que se caracteriza pelas relações interpessoais e actividades que a pessoa estabelece com os demais. No *mesossistema* podemos encontrar a relação entre dois contextos em que o sujeito participa activamente, como por exemplo, a família, a escola ou o trabalho. Trata-se de um sistema dentro de microsistemas. No *exossistema* estão presentes vários contextos, que apesar de o sujeito não participar directamente tem uma influência no micro e mesossistema. Por fim, encontramos o *macrossistema*, considerada uma cultura, que compreende os outros sistemas (Brofenbrenner, 1979).

Para além de Brofenbrenner, outros autores abordaram esta relação entre família e contexto social, nomeadamente Beavers e Hampson (2000) apresentam o Modelo da Competência da Família. Estes autores mostram-nos uma perspectiva do funcionamento familiar a partir das dimensões da competência e do estilo familiar. A competência familiar é conceptualizada através da sua estrutura, flexibilidade e adaptabilidade do sistema. Por sua vez, o estilo familiar está relacionada com a qualidade das interacções

sentido e uma ampla compreensão de um fenómeno através de várias perspectivas (Galego & Gomes, 2005; Kamberelis & Dimitriadis, 2005), com quatro pessoas, estudantes e docentes com conhecimentos no âmbito da Psicologia da Família, através da reflexão falada, que consiste na leitura voz alta o instrumento de forma a avaliar o nível de concordância entre todos. Durante esta fase, foram criadas várias versões devido à falta de consenso entre os membros presentes no *focus group*, relacionado com a etimologia de algumas das palavras. Todas as dúvidas sobre o instrumento foram esclarecidas com a autora. Ao contrário da versão original e com a autorização da autora foram criadas duas versões das instruções, uma para adultos e outra para crianças. Após a construção final do guião do instrumento, contamos com a participação de uma pessoa de nacionalidade italiana para a retro-tradução, isto é, de português para italiano. Numa fase posterior, enviamos a tradução e a sua retro-tradução à autora do instrumento para a confirmação do seu sentido original.

familiares. É considerada a partir de um *continuum* em que nos dois extremos temos os estilos familiares *centrípetos* e *centrífugos*. Nas famílias com estilos centrípetas, a satisfação emocional provém do interior da família do que do contexto externo. Já as famílias com estilos centrífugos, o mundo externo é a principal fonte de satisfação emocional.

Numa tentativa de compreensão da relação entre a família e o contexto de pertença, em 1975 Ann Hartman desenvolveu o Ecomapa para ajudar os assistentes sociais no trabalho com famílias. É um instrumento de avaliação, de planeamento e de intervenção (Hartman, 1978) que consiste numa representação gráfica das relações da família com o seu contexto social, desenhando o seu sistema ecológico, identificando os seus padrões relacionais e a natureza das relações com o meio a que pertence (Agostinho, 2007).

Com raízes na teoria geral dos sistemas e no modelo de Brofenbrenner e nos seus subsistemas ecológicos concêntricos, o ecomapa organiza o *mesosistema* (rede de contactos pessoais), o *exosistema* (as redes sociais que exercem influência) e o *microsistema* (Cálix, 2004). Tem no seu horizonte teórico a metáfora ecológica, em que o contexto humano é construído por relações significativas, permitindo ver a pessoa ou a família numa rede de sistemas ecológicos, sistemas como fontes de nutrição, estimulação e suporte que estão disponíveis no contexto (Hartman, 1978). Na sua representação, devem ser incluídas as relações com as pessoas significativas (amigos, família alargada), grupos sociais (grupos cívicos, igreja), serviços da comunidade (serviços médicos), trabalho, educação e outras relações específicas da família e da área em que habita (Agostinho, 2007).

A aplicação deste instrumento consiste na apresentação de uma folha branca em que são desenhados círculos que indicam os sistemas relacionais de referência. O grande círculo representado no centro deste mapa representa a família ou um dos seus membros (Gambini, 2007). Para representar o género dos sujeitos, utiliza-se o símbolo para representar o género masculino e feminino. As relações familiares devem ser indicadas como na representação da árvore genealógica da família¹¹. Deve-se indicar a idade no centro do símbolo do género a que pertence (Anexo XII – Guião das Instruções do Ecomapa).

¹¹ Dada as instruções generalistas da aplicação do Ecomapa, tomamos a iniciativa de criar o nosso modelo. Deste modo, para realizar a representação genealógica da família utilizamos o modelo desenvolvido pelo colega Guillermo Moreno Barrero, após um pedido de autorização.

No mapa alguns círculos encontram-se previamente representados por algumas instituições que podem ser importantes, tais como, família alargada, trabalho, escola, serviços de saúde. Outros círculos apresentam-se vazios para que possam ser preenchidos pela família. Numa fase seguinte, representam-se as relações entre a família e os membros do contexto social através. Por último, assinala-se a direcção do fluxo dos recursos ou energia através do desenho de setas ao longo das linhas que representam o tipo de relação (Hartman, 1978). A aplicação deste instrumento deverá gravado em registo áudio (Anexo XIII – Folha de Resposta do Ecomapa).

5. Procedimentos

Para a concretização desta investigação, iniciamos a procura de participantes através da publicitação deste estudo em algumas instituições da cidade de Braga, nomeadamente, escolas, gabinetes de acção social, juntas de freguesia e paróquias. Tivemos igualmente a colaboração de alguns docentes da Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Filosofia de Braga, na divulgação deste estudo na sua rede de contactos. Por último, fizemos a apresentação deste estudo na nossa rede de conhecimentos, pedindo para divulgar esta investigação nas suas redes de conhecimentos (Anexo XIV – Carta de Publicitação da Investigação).

Como já referimos nessa fase, esta investigação enquadrava-se num estudo fenomenológico, um tipo de estudo que tem como objectivo o estudo da perspectiva interna do sujeito e a compreensão do seu mundo de significados, tentando descrever as suas experiências sobre determinado fenómeno ou acontecimento (Holanda, 2006). Dos vários contactos efectuados através das pessoas da rede de conhecimentos da investigadora, foi possível encontrar uma família que preenchia todos os critérios para a participação nesta investigação. Dada a familiaridade a pessoa que nos indicou a família e a mãe achamos que seria apropriado o primeiro contacto ser efectuado desta forma, para que a mãe se sentisse mais confortável e mais à vontade. Foi definido um primeiro contacto com o objectivo apresentar o estudo, avaliar a sua disponibilidade e a autorização para a investigadora entrar em contacto com a mãe, para uma explicação mais aprofundada sobre a investigação. Após o consentimento da família, foi realizada uma entrevista piloto ao casal e ao enteado de forma a testar as entrevistas inicialmente criadas para os membros da família recomposta.

Contudo, apesar dos vários contactos realizados, o número de participantes revelou-se insuficiente para a concretização de um estudo fenomenológico. Durante este processo de selecção de participantes, as principais dificuldades com que nos deparamos surgiram ao nível institucional: pela recusa em colaborar ou pelo tema em si, antecipando problemas na participação por parte dos pais e querendo salvaguardar o bem-estar dos educandos. Para além disso, nos contactos realizados deparamo-nos a complexidade da recomposição familiar, ou seja, uma família que não aceitou participar com receios dos efeitos que uma participação nesta investigação poderia causar nas relações familiares. Por último, ao nível dos critérios de inclusão das famílias pretendidas, em que nos deparamos muitas vezes com famílias recompostas que tinham características estruturais diferentes daquelas que pretendíamos estudar.

Dadas estas dificuldades, houve a necessidade de reformulação desta investigação. Como anteriormente tivemos a colaboração de uma família na entrevista piloto, que desde cedo se mostrou muito colaborativa e prestável, contactamos a mãe e decidimos apresentar uma proposta para continuar a participar na nossa investigação, que de imediato foi aceite. Foi-lhe explicado os objectivos do nosso estudo, combinando com a mãe que quando terminasse a reformulação do estudo empírico a voltaríamos a contactar para dar início à recolha de dados.

Na fase seguinte, demos início à reformulação dos nossos objectivos, das nossas questões de investigação e a pesquisa de instrumentos para a concretização dos mesmos. Nesta pesquisa, dada a pertinência de instrumentos direccionados para as famílias recompostas, iniciamos o processo de tradução e de retro-tradução do *Remarriage Belief Inventory* e do *Stepparent Role Strain* para a população portuguesa, após um pedido de autorização aos respectivos autores.

Após a concretização desta reformulação, voltamos a contactar a mãe para a apresentação do consentimento informado e a marcação de uma data e hora para dar início à recolha de dados, mais concretamente, para a realização das entrevistas (Anexo XV – Consentimentos Informados dirigidos ao casal, filho/enteado e avós). Primeiramente foi realizada a entrevista avós maternos, seguindo-se o casal e finalmente o enteado. No final deste encontro combinamos com a família um dia e hora para marcarmos o encontro seguinte. Posteriormente, foi aplicado o *Remarriage Belief Inventory* (Higginbotham & Adler-Baeder, 2008) ao casal recomposto, de forma a compreender quais as crenças ligadas ao recasamento. No final marcamos com a família a data e hora para o encontro seguinte. Seguiu-se a aplicação do *Stepparent Role Strain*

Index (Fellmann, Galán, Roque & Galán, 2008) ao padrasto de forma a compreender qual a tensão associado ao seu papel na família recomposta. No final marcamos com a família a data e hora para o encontro seguinte. O passo seguinte consistiu na aplicação do instrumento “*La Doppia Luna*” (Greco, 1999). Este instrumento foi primeiramente aplicado ao enteado e depois ao casal. No final marcamos com a família a data e hora para a aplicação conjunta, isto é, ao casal e ao enteado. Por último, foi aplicado o Ecomapa (Hartman, 1978) ao casal e ao enteado, individualmente, de forma a compreender a relação entre os membros da família e o seu contexto social.

Durante o processo de recolha de dados, tivemos em consideração alguns cuidados que são importantes para a construção de uma relação entre investigador e participantes que permita a partilha de experiências, nomeadamente algumas competências de atendimento, como a construção de um clima empático, o respeito pelas pessoas, o contacto ocular, o encorajamento. Para além disso, existem cuidados na aplicação dos instrumentos, indicados pelos autores, que devem ser respeitados, mais concretamente na administração da Dupla Lua. Assim, a sua aplicação deve ser realizado num lugar tranquilo, com iluminação adequada, sem ruídos e com uma mesa para poder desenhar. Se o desenho é realizado por várias pessoas da família ao mesmo tempo, todos deverão estar sentados na mesma posição face à folha de desenho (Greco, 2004). É igualmente importante adequar à pessoa a linguagem e a empatia, sendo por vezes, aconselhável mudar a ordem das últimas perguntas de forma a sermos menos intrusivos, adaptando-as à pessoa e ao contexto em que se encontra o investigador. Assim, no caso do o psicólogo verificar angústia ou uma tensão excessiva da parte da pessoa, pode decidir não utilizar a instrução 5. Tal como pode acontecer na administração conjunta do instrumento, perante a intensidade das emoções presentes relacionadas com o elemento ausente, poderá ser menos intrusivo alterar a ordem das instruções 5 e 6. Deste modo, para uma correcta aplicação do instrumento é fundamental a criação prévia duma relação de confiança e empatia, para que a pessoa se sinta acolhida e disposta a exprimir as suas representações familiares (Greco, 1999/2004).

Quanto à aplicação do Ecomapa, segundo a autora, na aplicação deste instrumento são usados alguns símbolos para representar o tipo de relações entre a família e o ambiente social. Contudo, quando usamos o ecomapa como uma ferramenta de entrevista estes símbolos podem ser sentidos como constrangedores para a família. Deste modo pode ser aconselhável o investigador pedir aos participantes para descrever

a natureza das suas relações e a sua qualidade, escrevendo uma breve descrição ao longo da linha de conexão (Hartman, 1978).

As ligações podem ser realizadas a todo o sistema familiar se é o nosso objectivo compreender as relações de todo o sistema familiar. Outras ligações podem ser desenhadas entre um membro da família e o contexto ecológico quando uma pessoa é a única envolvida ou quando vários membros estão envolvidos. Isto permite que o ecomapa destaque os contrastes na forma como cada membro da família se relaciona com o mundo exterior. Para além disso, para realizar uma correcta aplicação do ecomapa, a autora sublinha que é importante o investigador sentir-se confortável com este instrumento antes de uma aplicação com os participantes do estudo (Hartman, 1978).

Os dados recolhidos através da aplicação dos vários instrumentos foram registados em gravadores de voz para posterior transcrição e análise. No final da investigação, estes registos áudio foram destruídos.

5.1. Análise dos dados

Para Bogdan & Birklen (2006), a análise dos dados na metodologia qualitativa, traduz-se no trabalhar de todo o material que foi recolhido durante a pesquisa. Consiste numa organização da informação, identificando padrões relevantes, confrontando a teoria estudada com a prática vivenciada durante a pesquisa, para que se obtenha respostas às perguntas de investigação.

De seguida, apresentamos os procedimentos de análise de dados dos diferentes instrumentos aplicados. Para a análise das entrevistas realizamos uma análise de conteúdo categorial através de um procedimento aberto. Na análise do *Remarriage Belief Inventory* (Higginbotham & Adler-Baeder, 2008) e do *Stepparent Role Strain Index* (Fellmann, Galán, Roque & Galán, 2008) utilizamos uma análise de conteúdo categorial através de um procedimento fechado. Realizamos uma análise individual e conjunta da “*La Doppia Luna*” (Greco, 1999) e uma análise gráfica do Ecomapa (Hartman, 1978), segundo os modelos teóricos de referência como abordaremos posteriormente.

5.1.1. Análise das Entrevistas

A interpretação dos dados é o elemento principal de uma investigação qualitativa. Com o uso de entrevistas como processo de recolha de dados, a sua análise passa pelo uso de métodos de interpretação de texto, nomeadamente a análise de conteúdo. A análise de conteúdo é considerada não apenas por uma técnica mas um conjunto de técnicas para a análise de informação recolhida. Desta técnica decorrem de perguntas de investigação por parte do investigador bem como dos dados que ele analisa (Esteves, 2006). É um dos procedimentos clássicos na análise de material escrito (Flick, 2005), uma ferramenta que permite compreender, partindo da realidade expressa dos discursos, o significado que os indivíduos atribuem aos fenómenos (Almeida & Freire, 2003).

Trata-se de uma desconstrução do discurso e das unidades de análise ou grupos de representações para uma categorização dos fenómenos, a partir da qual se torna possível uma reconstrução de significados que apresentem uma compreensão mais aprofundada da interpretação de uma realidade de um grupo estudado (Silva, Gobbi & Simão, 2004). A primeira fase na análise de conteúdo consiste na *fase da pré-análise*. Esta etapa baseia-se numa organização de forma a operacionalizar as ideias iniciais num esquema preciso de desenvolvimento das operações precisas. Após a escolha de documentos que serão submetidos a análise e a constituição de um corpo documental ou *corpus*, realiza-se uma leitura flutuante do material que pretendemos analisar de forma a tomar contacto com o texto, deixando-se invadir pelas impressões ou sugestões que o próprio suscita (Bardin, 1977).

Após esta fase de organização do material a analisar, o investigador começa a fase da análise propriamente dita do material. Para Bardin (1977) este processo de codificação consiste na transformação, seguindo determinadas regras, dos dados “brutos” do texto, construindo um quadro de interpretação com os seus conteúdos. Esta transformação implica a escolha do segmento de texto com sentido a codificar – o *recorte* ou *unidade de registo*. Os recortes podem ser definidos a nível semântico (tema) ou a nível linguístico (palavra ou frase). Estes segmentos de texto servem de unidades de compreensão para codificar um recorte, as designadas *unidades de contexto*. Por sua vez, a frequência quantitativa de aparição de um determinado recorte é considerado significativo, consistindo na regra de enumeração.

Nesta fase, o investigador depara-se com uma etapa delicada, a escolha do segmento de texto a codificar – o *recorte* – visto que implica decidir o segmento de

texto com sentido próprio e em discursos elaborados nem sempre é uma tarefa fácil (Esteves, 2006). Nesta investigação, utilizamos a análise de conteúdo semântica, ou seja, a escolha de um segmento de texto que se destaca pelo seu tema ou significado.

Após esta etapa de organização do material o investigador inicia a fase da classificação dos segmentos de texto com relevância para o estudo que foram seleccionados na fase anterior. Inicia então a fase de *categorização* que consiste numa representação simplificada dos dados brutos do texto. Apresentam-se como categorias, grupos de elementos provenientes das unidades de registo sobre um título genérico (Bardin, 1977).

Uma das etapas da análise de conteúdo é a categorização, etapa em que os dados recolhidos são classificados pela sua pertinência com os objectivos do estudo. O processo de categorização pode seguir um *procedimento fechado*, quando o investigador possui uma lista prévia fornecida por um referencial teórico de categorias apropriada ao objecto em estudo. Mas, quando faltam teorias gerais de descrição e explicação de fenómenos, as categorias emergem do material através de um processo indutivo, o processo de categorização segue um *procedimento aberto* (Esteves, 2006).

Para realizar uma boa categorização é necessário o investigador obedecer a determinados princípios, nomeadamente: a *exclusão mútua*, em que um conjunto de categorias definidas o seu conteúdo não se sobrepõe crescenta (no todo ou em parte) ao conteúdo definido para as restantes. A confirmação deste princípio é fulcral para a concretização do princípio da *objectividade*, isto é, quando uma unidade de registo só deve pertencer a uma determinada categoria, independentemente do investigador que realiza a codificação. A *exaustividade* significa que no processo de categorização, todas as categorias são registadas. A *pertinência* significa que o sistema de categorias que foi criado responde às questões de investigação e que cada categoria tem sentido face ao material empírico (Esteves, 2006). A *homogeneidade* está relacionada com o critério da exclusão mútua, em que uma única regra de classificação deve orientar a organização das categorias. A *produtividade* significa que um conjunto de categorias são produtivas se fornecerem resultados férteis (Bardin, 1977).

Nesta investigação, para a análise das entrevistas foi realizada uma codificação semântica através de um procedimento aberto, num processo de codificação manual.

5.1.2. Análise do Remarriage Belief Inventory e do Stepparent Role Strain Index

Ao contrário do que acontece com as entrevistas, para a análise destes instrumentos de auto-relato, realizamos uma análise de conteúdo através de procedimento fechado de codificação dos respectivos construtos chave anteriormente citados. Segundo Bardin (1977), os procedimentos fechados iniciam-se a partir de um quadro empírico ou teórico de análise, em que após a reunião de todo o material observam-se esses textos através de um quadro teórico pré-estabelecido.

O quadro teórico destes instrumentos apresentava-se previamente estabelecido. No caso do *Remarriage Belief Inventory* a sua análise baseou-se nas dimensões do instrumento: ajustamento, nova relação, prioridades, passado, novo companheiro, sucesso e recursos económicos. No caso do *Stepparent Role Strain Index* a análise baseou-se nas seguintes dimensões: ambiguidade nas expectativas do papel parental, a sobrecarga no papel dos padrastos e madrastas, a mudança no subsistema paternal-filial, a ambivalência afectiva, a discordância normativa e a interferência do ex-cônjuge.

5.1.3. Análise da “La Doppia Luna”

Tal como referimos anteriormente, este instrumento foi aplicado em duas modalidades distintas, uma versão individual e uma versão conjunta. Para a sua análise, apesar de aspectos em comum, existem diferenças, que de seguida apresentaremos.

Assim, para a análise deste instrumento na versão individual, podemos distinguir quatro níveis de análise: nível gráfico ou de conteúdo, o nível verbal, o nível emotivo-interactivo e o nível de utilização espontânea do produto gráfico (Greco & Comelli, 2008).

No primeiro nível de análise, o conteúdo gráfico, inicia-se com uma avaliação global, tendo em conta a primeira impressão que nos suscita a observação do desenho. Deve-se analisar os sinais gráficos, as relações entre os espaços preenchidos e os espaços vazios. Posteriormente deve-se tentar dar um título geral ao desenho, de forma a registar esta primeira impressão (Greco, 1999). Seguidamente, é importante analisar detalhadamente cada um dos elementos do desenho, especialmente: a tipologia dos símbolos, a dimensão dos símbolos utilizados (a homogeneidade/heterogeneidade entre eles), a utilização de símbolos convencionais e não convencionais, a disposição dos diferentes elementos na folha (uso do rectângulo e dos limites, uso do espaço externo ao

rectângulo), a disposição dos diferentes elementos no rectângulo (uso do centro, dos limites uso dos ângulos e dos quadrantes), os membros da família colocados dentro e os que estão fora, a representação dos limites familiares (Que famílias? Quais os elementos de cada uma das famílias?), as pessoas que representa espontaneamente e as que desenha depois de serem dadas as instruções 5 e 6, se foi possível perguntar pelos elementos ausentes, e se sim, onde foram colocados?).

Convém salientar que quando se coloca a instrução número 6, sobre o espaço do desejo, deve-se verificar se a pessoa afasta ou aproxima algum dos elementos presentes ou se adiciona algum elemento novo que até então estava ausente (Greco, 1999). Para estruturar a informação obtida, é importante realizar uma tabela com todos os elementos representados, que assinale também se cada uma das pessoas está situada dentro ou fora do perímetro do rectângulo ou nos limites do mesmo. Escrever os diferentes elementos na ordem pela qual foram desenhados (Greco, 1999).

A nível verbal, os dados verbais que ocorrem espontaneamente durante a sua execução constituem importantes informações que podem ser confrontadas com outros indicadores, podendo verificar a congruência e a incongruência, proporcionando um “quadro” mais compreensivo da pessoa. Quanto ao nível afectivo/interactivo, o clima emotivo e a interacção que se vive durante a aplicação, entre psicólogo e o sujeito e entre sujeito e psicólogo são também indicadores importantes (Greco, 2006).

Para Greco (2006) é igualmente importante analisar a utilização espontânea do teste, a capacidade do sujeito ver o que desenhou utilizando o conteúdo gráfico, as livres associações que possam surgir. Do mesmo modo, deve-se observar como o sujeito é capaz de utilizar o que emerge a partir do desenho sobre seu relacionamento e sua posição em relação aos limites familiares. Por último, na aplicação conjunta, deve-se analisar para além dos níveis anteriormente referidos, deve-se igualmente analisar o processo de construção comum do desenho (Anexo XVI – Grelha de Análise da Dupla Lua, Versão Individual).

Por outro lado, é interessante observar a capacidade que os sujeitos têm para comentar o seu próprio desenho. A ampla ou reduzida capacidade de explicar o desenho, pode oferecer ao psicólogo informações clínicas preciosas sobre como proceder no trabalho com as pessoas. Por último, o administrador deve registar todos os aspectos que ache importantes e que não foram considerados nos itens anteriormente assinalados (Greco, 1999).

Na análise da modalidade conjunta, as dimensões anteriormente descritas dever igualmente ser consideradas. No entanto, Greco (2006) refere que na aplicação conjunta a análise da interacção deve ter em consideração a interacção entre os membros da família, os seus aspectos comportamentais e emotivos, o estilo prevalente, a atribuição de papéis, mas também, a interacção entre o investigador e a família. A capacidade de utilização espontânea do instrumento nesta modalidade assume uma maior complexidade, porque nos indica como o casal ou a família são capazes de utilizar o instrumento diante dos outros familiares. A este nível, avalia-se o grau de liberdade de cada pessoa de realizar e de comentar o desenho diante das restantes pessoas, os aspectos relacionais do desenho e o produto final da realização conjunta. Aliás, na dimensão da construção comum do desenho pode-se observar a modalidade de interpretação das instruções como uma tarefa individual (sobre a folha de resposta os membros da família executa o próprio desenho de modo separado e paralelamente em relação aos outros membros da família) ou como tarefa conjunta (a família observa-se reciprocamente na construção do desenho, reconhecendo parte do próprio desenho, reconhecendo o próprio desenho consultando-se para decidirem juntos como e o que desenhar). Valoriza-se a utilização de elementos gráficos e o processo de construção do produto.

Para Greco e Comelli (2008), na análise do instrumento, na modalidade de aplicação conjunta, o investigador deverá ter em atenção o grau de distorção do desenho durante a sua construção. Esta distorção compreende o grau de dissonância ou modificação dos dados construídos individualmente comparativamente com aqueles que são apresentados durante a sua construção com a família. Este grau de distorção, que acontece sobretudo com crianças, é um importante indicador da qualidade das relações familiares, sublinhando que o factor mais importante na compreensão da ausência ou presença desta distorção é o clima emotivo (Anexo XVII – Grelha de Análise da Dupla Lua, Versão Conjunta). De salientar que para esta investigação criamos uma nova grelha, dirigida ao casal (Anexo XVIII – Grelha de Análise da Dupla Lua, Versão Casal).

5.1.4. Análise do Ecomapa

No presente estudo, o Ecomapa foi aplicado ao casal e ao filho individualmente. Tal como na *Dupla Lua*, na sua análise¹² apesar de existirem aspectos comuns existem diferenças que de seguida apresentaremos.

Na grelha de análise do Ecomapa da versão casal/família, podemos observar sete níveis de análise: dos dados da família, dos elementos gráficos, da qualidade das relações e os membros do contexto social, o nível verbal, o nível emotivo/interativo, o nível reflexivo, uma síntese dos resultados e as ressonâncias internas do investigador. No primeiro nível, na análise dos dados da família, deve fazer-se uma caracterização da família, a qualidade das suas relações, a legenda do desenho, a análise dos elementos gráficos do desenho, a qualidade das relações entre a família e os elementos do contexto social e a análise da direcção da relação entre a família e os membros do contexto social. Por último, deve analisar-se os subsistemas ecológicos. Segue-se a análise dos elementos gráficos, onde deve ser registado os elementos gráficos que fazem parte do contexto social da família, a sequência da sua representação e os membros que acrescenta. Deve-se analisar a qualidade das relações entre os membros do contexto social. Tal como na *Dupla Lua*, devem ser analisados os níveis verbais, a utilização espontânea do teste, o nível emotivo/interativo, o nível reflexivo e por último, uma síntese dos resultados e as ressonâncias internas do investigador (Anexo XIX – Grelha de Análise do Ecomapa, Versão Casal/Família).

Na análise da modalidade individual, podemos observar seis níveis de análise: dos dados da família, dos elementos gráficos, da qualidade das relações e os membros do contexto social, o nível verbal, nível reflexivo, uma síntese dos resultados e as ressonâncias internas do investigador (Anexo XX - Grelha de Análise do Ecomapa, Versão Individual).

5.2. Validade do estudo

No quadro das metodologias de investigação, as diferenças entre paradigma quantitativo e qualitativo diferem não apenas na sua génese, na forma de entender um

¹² Na aplicação deste instrumento verificamos a inexistência de uma grelha para a sua análise. Deste modo, criamos duas grelhas de análise, versão família e versão individual, baseada em algumas dimensões da grelha de análise da *Dupla Lua* (Greco, 1999/2006). As conclusões decorrentes da sua aplicação serão apresentadas na Conclusão do estudo.

fenómeno e nos procedimentos que utiliza para chegar a essa compreensão, mas também, como esses resultados podem ser generalizados à população.

Um dos princípios das metodologias quantitativas é a generalização dos resultados, advogando que o conhecimento científico só é útil quando pode ser universal ou tecnicamente falando, generalizável (Moreira, 2006). Contrariamente, as investigações qualitativas, pelo seu carácter interpretativo da realidade e dos fenómenos, bem como, dos procedimentos metodológicos que utiliza para chegar a esta compreensão é alvo de reflexão quanto há possibilidade de generalização dos resultados.

Autores como Guba e Lincoln (1988; cit. in Coutinho, 2008) sublinham que cada um dos paradigmas reivindica critérios específicos para atingir a generalização dos resultados, através do rigor científico nas metodologias quantitativas e a confiabilidade, própria das metodologias qualitativas. Deste modo, para as investigações quantitativas, a validade interna e externa, a fiabilidade e a objectividade são indicadores que permite ao investigador alcançar o rigor científico. Mas, nas investigações qualitativas estes critérios assentam na *credibilidade*, quando os participantes confirmar os dados obtidos, a *transferibilidade* quando existe a possibilidade dos resultados serem aplicados noutros contextos, a *consistência*, quando outros investigadores seguem o mesmo método e a *aplicabilidade*, quando outros investigadores podem confirmar as construções do investigador (Lincoln & Guba, 1991; cit.in Coutinho, 2008).

Outros autores salientam que a avaliação da qualidade de uma investigação qualitativa deve ter em conta dois critérios: o rigor metodológico e o rigor interpretativo. Assim, a congruência com o desenho de investigação, uma adequada amostragem e amostra e uma transparência na recolha de dados e na sua análise constituem um conjunto de considerações que o investigador deve ter em conta no seu estudo. Por outro lado, um rigor interpretativo constrói-se na autenticidade e na coerência na apresentação dos resultados e na sua interpretação, na reciprocidade entre a análise dos dados, nos resultados e na sua interpretação, numa tipicidade na redacção dos resultados e numa permeabilidade das intenções e das interpretações do investigador (Fossey, Harvey, McDermott & Davidson, 2002).

Tal como as metodologias qualitativas, os estudos de caso são questionados sobre a sua validade. Autores como Simons (2011) apresenta-nos alguns mitos que envolvem os estudos de caso. Refere que este tipo de estudos possuem uma grande subjectividade, os dados não podem ser generalizáveis, impedindo gerar uma teoria.

Das características que apresentamos anteriormente sobre as metodologias qualitativas e dos estudos de caso, uma das suas possíveis dificuldades é a forte presença do investigador ao longo de toda a investigação. Este forte envolvimento do investigador com o fenómeno em estudo e com as pessoas que dele fazem parte pode interferir com os resultados, podendo prejudicar a sua objectividade e conseqüentemente análise dos dados. Tal como sublinham Johnson e Christensen (2008), umas das potenciais ameaças à validade das investigações qualitativas é o enviesamento causado pelo próprio investigador, como resultado de uma perspectiva pessoal na análise e na interpretação dos dados e na forma como é conduzida a investigação.

De forma a ultrapassar esta “interferência” do investigador nos resultados, os mesmos autores indica algumas estratégias para promover a validade dos estudos qualitativos. Indicam que o investigador deve assumir um papel de “detective” na procura de evidências sobre causas e efeitos. Por outro lado, a auto-reflexão sobre os seus próprios enviesamentos permite ao investigador uma maior consciencialização e monitorização sobre a sua influência no estudo. Do mesmo modo, o recurso a peritos externos ao estudo pode ser uma vantagem para assegurar a qualidade do estudo bem como o uso da triangulação, de múltiplas fontes de informação, de múltiplos métodos, de múltiplos investigadores e de múltiplas perspectivas teóricas são uma preciosa ajuda na interpretação e explicação dos dados.

Por sua vez, Creswell (2009) acrescenta que o investigador deve utilizar um conjunto de estratégias que assegurem a validade da sua investigação. Destaca uma rica descrição dos resultados, permitindo que o leitor viaje até ao *setting* e tenha a oportunidade de partilhar as experiências, apresentando múltiplas perspectivas sobre os acontecimentos, os resultados tornam-se mais realistas. Como o investigador passa longos períodos de tempo com os participantes da sua investigação, o investigador desenvolve um profundo entendimento do fenómeno que estuda, podendo transmitir detalhadamente informações sobre o fenómeno dando mais credibilidade ao estudo. Considera que o investigador deve utilizar o *debriefing* com outros investigadores para que reveja e questione sobre o estudo para activar as ressonâncias internas do investigador. Deve ser utilizado um auditor externo ao projecto para que possa rever toda a investigação, pode realizar uma avaliação mais objectiva da investigação. Por último, deve a triangulação de diferentes fontes de recolha de dados, permitindo a construção de resultados coerentes. Aliás, o conceito da triangulação é um conceito

bastante abordado nas metodologias e nos estudos de caso. Para Stake (2010), a triangulação consiste num processo de utilização de várias perspectivas que servem para clarificar significados, sendo útil na revisão da interpretação do investigador. Para Flick (2002) a triangulação pode ser entendida como um processo para enraizar um conhecimento, ampliando e sistematizando o conhecimento obtido pelas metodologias qualitativas.

Outros autores, como Denzin (1989; cit. in Flick, 2002) vai mais longe e acrescenta quatro tipos de triangulação: a *triangulação dos dados*, através da utilização de diferentes fontes de dados; a *triangulação do investigador*, em que se utiliza vários observadores para limitar o enviesamento dos resultados do investigador; a *triangulação teórica*, permitindo múltiplas abordagens teóricas para a compreensão do fenómeno; a *triangulação metodológica*, no qual se distinguem dois subtipos: a *triangulação intra-método*, quando utilizamos diferentes subescalas para medir um questionário, e a *triangulação inter-método*, quando combinamos vários instrumentos de recolha de dados. Para o autor, esta conjugação de triangulações é a forma mais sólida na construção de uma teoria.

Nos estudos de caso, o conceito de triangulação ganha um especial relevo, quer na combinação de várias fontes de recolha de dados quer de perspectivas, permitindo a compreender o fenómeno em estudo nas suas inúmeras perspectivas (Flick, 2002). Stake (1999) acrescenta que esta utilização de múltiplas perspectivas possibilita a clarificação dos significados permitindo observações adicionais que podem ser importantes na interpretação dos resultados.

Também a análise de conteúdo é alvo de reflexão sobre a sua validade. Segundo Esteves (2006) uma análise de conteúdo implica um nível de validade e fidelidade. A validade da categorização implica que a categorização que foi realizada vá ao encontro dos objectivos do estudo. A fidelidade associa-se ao codificador e ao instrumento de codificação. O índice de fidelidade pode ser descrito como uma medida que nos indica o grau de concordância entre investigadores quando usam um determinado sistema de categorias para codificar o mesmo material. Este processo, passa por entregar a um ou mais codificadores a grelha de categorias criado pelo investigador e outro material ainda por codificar. Os codificadores trabalhando separadamente, de seguida verifica-se o número total de unidade de registo com que eles trabalharam e o número de unidades que codificaram do mesmo modo.

Para assegurar a validade da presente investigação, adoptaremos algumas estratégias dos vários autores acima citados, nomeadamente, a perspectiva de Creswell sobre uma completa descrição dos resultados e a perspectiva de Denzil sobre os vários tipos de triangulação.

6. Apresentação dos Resultados

Neste capítulo, apresentaremos os resultados obtidos a partir da análise dos diferentes instrumentos, nomeadamente, da observação e notas de campo, das entrevistas, do *Remarriage Belief Inventory*, do *Stepparent Role Strain*, da Dupla Lua e do Ecomapa.

De salientar, que na apresentação dos resultados, utilizaremos nomes falsos para identificar os participantes desta investigação de forma a salvaguardar a sua identidade¹³.

6.1. Resultados das entrevistas

Na análise efectuada às entrevistas, as principais categorias que emergiram foram: 1) história familiar anterior; 2) relações familiares após o divórcio; 3) encontro entre o novo companheiro e a família da companheira; 4) dimensões associadas à transição da primeira para a segunda morada; 5) dificuldades no início da união familiar; 6) medos presentes na união familiar; 7) construção do laço conjugal; 8) construção da relação entre padrasto e enteado; 9) o papel educativo e a relação conjugal; 10) relação entre a nova família e os membros da família anterior após a nova união; 11) características individuais de cada membro da nova família; 12) balanço da nova união; 13) valores para a geração futura. De seguida, apresentaremos os resultados detalhando cada categoria anteriormente citada. Contudo, encontra-se em anexo a análise completa efectuada (Anexo XXI – Análise de Conteúdo das Entrevistas).

A primeira categoria que podemos observar está relacionada com a **história familiar anterior**, por parte do cônjuge que teve uma anterior experiência de casamento, mostrando-nos algumas dimensões relacionadas com a construção da primeira união. Assim, verificamos que a primeira relação conjugal nasce da imaturidade do primeiro namoro, ou seja, uma ilusão na relação de namoro com o ex-

¹³ Assim, o nome “Maria” identifica a mãe, “José” identifica o padrasto e “João” o filho/enteado.

marido (EPC – “O namoro com o pai do meu filho foi uma ilusão”). Para além de existir uma relação de namoro considerada imatura com o ex-marido, verifica-se que existiu uma prematuridade no primeiro casamento, sendo um acaso na sua vida e uma decisão tomada com inconsciência (EPC – “Eu casei com 18 anos e não tinha a noção do que estava a fazer...Não tinha idade”). Para além disso, existiram pressões externas para o primeiro casamento, motivos externos à união como a gravidez e a conseqüente pressão da família de origem para o casamento (EPC – “Quando disse que estava grávida começou-se logo a falar de casamento”).

Mais tarde, dá-se o divórcio do casal, denotando-se que para os avós há diversas respostas para explicar o divórcio, nomeadamente a falta de amor e o destino para explicar a ruptura conjugal (EFA – “olhe o amor comigo acabou”). Na comunicação da separação à família de origem materna denota-se a existência de mentiras para ocultar a separação (EFA – “Primeiro ela disse-me “nós vamos comprar uma vivenda... Depois ela disse-me “quer que eu lhe diga a verdade, eu vou-me separar”). Com a ruptura conjugal, existiram algumas tentativas na reconciliação do casal por parte da família de origem materna (EFA – “Ele vinha cá e ela já estava cá a viver e eu dizia-lhe assim “oh Z. não queres vir a minha casa”, mas era para os juntar”), o que vai de encontro à importância do ex-marido para a família de origem materna (EFA – “Já lhe disse a ele que ele seria sempre o meu genro”).

Nas reacções emocionais relacionadas com o divórcio, verificamos tristeza da família de origem materna no divórcio do casal (E.F.A – “Quando ela me disse que se ia separar, eu nem quero eu nem quero pensar, chorei muito”), no entanto, observam-se diferenças nos avós na adaptação ao divórcio parecendo existir uma melhor adaptação do avô ao divórcio (EFA – “Ele enfrentou melhor isto muito melhor que eu”). Do mesmo modo, existem diferentes reacções emocionais em relação ao divórcio entre mãe e filho (E.F.F/E – “Porque eu sinto que para a minha mãe já passou, aquilo já foi”).

A segunda categoria está relacionada com as **relações familiares após o divórcio**. Nesta categoria, podemos observar o relacionamento entre ex-cônjuges, que denota a existência de contactos entre estes após o divórcio (EFA – “Ela se lhe quer dizer alguma coisa vai ter com ele e diz-lhe”), sem contudo existir proximidade (EPC – “Eu não tenho contacto directo com o pai do João”). Aliás, nesta relação, verifica-se que a mãe não lhe revela a nova relação (EPC – “Eu nunca lhe disse que tenho uma nova relação”), existindo, da sua parte, conflitos internos sobre qual a postura a adoptar perante o ex-cônjuge, dificuldades em perceber que atitude deverá tomar em relação ao

ex-marido relacionada com a nova união (EPC – “Sinto que não tenho que lhe dizer e às vezes interrogo-me pelo filho...será que não lhe deveria dizer que a partir de tal data o B. vai ter uma nova casa, no fundo o filho também é dele”). De salientar que para a mãe existe um reconhecimento do ex-marido enquanto pai do filho, que se manifesta através do respeito (EFA – “Que o respeita muito como pai do filho”).

Quanto ao relacionamento entre o filho e os familiares paternos, verifica-se uma forte relação (EFF/E: “Eu toda a minha vida convivi mais com a parte do meu pai do que com a parte da minha mãe. Gostam de conviver e muito divertidas... a parte do meu pai era muito mais aventureira. A parte da minha mãe não é tanto assim”), mostrando que os momentos mais importantes para si foram com a família paterna (EFF/E – “todos os anos era o Verão... um local que era sempre de elite para a família era a Nazaré e campismo”). A importância destes momentos únicos é patente no significado de felicidade (EFF/E – “São momentos muito felizes para mim”), denotando-se a tristeza pela irreversibilidade desses momentos (EFF/E – “tenho fotografias aí que vejo e às vezes até me vem as lágrimas aos olhos”).

Por último, quanto ao relacionamento entre os membros da primeira família, verifica-se a existência de maior contacto entre a filha e os pais após o divórcio (EFA – “E começou a vir a comer aqui, logo que me disse que se ia separar”), e pouco contacto entre ex-cônjuges e as famílias de origem do outro (EFA – “Não tenho contacto directo com os avós”). Do mesmo modo, existem poucos contactos entre avós após o divórcio e quando ocorrem são pelo neto (“agora claro não convivemos assim...desde que a Maria se separou”).

A terceira categoria representa o **encontro entre o novo companheiro e a família da companheira**. Aqui encontramos o primeiro encontro entre padrasto e a família de origem, mais concretamente a apresentação do padrasto como um amigo (EFC – “Conheceram-me como amigo num grupo de 20 ou 15 pessoas”). Observa-se surpresa face à nova relação, concomitantemente com suspeitas de uma relação de namoro por parte dos vários membros da família (E.F.A – ” Mas vi logo que aquele amizade”) e relutância na apresentação do namorado (EFF/E – “Passados dois dias vim a saber que ela namorava”). Para o filho, a confirmação da nova relação foi inesperada causando choque emocional (EFF/E – “quando eu soube que a minha mãe namorava foi assim tipo um choque”).

Os primeiros encontros com as famílias de origem são acompanhado de nervosismo, medo (rejeição), ansiedade, dúvidas (EFC – “Alguma ansiedade, aquilo

que os meus pais iriam pensar, o que é que os meus pais iriam dizer”). Para os avós existe um futuro para conhecer os pais do padrasto, demonstrando um certo desinteresse em conhecer dada a desilusão da ruptura conjugal anterior (EFA – “Nós temos muito tempo para nos conhecermos... para um dia eu ter uma desilusão como tive com este, olha mais vale a gente nem se conhecer”). Para o casal, existiram cenários de aceitação/rejeição da nova relação pelas famílias de origem (EFC – “Se aceitassem era bom para todos, para mim e para eles”), sendo que acabaram por receber o apoio das famílias de origem (E.F.C – “E sempre me apoiaram”).

Quanto à nova relação, os avós têm uma imagem positiva do novo companheiro, que lhes transmite competência, respeito, sendo considerado como genro (EFA – “Respeita-me muito, acho que é muito educado. Vejo-o como meu genro... gosto dele como meu genro”). Para além disso, nutrem uma simpatia relacionada com a estima pela sua filha e pelo neto considerada também uma estima para com eles (EFA – “Vejo que ele estima bem a minha filha e o meu neto e eu acho que quem estima os meus filhos, estima-me a mim”).

Na quarta categoria encontramos várias **dimensões associadas à transição da primeira para a segunda morada de família**. Aqui encontramos a exclusão de objectos da primeira morada/ família para a nova morada (EFC – “E muitas coisas tinham que ir para o lixo”), assim como a transição de alguns bens para as famílias de origem dos membros do ex-casal (E.F.A – “O enxoval dela está todo aí nessa arca. Ela disse “eu não quero nada”). Nesta transição, a mudança de casa é considerada um período atribulado, mais concretamente entre a venda da primeira morada e a compra da segunda habitação (EFC – “Mas reconheço que houve alguma na venda da outra e na compra desta houve ali um período complicado”).

Contudo, esta mudança não significa apenas uma nova morada, denotando-se a presença de importantes significados associados à transição, desde logo os significados dos bens familiares, uma associação entre bens e património familiar (EFF/E – “Cada coisa dentro de uma casa tem um significado especial”). Encontramos também a presença de significados quanto à ausência de ligação emocional à nova morada de família por parte do filho (EFF/E – “para mim isto é isso. Eu aluguei esta casa, esta casa não é a minha casa”).

Por último, existiram também sentimentos associados a esta transição, como a revolta do filho, motivada pela venda dos bens de família (EFF/E – “Uma coisa que eu discuti tantas, tantas, tantas vezes era com a venda das coisas”). Para além disso,

verificam-se diferentes reacções emocionais: se para a mãe, para o padrasto, para os avós existiu felicidade, para o filho esta venda foi acompanhada pela tristeza (EFF/E – “Outra coisa que me custava muito é ver toda a gente feliz e eu triste”). Do mesmo modo, observam-se dificuldades associadas à mudança de casa: por um lado, dificuldades relacionadas com a venda da primeira morada e à presença de outra família na anterior morada, por outro lado, a mudança para a nova morada (EFF/E – “e o último dia que eu lá estive quando a minha mãe passou as chaves para a mão da outra mulher eu quase que desmaiava, quase que me caía tudo”). Decorrente destas dificuldades e da tristeza existe uma recusa inicial em morar com a mãe e com o padrasto (EFF/E – “ele me dissesse “eu não vou para casa nenhuma, vou morar com a minha avó”), que com o tempo se transforma em aceitação (EFA – “olha avó eu vou”).

Na quinta categoria encontramos as **dificuldades na união familiar**, onde observamos a presença de imagens, nomeadamente a presença de imagens sociais do divórcio e da união familiar, designadamente a existência de uma imagem negativa do divórcio e facilidade associada à imagem social da recomposição (EFC – “Que é tudo um mar de rosas, que é tudo fácil, que estão sempre de acordo com tudo”). Esta imagem parece contrastante com alguns momentos da experiência marcada pela presença de dificuldades na relação conjugal, mais concretamente dificuldades na abertura ao Outro (EFC – “às vezes não é fácil, às vezes consigo e outras vezes não consigo”). Estas dificuldades implicam uma adaptação do casal não só às divergências entre ambos mas também ao filho (EFC – “adaptamos bem às divergências um do outro”). Contudo estas dificuldades na relação de casal são ultrapassadas pelo apoio sentido (EFC – “Eu penso ... que o tenho aqui ao meu lado”).

Observam-se também dificuldades associadas ao papel do padrasto, nomeadamente dificuldades na sua auto-legitimização (EFC – “Mas lá está as tais coisas que eu ainda não me sinto...tenho dificuldades”), bem como, dificuldades em perceber qual o seu papel educativo na família (EFC – “às vezes não sei o que é que devo, o que é que posso e o que é que quero... coisas que quero e não sei se posso, há coisas que devo e num sei se quero, coisas que quero e não sei se posso”).

Na sexta categoria observamos os **medos presentes na nova união familiar**, Aqui encontramos diferentes medos: se por um lado, existe a percepção de um possível receio face à união familiar por parte do pai, relacionado especificamente com a figura do padrasto (EFF/E – “Apesar de tudo ele é um desconhecido para o meu pai”), para o último também existem receios na união familiar, mas neste caso associados à figura do

enteado (EPC – “O filho meteu-me um bocado de medo”), especialmente medo da existência de conflitos nesta relação (EFC – “Mas o meu medo é que um dia eu e ele entrássemos em conflito”). Para o padrasto estes medos parecem também estar associados à concretização da nova união: (EFC – “Descobri que se calhar podia ter alguns medos, receios e dúvidas antes de concretizar a nossa união”). Por último, existiram receios de expressar opiniões na união familiar, quer pelo padrasto quer pelo enteado (EFF/E – “Antes de nós morarmos juntos, eu se calhar, tinha um certo receio de lhe dizer algumas coisas”).

Na sétima categoria encontramos a **construção do laço conjugal**, onde podemos observar a presença de imagens e expectativas acerca da nova união (EFC – “Sim, a gente às vezes tem expectativas um pouco elevadas”), mas sobretudo a presença da construção de um projecto comum que se manifesta na projetualidade do casal, ou seja, o objectivo de construir uma família (EPC – “vamos projectando e idealizando...a gente idealizava entrar em casa todos os dias juntos, jantarmos juntos, construir uma família”). Este objectivo funda-se num projecto comum da construção da relação conjugal, numa vontade comum dos membros do casal na construção da nova relação: EFC – “sabia que tinha o José e que dali para a frente ia construir algo com ele, que era esse o desejo”.

Para além disso, observa-se a presença várias dimensões importantes na construção do laço conjugal, nomeadamente, a dimensão afectiva (EPC – “A empatia, o amor...gostos em comum”); a dimensão relacional, onde a construção da relação implica abertura ao Outro (EFC – “A gente criar uma relação com outra pessoa, eu sei que tenho que sair, tenho que me abrir, não adianta eu fechar-me que ela olha para ali e só vê uma casca.”); a dimensão ética marcada pelo reconhecimento do Outro, pelo respeito e confiança (EFC – “Não adianta haver amor nem amizade se não há respeito e uma confiança”).

A construção do laço conjugal pauta-se pela fase madura da nova relação, onde a maturidade do casal ganha destaque quando comparado com a primeira e a segunda relação (EPC – “a maturidade...estamos numa fase madura da nossa vida”). Observamos também a importância da dimensão temporal na construção da relação conjugal, uma construção da relação feita no tempo (EFC – “isso não se faz em 6 meses...não é em 6 meses que eu vou mudar”).

Todavia a construção do laço conjugal não é feita sem interferências, que se manifestam através de recordações da primeira família (EFC – “quando dou por mim

penso que tenho que deixar de falar assim porque aquilo já era e não tenho que estar a comparar”), e da necessidade de afastamento da família, especialmente por parte do padrasto (EPC – “A mim agrada-me esse afastamento, sinto-me mais confortável assim...quanto menos contacto ela tiver com a família sinto-me melhor”). Para além disso, existe também a interferência do filho na relação conjugal (EPC – “Não queria que fechasse a porta...estava sempre a aparecer ao quarto, nunca mais ia dormir”).

Na relação conjugal, observa-se a tentativa de individuação do novo casal das famílias de origem, espaçando os contactos a semanais (EFC – “ Vivem juntos, vem aqui comer muitas vezes”), parecendo este processo mais difícil com a família da companheira (EFC – “Os pais dela serem mais possessivos do que os meus pais”).

Na oitava categoria encontramos a **construção da relação entre padrasto e enteado**, onde assume relevo o factor tempo, com destaque para a importância do conhecimento prévio na relação de ambos (EFF/E – “mal eu o conhecesse, fossemos morar juntos eu acho que ia fazer uma imagem diferente do que eu o conhecesse aprofundadamente há mais algum tempo”). Do mesmo modo, destaca-se a importância da convivência na relação entre padrasto e enteado, resultando numa alteração do relacionamento entre ambos (EFF/E – “a partir do momento que eu o conheci melhor essa opinião mudou”). Para além disso, a união familiar permite descobrir qualidades na relação entre padrasto e enteado, nomeadamente, a generosidade, a cumplicidade, o respeito e a liberdade de expressão (EFF/E – “A cumplicidade também porque uma coisa que mudou é que ele passou a ser amigo... Temos assim este elo de ligação e isso mudou”).

A construção da relação entre padrasto e enteado implicou uma conquista do enteado, através da oferta de presentes como forma de o cativar (EFA – “ele então dava-lhe muitos livros, dava-lhe isto ou aquilo, cativou-o muito”). Para além disso, observa-se a existência de actividades entre padrasto e enteado (EFF/E – “já combinei com ele “oh “José”, e sexta não queres ir até ao cinema que a minha mãe...jantamos por lá...”), actividades estas que são percebidas como um sinal de adaptação do enteado (EFC – “porque isso é um sinal que ele está totalmente integrado e é sinal de que gosta do José”).

Nesta dimensão, os resultados indicam-nos várias representações do papel educativo do padrasto. Assim, o padrasto é um amigo (EPC – “Eu vejo o papel do “José” como um grande amigo”), é considerado uma figura cuidadora, considerado uma figura de referência (EFC – “criar uma referência de um adulto responsável”), um apoio

instrumental da mãe na educação do enteado, um auxílio da mãe no cuidado do filho (EFC – “Ajuda-me naquilo que pode, compreende-me”), bem como, um mediador nos conflitos entre mãe e filho (EFF/E – “É mesmo o próprio José que põe ali um termo de separação a nós os dois”). Associado, a postura do padrasto na educação do enteado também parece uma dimensão importante, designadamente a sua postura reflexiva que é considerada uma vantagem na relação com o enteado (EFC – “Ele pensa e isso, por vezes, é uma vantagem. E ele sabe o momento que fala, sabe quando deve estar calado”). Para além disso, o ser padrasto é fruto de uma aprendizagem (E.F.C – “há coisas que eu ainda estou a aprender”. De salientar, que existe um reconhecimento do pai biológico considerando que o padrasto não substitui os pais biológicos (EFC – “ ele não está cá para substituir ninguém”).

Por último, existem medos no papel educativo do padrasto, mais especificamente, um medo de exercer um papel educativo na família (EFC – “mas tenho medo que a mãe não encare bem”). Por outro lado, existe também um medo do padrasto de ser rejeitado na família, por parte da companheira e pelo enteado (EFC – “Sei que se a mãe não estiver de acordo comigo quem pode sair a perder é a união familiar”), bem como, medo de possíveis histórias inventadas pelo enteado como tentativa de separar o casal (EPC – “é muito fácil um miúdo elaborar uma história maquiavélica na cabeça dele”). Deste modo, destaca-se um desejo do padrasto de ser uma referência, de ser um apoio para o enteado (EPC – “Ser um exemplo para ele”) apesar de considerar que a idade do enteado causa dificuldades no desempenho do seu papel (EFC – “Se ele fosse um bebé era muito mais fácil para mim”). Na relação denota-se uma necessidade de redefinição dos limites, o demarcar posições dentro do sistema familiar (EPC – “ ele queria marcar uma posição de dominância”. Contudo, apesar de tudo existe um balanço positivo do papel do padrasto (EFC – “Mas acho que está a correr bem”).

Na nona categoria, encontramos o **papel educativo e a relação conjugal**. Nesta dimensão, observamos o papel da comunicação no casal sobre as regras na educação do enteado (EFC – “Eu já disse à mãe que acho que ele deveria ter uma hora de estudo”). Do mesmo modo, verifica-se a importância do diálogo na relação conjugal, sobretudo nos conflitos familiares: EPC – “Nós combinamos que falávamos sempre por detrás do João”. Na família, destaca-se o papel da mãe nas relações familiares, sendo que se por um lado, existe a compreensão da mãe das opiniões e posições do padrasto (EFC – “Também me consigo por um bocado do lado dele e compreender”), por outro lado, destaca-se o seu papel nas relações familiares, afigurando-se como uma figura central

na construção das relações familiares (EFC – “Ela tem um papel muito importante neste lidar de sentimentos e de meter uns paninhos quentes aqui e ali”).

Na décima categoria encontramos a **relação entre a nova família e os membros da família anterior após a nova união**. Nesta categoria, encontramos o relacionamento entre pais e filho, evidenciando uma maior proximidade na relação entre mãe e filho (EFC – “ele sempre viveu mais tempo só comigo”). Em contrapartida, verifica-se uma distância entre pai e filho causada pela emigração do pai (EFF/E – “Com o meu pai... não conseguimos uma relação muito contínua, pelo facto de ele estar lá fora”), associada à preocupação pelo bem-estar do filho na nova união (EFF/E – “ele se sente um bocadinho impotente ao estar lá fora e toma assim uma atitude muito defensiva”). Nesta dimensão, sobressai a postura da nova família em relação à linhagem paterna, denotando-se a compreensão da nova família pela alteração do comportamento do pai (EFC – “eu compreendo perfeitamente e acho que a minha mãe e o meu padrasto também”). Por último, destaca-se a postura cordial do padrasto com a família paterna do enteado (EFA – “o José pega nele... quer ir à avó e o José trá-lo cá acima”).

Na décima primeira categoria estão presentes as **características individuais** de cada um dos membros da nova família. A mãe é caracterizada como uma pessoa apegada a bens materiais, teimosa e impulsiva (EFC - “Ela é mais teimosa do que eu... é mais agarrada a coisas, a guardar quinquilharias”). Quanto ao padrasto, verificamos que tem uma personalidade introspectiva, como resultados das suas vivências. No entanto, após a união familiar, o “João” caracteriza o padrasto como alguém que é extrovertida, não tendo reservas em dizer o que pensa (EFF/E - “Ele é uma pessoa muito extrovertida, muito directa, o que tem que dizer, diz). O enteado, tal como a mãe, é apegado a bens materiais e impulsivo (EFC - “Ele é um bocado como eu, age por impulso também”). Enquanto aluno, a nível comportamental, é um bom aluno. No entanto, o padrasto considera que é um aluno que estuda pouco (EFC - “Como aluno e como pessoa não dá problemas na escola... não é um excelente aluno... que ele não estuda nada, nem sei como é que ele tira positivas”).

A décima segunda categoria diz respeito ao **balanço da nova união**, em que encontramos referências aos momentos mais importantes em família, sejam os momentos apenas do casal (EFC – “para mim é importante a altura em que estamos só os dois”) ou os momentos em família (EFC – “Acho que todos os momentos em que estamos juntos”). Existe um balanço positivo da nova união, dada a percepção da harmonia familiar, da felicidade dos membros da família. (EPC – “É um ambiente

saudável, um ambiente normal”). Para este balanço positivo da nova união, contribui também a inexistência de momentos negativos na nova união (EPC – “não houve momentos difíceis”) e a adaptação do filho à nova união (EFC – “nunca duvidei que ele se fosse relacionar bem com o José”). Neste balanço da união, destacam-se várias dimensões importantes na harmonia familiar, nomeadamente, o bem-estar do filho na nova relação (EFC – “ele percebe que há harmonia”), a dimensão económica (EFC – “Felizmente, a nossa vida é estável economicamente”) e a postura do filho enquanto aluno são consideradas dimensões importantes na harmonia familiar (EFC – “é importante esse aspecto escolar dele, se corre bem. Quer dizer, se ele fosse um aluno que andasse sempre a chumbar e a mãe a ser chamada lá por mau comportamento, também com certeza ia trazer problemas familiares”).

Na décima terceira categoria encontramos os **valores a transmitir para a geração futura**. Nesta dimensão emergem os valores herdados, a presença das famílias de origem na transmissão de valores, quer das famílias de origem da primeira união, quer das famílias de origem da segunda união (EFC – “Eu também lhe posso dizer que a família paterna que os valores também andam dentro dos nossos valores”). Por outro lado, existe a transmissão de valores do casal importantes, como o valor da felicidade (EFC – “tento-lhe dizer que se a pessoa não está feliz tem que ir à procura da felicidade e de que adianta viver um casamento de fachada só porque temos um filho”), o valor de um projecto familiar (EFC – “E que estamos todos a puxar para o mesmo lado”), valores do respeito pelo padrasto (EFC – “Tento-lhe passar a mensagem que o respeito entre nós, entre o José que é um membro que vem de fora, que é importante mantê-lo”) e outros valores considerados importantes como o valor do respeito, da amizade, da honestidade e da assertividade (EFC – “O respeito pelo próximo, a amizade, o ser-sério, o ser honesto, ser assertivo, ser activo”). Contudo, existem algumas dificuldades nesta transmissão de valores, nomeadamente, o factor tempo (EFC – “Eu acho que 6 meses na vida de uma pessoa acho que ainda é pouco”), bem como, a rejeição da nova relação podem tornar-se em obstáculos à transmissão de valores.

6.2. Resultados do Remarriage Belief Inventory

Passando ao *Remarriage Belief Inventory*, um instrumento sobre as crenças no recasamento (Anexo XXII – Análise do Remarriage Belief Inventory), mostra-nos que ao nível do **ajustamento**, o papel parental e o amor entre os membros da família

reconstituída resultam de uma conquista diária, fundada no conhecimento de cada um que é realizada na convivência (“Acho que é uma conquista. Também acho que se faz no dia-a-dia, não é. Lá está, são as pequenas conquistas”). Do mesmo modo, a adaptação à vida conjugal e ao Outro é uma conquista lenta, em que o factor tempo surge como um elemento importante na construção das relações (“Deve acontecer lentamente, até porque nos vamos adaptar um ao outro não é. A fase do namoro é uma coisa e a fase do partilhar é outra, não é. E acho que adaptação ainda não é rapidamente...É preciso dar tempo ao tempo e de deixar andar as coisas com naturalidade, não tentar apressar”).

Quanto à **nova relação**, a nova família deve funcionar como uma família biológica ao nível do suporte afectivo, do apoio, de educação, da construção de valores em que mais uma vez, o elemento tempo desempenha um papel fundamental. Contudo, apesar destas semelhanças há um reconhecimento de que existe um pai biológico, que apesar de ausente tem um papel importante na vida do filho de um dos membros do casal (“Eu penso que deve funcionar como uma família biológica mas é diferente não é, porque depois há os biológicos não é, não estão presentes no dia a dia, ou seja, nunca é biológico mas deve funcionar como tal. Se não também não fazia sentido, não é”).

Ao nível das **prioridades** na nova relação, o bem-estar de cada membro da nova família influencia todo o sistema familiar. Esta passagem de um bem-estar individual para um bem-estar colectivo funda-se na valorização da igualdade e no reconhecimento de cada membro e não na criação de hierarquias ou preferências de um membro em detrimento de outro membro na família (“Nós primeiro, porque se eu não estiver bem os outros ao meu redor não estão bem, não é, e eu para estar bem não posso subjugar-me às outras pessoas...Acho que estamos todos aqui em pé de igualdade, não pode haver hierarquias dentro do seio familiar”).

Sobre a dimensão do **passado**, mais concretamente, sobre a integração das anteriores tradições na nova família apresenta duas perspectivas distintas: por um lado, um esforço e até um assumir dessas tradições por parte do padrasto e por outro lado, o desejo da esposa em cortar com algumas tradições familiares relacionadas com o seu primeiro casamento e a sua família de origem, nomeadamente, os almoços e jantares semanais, que foram sentidas como algo negativo, um erro no anterior casamento e que na actual relação essa tradição deve ser alterada (“Acho que a gente deve fazer um esforço para integrá-las mas eu acho que naturalmente elas vão acontecendo, há tradições que eu vejo que eram família dela que eu agora estou a ser inserido nessas

tradições. tinha a tradição de levar os meus pais todos os domingos a passear e uma coisa que nós falamos e que eu te disse e que partiu de mim que isso tinha teria acabado não é. Porque nós precisávamos do nosso tempo, precisávamos do nosso espaço”). Para além disso, deve existir um corte com os laços emocionais do anterior casamento (“Sim, os laços emocionais devem ser a primeira coisa”).

Em relação ao **novo companheiro** e à sua representação na nova relação duas visões diferentes pelos membros do casal. Por parte do padrasto, a sua presença não deve ser visto como forma de substituir o anterior cônjuge, mas antes considerá-lo e legitimá-lo numa nova etapa da vida da esposa e numa nova relação, diferente da anterior. Para a esposa, existe alguma expectativa de que a nova relação e o novo companheiro sejam diferentes do que o anterior com companheiro (“Eu acho que ninguém preenche ninguém não é, não estamos aqui para comparar ninguém, acho que uma relação é uma relação outra relação é outra relação e é o presente... Eu acho que certa forma porque se esse ex-cônjuge não é, foi porque alguma coisa falhou, portanto a gente também espera sempre mais um bocado da nova relação”).

No **sucesso** da nova relação conjugal, para a esposa, as pessoas não são menos comprometidas em fazer durar o novo relacionamento. Aliás, vê a nova relação como uma oportunidade de construir uma nova relação, melhor que a anterior. No entanto, para o padrasto, as pessoas que viveram um anterior divórcio são menos capazes de tolerar um mal-estar numa relação, não estando tão preocupadas no impacto social e familiar de uma nova separação (“Eu acredito que sim. O primeiro casamento ou a primeira união de facto a gente às vezes vai prolongando as coisas por uma questão social, uma questão de familiar e vai adiando um mal evidente que é o divórcio. E quando parte para um segundo casamento quer dizer já não está para aturar aquilo tudo”).

Por último, quanto **aos recursos económicos**, existem recursos económicos que são partilhados como significado de uma construção de um projecto de vida em comum apesar de considerarem necessária uma independência económica de forma a satisfazer as necessidades individuais (“Há uma partilha, há uma parte comum e depois há a parte individual porque eu acho que devo ter a minha, a minha independência económica”).

6.3. Resultados do Stepparent Role Strain Índice

Quanto aos resultados obtidos pela aplicação do *Stepparent Role Strain Índice* (Anexo XXIII – Análise do Stepparent Role Strain Índice) mostram-nos que quanto à **ambiguidade nas expectativas do papel parental**, o padrasto apresenta um simples reconhecimento das expectativas que a sua companheira espera sobre si no desempenho de um papel parental quer ao nível da disciplina, das tarefas escolares, das tarefas quotidianas, ao criar o filho e ao tempo que passam juntos. Denota-se uma ausência de elaboração das expectativas (“Sei perfeitamente o que o meu cônjuge espera de mim em relação ao filho”).

Quanto ao **desgaste do papel** apesar de não existir um desejo de se libertar dos pedidos a que deve responder na nova família, o regime de visitas implicam um ajustamento não só do padrasto mas do casal, na sua disponibilidade para responder às necessidades do filho. Do mesmo modo, por parte do padrasto, existe a necessidade de adaptar as suas diferentes funções quer como profissional quer como companheiro, o que por vezes implica deixar para segundo plano as próprias necessidades para responder aos pedidos dos outros membros na nova família (“Porque, porque nós é que temos que estar sempre disponíveis para o ir levar, para o ir buscar à hora que ele precisa... sinto que não estou a ter suficientemente em conta as minhas próprias necessidades mas isso em todas as áreas da minha vida, sim”).

Sobre as **mudanças no subsistema paterno-filial** mostram-nos que o padrasto de um modo geral não se sente aborrecido com o seu papel. Contudo, dada a forte relação entre mãe e filho, por vezes impede uma aproximação do padrasto, existindo um sentimento de exclusão desta relação. Este sentimento de ausência e de exclusão do padrasto é também vivida na dimensão educativa do seu papel em relação ao enteado (“sei que há coisas que eles ainda lhe custam a contar comigo, que eles fecham os dois e que eu ainda sou um ser ausente...”). Por outro lado, denota-se que a construção do papel do padrasto seria mais fácil com a ajuda da companheira na delimitação das fronteiras familiares de cada subsistema e na construção da relação entre padrasto e enteado (“...seria mais fácil. Se conseguisse perceber qual é o meu espaço qual é o espaço dele, qual é o espaço dela e qual é o espaço comum, dos três... E se ela me poderia ajudar? Eu acho que sim, poderia ajudar. Às vezes não confundindo ou tendo sempre em conta que ele não é meu filho, não é e ela é o elo de ligação entre nós...”). Por último, para o padrasto existe algum desconforto em ter que partilhar o tempo que dispõem como casal com o enteado (“...há alturas em que eu acho que estou certo e que

lá está, que devia ser ouvido e que devia ser aceite a minha opinião e às vezes acho que não, passa ao lado um pouco, quer dizer, ela é a disciplinadora e eu e não me é permitido, eu falo e sinto que não sou ouvido em algumas coisas, não é. Nisso da disciplina, nas regras”).

Ao nível da **ambivalência afectiva**, o padrasto não evidencia uma discrepância afectiva entre o que achava que deveria sentir com o que sente na realidade em relação ao enteado, tendo sentimentos positivos para com o enteado (“Bem acho que sinto o que eu acreditava que deveria sentir... já tenho, já são positivos”).

Na **discordância normativa**, não existem dificuldades quanto aos recursos económicos. Quanto ao exercício das responsabilidades parentais, para o padrasto, estão intrinsecamente relacionadas com as necessidades familiares. Porém, quanto às decisões familiares, o padrasto não é ouvido nem participa nessas decisões, revelando algum desconforto por esta exclusão da vida familiar (“Gostava que me dessem mais ouvidos, sim. Depois, independentemente, de seguir a minha ideia ou não, mas pelo menos que ouvissem a minha opinião, acho que sim. Acho que deviam fazer um esforço para me ouvir mais e depois decidir”).

Por último, os dados mostram-nos que não existe **interferência do ex-cônjuge** na relação entre casal e na relação entre padrasto e enteado (“Não existe interferência do ex-marido”). No entanto, não existe qualquer interesse que a companheira partilhe os seus sentimentos em relação ao seu ex-marido consigo (Não, não desejava).

6.4. Resultados da Dupla Lua

No que concerne aos resultados da Dupla Lua, como referimos anteriormente na fundamentação metodológica deste trabalho, este instrumento foi aplicado ao casal e ao filho/enteado na modalidade individual e à nova família na modalidade conjunta, tal como podemos observar na figura 1 os desenhos ilustrativa dessa aplicação.

Após uma análise geral dos três desenhos, podemos observar que os principais temas que emergem são: o isolamento, as fronteiras, o conflito de pertença, as ausências, o corte emocional e a dimensão do temporal (passado/presente).

Um dos temas que sobressai com a aplicação deste instrumento é o tema do **isolamento**, tema que podemos considerar que é comum aos três desenhos. Se observarmos o desenho do casal (DLC), é possível verificar que cada um dos membros desenha-se isoladamente em relação ao companheiro. Tanto a “Maria” como o “José” utilizaram a

mesma dinâmica individual, não existindo uma construção comum do casal. Aliás, durante a construção dos desenhos do casal não existiu interacção, cada um dos membros da família realizou as tarefas pedidas individualmente. Por outro lado, na relação com outras pessoas significativas, verificamos que no caso da “Maria” envolve as pessoas que para si fazem parte da mesma família no mesmo círculo apesar de se excluir desse envolvimento. Do mesmo modo, no desenho do “José” verificamos também este isolamento e afastamento em relação à companheira não se envolvendo. Porém, na sua relação com os membros que considera que fazem parte da mesma família denota-se uma dinâmica diferente, realiza um segundo desenho e envolve as pessoas no mesmo círculo, inter-ligadas entre si. Também no desenho individual (DLF) e conjunto do “João” (DLFC) verifica-se este padrão de isolamento, não se envolvendo com nenhum dos membros da família representados, desenhando as pessoas que para si fazem parte da mesma família isoladas. Contudo, apesar de no desenho do casal (DLC) existir um isolamento dos membros do casal para com o companheiro verifica-se no desenho conjunto da família (DLFC) uma distorção a este nível, onde podemos observar um envolvimento entre os membros do casal.

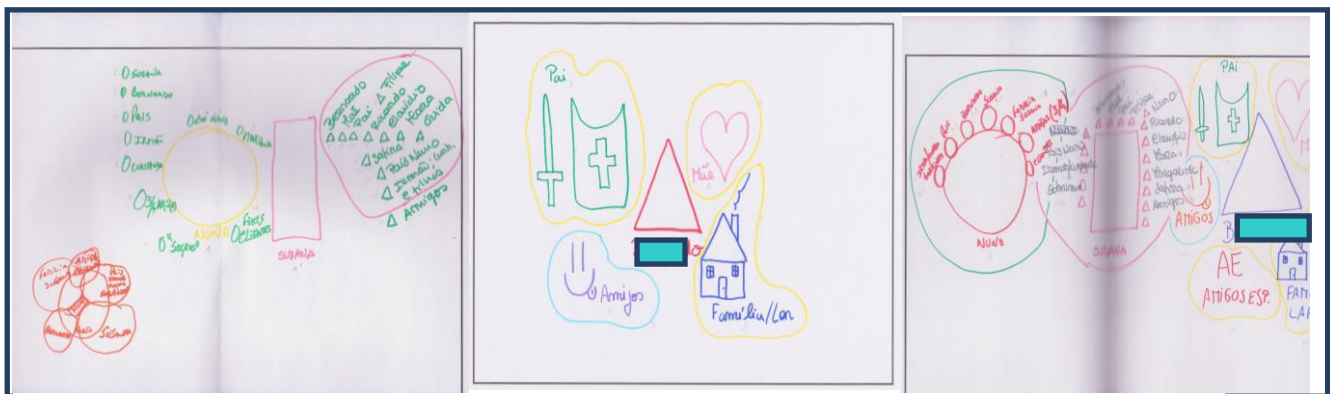


Figura 1. Desenhos das Duplas Luas do Casal (DLC), do Filho (DLF) e da Família em Conjunto (DLFC)

Este isolamento que se vive na família parece estar relacionado com o tema das fronteiras individuais, a distância entre uma pessoa e os demais, que se pode manifestar numa simbiose ou num isolamento. Ora, o isolamento que se observa nos desenhos pode indicar-nos a presença de **fronteiras rígidas e impermeáveis** que dificultam a aproximação dos membros da família. Relacionado com este isolamento que se verifica nos desenhos da família, é possível que estejam a viver um **conflito de pertença**. No desenho do casal, verificamos uma modalidade não integradora uma vez que o casal

representa duas famílias distintas para cada membro do casal. No desenho da “Maria” podemos observar o seu isolamento em relação aos restantes elementos e no desenho do “José” uma família para cada pessoa. Esta individualidade na construção do desenho por parte do casal transmite a procura de uma identidade enquanto casal/família. No desenho do “João” verifica-se a mesma modalidade não integradora, representando uma família para cada pessoa, demonstrando a ausência de ligação emocional/vinculação com a nova família. Esta desvinculação com a família actual parece bem evidente no desenho da família em conjunto, quando em família, se desenha separado da mãe e do novo companheiro.

Ao nível das fronteiras familiares, ou seja, a distância entre o sujeito e uma ou duas famílias, evidenciando a sua inclusão ou exclusão (Greco & Comelli, 2008), denotam-se as **ausências**, vividas de forma diferente pelo casal e pelo filho. No desenho do casal, apesar de não colocarmos a questão 4 sobre o membro ausente, quando questionamos o casal sobre esta ausência, a “Maria” sublinhou que nem se tinha lembrado do ex-marido mas ao reflectir sobre a questão, o ex-marido seria colocado no grupo dos amigos. O padrasto tem uma posição mais radical em relação ao ex-marido da companheira, referindo que a sua presença não faz qualquer sentido na nova família, tal como foi verbalizado em outros momentos desta investigação. Esta exclusão do ex-marido e pai do “João” poderá indicar-nos o desejo de um **corte emocional** por parte do casal com a história familiar anterior.

Para o “João” (DLF), verificamos que existe a ausência do padrasto no seu desenho. Aliás, quando questionado sobre esta ausência sublinhou a sua concepção de família, assente nos laços biológicos das relações familiares, referindo que não colocava o padrasto na sua concepção de família dada a ausência de ligação biológica, colocando-o no grupo dos amigos. De destacar, a escolha do símbolo que o representa, o triângulo, como símbolo da trilogia de Salazar – Deus, Pátria e Família. Além disso, durante a aplicação do desenho, para a representação do padrasto, o “João” utiliza um elemento neutro para o identificar, os “Amigos”. Na sequência da representação, desenha-o em penúltimo lugar. Esta presença/ausência do pai do “João” e do padrasto ganham uma outra visibilidade no desenho da família em conjunto. Neste desenho, verificamos que existe uma distorção do desenho individual para o desenho em conjunto por parte dos membros da nova família. Se analisarmos, o desenho da família em conjunto (DLFC) verificamos que o “João” acrescenta um outro símbolo para representar o padrasto (A.E – Amigos Especiais). Para além disso, no desenho do casal (DLC), verificamos que a

“Maria” não representa o “José” e no desenho da família em conjunto (DLFC) existe a modificação, criando um símbolo para o representar.

Quanto às fronteiras geracionais, considerada a distância intergeracional (Greco & Comelli, 2008), podemos observar que no desenho do casal (DLC), mais concretamente no desenho da “Maria” uma **ausência de fronteiras** com a sua família de origem e com a família de origem do “José”, envolvendo-os no mesmo círculo. Por sua vez, o “José” na sua representação, denota-se uma simultânea fusão e separação com a sua família de origem e com a família da companheira. Este facto pode indicar-nos uma maior uma maior proximidade entre o casal e os membros das famílias de origem que se acentua nesta fase da união familiar. Por sua vez, no desenho do “João” (DLF), na sua relação com o subsistema parental podemos observar uma homogeneidade de grandeza dos símbolos representados, que apesar de graficamente nos transmitir uma semelhança de papéis no discurso verbal existem referências do cuidado e da responsabilidade de pais para com o filho.

Quanto às fronteiras intra-sistémicas, isto é, a distância entre o sujeito e as diversas famílias nucleares dentro da família alargada (Cigoli, 1992; cit. in Greco & Comelli, 2008) parece existir uma dificuldade de **diferenciação** transmitida pela ausência de fronteiras entre o casal e as famílias de origem e pela utilização dos mesmos símbolos para representar os vários membros da família. Como podemos observar no desenho do casal (DLC), para a “Maria” não existem fronteiras entre as pessoas da família alargada, nomeadamente, a família do irmão mas também com a família do companheiro. No segundo desenho do “José” podemos observar a mesma dialéctica de fusão e separação dos círculos interligados entre si, representando a família do irmão, os seus pais, a família actual e os pais da “Maria”.

Por último, ao nível das fronteiras inter-sistémicas, onde analisamos a distância entre a família nuclear e os outros sistemas sociais (Greco & Comelli, 2008), verificamos na família a presença de pessoas do contexto social. No desenho do casal (DLC) existe a presença de membros do contexto social, amigos e pessoas ligadas à actividade laboral inseridos nos “Amigos” onde podemos observar a ausência de fronteiras entre o casal e o meio social. No desenho do “João” observamos a presença dos “Amigos” onde verbalmente insere os amigos da escola, do centro de estudo e até o padrasto, que se apresentam próximos de si.

Por último, em relação ao passado, presente e futuro que se traduz pela questão cinco dos desejos, graficamente o casal (DLC) não representa ninguém e verbalmente

sublinha que não acrescentaria ninguém, apenas daria vida aos membros da família já falecidos. Este desejo transmite-nos a presença de **fronteiras temporais vivas**, que se manifestam pelo contacto entre o passado e o presente.

6.5. Resultados do Ecomapa

Quanto aos resultados decorrentes da aplicação do Ecomapa ao casal (EC) e ao filho (EF) apresentam-se ilustrados na figura 2.

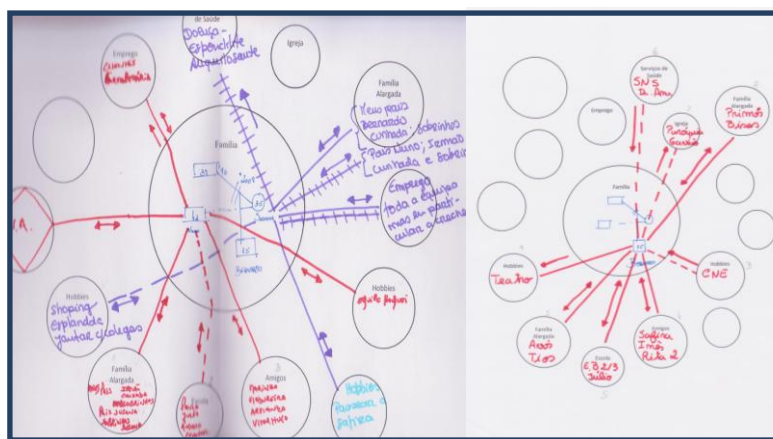


Figura 2. *Desenhos do Ecomapa do Casal (EC) e do Filho (EC) Filho*

Os resultados da aplicação do Ecomapa ao casal (EC), pode indicar-nos que as principais relações entre o casal e o contexto ecológico situam-se no microsistema onde fazem parte as pessoas da família actual e a família alargada. Mas também no mesossistema, através do trabalho, o contacto com os amigos ou colegas, e as actividades desportivas de um dos membros do casal. Os resultados da aplicação do Ecomapa do “João” (EF), indicam-nos que as principais relações entre o “João” e o contexto ecológico situam-se no microsistema onde fazem parte as pessoas da família alargada, a escola e os amigos. Já no mesossistema a relação é feita através do CNE (Corpo Nacional de Escutas) e do Teatro e no exossistema, a relação com a Igreja e com o SNS.

Na análise da qualidade das relações entre o casal e o contexto social, verificamos que a relação que se estabelece com o microsistema é de um modo geral, forte. Apenas a “Maria” considera a sua relação com a família do companheiro e com o trabalho uma relação stressante. Aliás, durante a aplicação do instrumento, explicou a natureza da sua relação stressante, referindo a ausência de convivência e o facto da

nova relação ser recente. Quanto ao mesossistema, o “José” estabelece relações fortes com o emprego, com o *hobbie* (hóquei) com os amigos mais próximos, mantendo uma relação considerada “débil” ou menos presente com os amigos da faculdade. Para a “Maria”, verifica-se que possui uma relação estressante com o emprego e uma relação débil com os seus *hobbies*. Durante a aplicação, referiu que não tinha pessoas que pudesse considerar amigos, apenas pessoas conhecidas. Quanto ao exossistema, verificam-se diferenças no casal: o “José” estabelece relações fortes com o N.A (Narcóticos Anónimos) ao contrário da “Maria” que estabelece relações estressantes com o SNS (Serviço Nacional de Saúde). Quanto à qualidade das relações entre o “João” e o contexto social, verificamos que a relação que estabelece com o microsistema é uma relação forte, como se pode constatar pelas relações que representa com a família, amigos apenas a relação com o exossistema é considerada débil como se pode constatar pela sua relação que estabelece com a Igreja.

Em relação à reciprocidade das relações, verificamos apenas que existe unidireccionalidade no exossistema, por parte da “Maria” com o SNS. As restantes relações são marcadas pela bidireccionalidade como se pode observar pelas relações no microsistema através da relação com a família, com o emprego. Ao nível da reciprocidade das relações do João, verificamos que no mesossistema as relações são bidireccionais enquanto que no exossistema a relação é considerada unidireccional.

De salientar que no desenho do casal, denota-se a ausência de actividades em família e a ausência do filho, sendo apenas representados os hobbies de cada um dos membros do casal. Tal como desenho do casal, verificamos que o “João” não representa e quando questionado refere que não realiza actividades com a nova família.

6.6. Síntese dos Resultados

Nos estudos de caso, um dos perigos na análise dos dados é a utilização de um tratamento individual dos mesmos. Assim, o investigador deve assegurar a sua convergência de forma a proporcionar a compreensão do fenómeno em estudo na sua globalidade e não em partes separadas (Bacter & Jack, 2008). Nesta investigação, os resultados enunciados anteriormente, aplicação dos vários instrumentos, apresentam-nos um conjunto de temas centrais que inter-relacionam formando um quadro síntese do processo de recomposição familiar (Quadro 1).

Quadro 1. Quadro Síntese dos principais resultados da investigação

Construção da identidade e as dinâmicas relacionais entre padrasto e enteado				
Entrevistas	RMBI	SPRS	Dupla Lua	Ecomapa
História familiar anterior	História familiar anterior			
Corte emocional			Corte emocional	
Reconhecimento	Reconhecimento			
Expectativas/ Crenças	Expectativas/ Crenças			
Interferência subsistemas	Interferência subsistemas	Interferência subsistemas		
Diferenciação			Diferenciação	
Papel do padrasto	Papel do padrasto	Papel do padrasto (tensão)		
Figura materna	Figura materna	Figura materna		
Ausências			Ausências	
Conflito pertença			Conflito pertença	
			Fronteiras	
Dimensão temporal			Dimensão temporal	
				Relação família-contexto social

Como nos ilustra o quadro anterior, os principais resultados desta investigação mostra-nos que a construção do casal recomposto relaciona-se com **história familiar anterior**. A sua influência faz-se sentir a vários níveis: no relacionamento entre ex-cônjuges, na actual relação conjugal, na adaptação à nova família e no processo geral de recomposição familiar. Assim, desta influência um dos temas centrais que emerge nesta investigação é o **corte emocional** vivido pelo novo casal com a história conjugal anterior, tema que surge recorrente na aplicação dos diferentes instrumentos. Apesar deste corte ser vivido de forma diferente pelos membros do casal, verifica-se um corte com o passado que se traduz num necessário afastamento com o ex-cônjuge e um corte simbólico com os objectos da primeira família. Contudo, é de realçar que este corte relacional não se manifesta ao nível da parentalidade paterna, denotando-se a sua legitimação e o seu **reconhecimento** enquanto pai, bem como, um reconhecimento da estirpe paterna.

Para além disso, na relação conjugal observa-se a existência de **expectativas/crenças** em relação à nova relação e ao novo companheiro por parte do cônjuge que teve anteriormente uma experiência de divórcio. A nova relação e o novo cônjuge apesar de ser enquadrada numa fase madura e numa nova etapa da sua vida existe um desejo de que seja diferente da história relacional anterior.

Para além disso, o novo casal depara-se com **interferências entre o subsistema conjugal e o subsistema filial** que inevitavelmente interfere nas relações, existindo um necessário equilíbrio do casal na construção simultânea da conjugalidade e parentalidade onde a comunicação do casal tem um papel fundamental.

Na **relação entre casal e famílias de origem** verificam-se dificuldades na apresentação do novo companheiro, receios da aceitação/recusa da nova união e um desinteresse numa aproximação entre famílias de origem motivado pelo medo de uma nova desilusão. Contudo, por parte da família de origem materna, o padrasto é reconhecido como novo companheiro, considerando-o como “genro”. Por outro lado, observa-se um desejo de **diferenciação** do casal em relação às famílias de origem, sobretudo do cônjuge que teve uma experiência de divórcio, diferenciação que está relacionada com a histórica conjugal anterior.

Os resultados obtidos parecem indicar-nos uma associação entre as **representações do papel do padrasto** e as **dificuldades sentidas no desempenho do seu papel**. Ora, estas dificuldades traduzem-se no medo de uma postura mais activa da educação do enteado, bem como, numa dificuldade em entender qual o seu papel na nova família. Para além disso, a forte relação mãe-filho que se estabeleceu no período de monoparentalidade parece causar algumas dificuldades no desempenho do seu papel. Verifica-se então a relevância da **figura materna** na construção das relações familiares.

Outro dado importante prende-se com o tema das **ausências**. Tal como referimos anteriormente, se a nível conjugal existe o corte relacional com a história conjugal anterior (ex-marido como o membro ausente do mundo) verificamos uma dificuldade de integração do filho na nova família mas que se manifesta também na sua dificuldade de integração do padrasto como uma figura pertencente à sua concepção de família. Do mesmo modo, denota-se uma dificuldade de integração do filho na nova união, podendo indicar-nos um **conflito de pertença**.

Ao nível das **fronteiras familiares**, destaca-se a ausência do pai biológico para o casal e a ausência do padrasto para o filho. Observa-se na família diferentes definições dos limites familiares, onde verificamos ausência de fronteiras geracionais e intra-

sistémicas e fronteiras rígidas e impermeáveis nas fronteiras familiares e intersistémicas.

Quanto à **relação da família com o meio social**, verifica-se que no casal as principais relações se situam no microsistema. De um modo geral, o tipo de relações que a família estabelece com o contexto social são consideradas fortes existindo apenas uma unidireccionalidade nas relações com o exossistema.

Por último, o processo de recomposição familiar a **dimensão temporal** é um factor crucial, a nível conjugal, ao nível da construção da parentalidade e da construção das relações entre padrasto e enteado. Se a nível conjugal se traduz na construção da uma conjugalidade interligada com a parentalidade ao nível da construção da relação entre padrasto e enteado a dimensão temporal traduz no conhecimento prévio e na convivência diária permitindo ultrapassar a recusa inicial em viver na nova união familiar.

7. Discussão dos Resultados

Como já referimos anteriormente, os estudos de caso implicam uma grande envolvimento por parte do investigador sobre o fenómeno em estudo. Do mesmo modo, a interpretação dos resultados também implica essa mesma envolvimento, passando por um processo cognitivo e indutivo através dos vários instrumentos utilizados na investigação (Simons, 2011).

Assim, numa macro-análise dos resultados obtidos permite-nos afirmar que existem três grandes dimensões na construção família recomposta: a construção da relação conjugal, a construção do papel do padrasto e a construção da relação entre padrasto e enteado. Contudo, numa micro-análise verificamos que outros temas e outras dimensões emergem dando rosto a uma visão mais completa e mais complexa da família recomposta. Os resultados obtidos através dos diferentes instrumentos mostraram-nos uma complexidade relacional, marcada pela influência de várias dimensões que se cruzam como a história relacional anterior, corte emocional, reconhecimento, idealizações, inter-relação entre subsistema conjugal e filial, idealizações, diferenças no ciclo vital da família, a centralidade da figura materna, ausências, conflitos de lealdade e de pertença onde o tempo é um factor essencial no processo de recomposição familiar.

7.1. A construção da relação conjugal

A construção da relação conjugal nesta família recomposta aparece intimamente relacionada com a presença do filho da anterior relação. Esta relação observa-se no quotidiano através do apoio do instrumental que é prestado ao enteado, através dos medos presentes na união, que se manifestam pelo receio de uma interferência do filho na relação conjugal, bem como, no processo de definição do papel do padrasto que interfere com o laço conjugal. Do mesmo modo, após a união familiar o casal necessita de se adaptar às

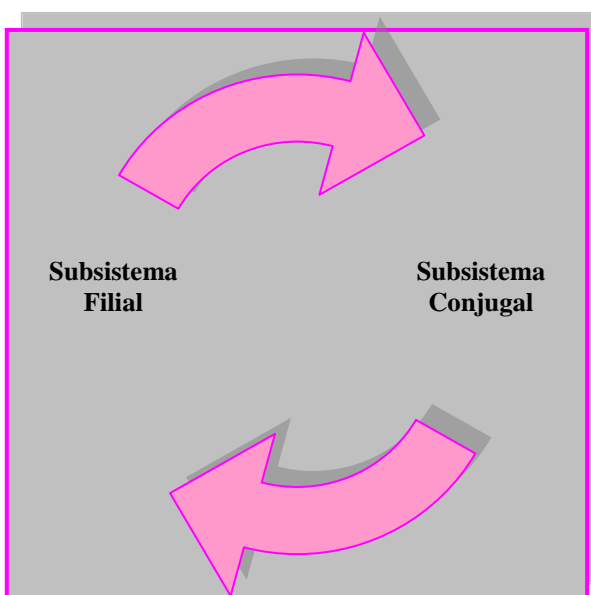


Figura 3. *Mútua influência entre subsistema conjugal e filial*

visitas do filho aos familiares paternos, bem como, construir o laço conjugal e a parentalidade, afectiva e biológica.

Ora, este encontro entre subsistema conjugal e filial implica que o casal tenha flexibilidade e abertura, por um lado, em acolher as demandas do subsistema filial e por outro lado, em investir na construção do laço conjugal. Estes dados vão ao encontro do que é referido na literatura, que indica que a formação do casal é indissociável da parentalidade (Visher & Visher, 1993; Alarcão, 2002). Deste modo, tal como nos indica Greco e Roncari (2006) a capacidade de transformar a ambiguidade dos limites numa permeabilidade é uma competência que as famílias reconstituídas devem alcançar. A ausência de flexibilidade do casal pode tornar-se numa dificuldade tanto ao nível do casal como do subsistema filial, podendo comprometer toda a recomposição familiar. Ou seja, esta ausência de flexibilidade pode criar fronteiras familiares muito rígidas na relação entre o casal e o subsistema filial, dificultando subsequentemente a construção das relações familiares podendo aumentar os conflitos entre os membros da família.

Neste processo, verificamos que no casal, a comunicação apresenta-se como uma ferramenta fundamental para monitorizar e gerir a interferência entre subsistema filial e conjugal. Designadamente, o casal constrói estratégias de comunicação sobre as dificuldades da integração do padrasto e as dificuldades de integração do filho. Por outro lado, são criadas estratégias comunicacionais com o filho de forma a introduzir o padrasto na família, bem como, transmitir-lhe a mensagem da construção de um projecto comum de família. A dimensão da comunicação é um factor importante nas famílias recompostas, tal como nos mostra Hetherington e Clingempeel (1992), os casais de famílias recompostas quando comparados com os casais de primeiros casamentos apresentam uma comunicação negativa e baixos níveis de satisfação conjugal.

Quanto à construção do laço conjugal, denota-se a presença da dimensão afectiva da relação que se observa através dos gostos em comum, da empatia mas também da dimensão relacional, que se expressa a necessidade de abertura ao cônjuge. Do mesmo modo, está presente a dimensão ética da relação que se traduz no reconhecimento, no respeito e na confiança. Contudo, verificam-se algumas dificuldades associadas na abertura ao Outro, na presença de recordações da primeira família.

Denota-se na relação conjugal a existência de idealizações e expectativas na nova relação vividas de forma diferente pelos membros do casal. Assim, apesar de

existirem idealizações normais inerentes à construção de uma relação conjugal, nomeadamente o morar juntos e uma imagem de um projecto de família. Contudo, encontramos alguns indicadores que podem dificultar este processo, indicando-nos que o membro do casal que recasa, existe o desejo de que o novo companheiro seja melhor que o anterior enquanto que para o padrasto existe o desejo de ser reconhecido pela sua unicidade, enquadrando-o numa nova etapa da vida da companheira. Tal como nos mostra Hetherington e Kelly (2002; cit. in Higginbotham, 2005), é comum nos casais recasados existir crenças de que o novo companheiro não terá as qualidades negativas que o ex-cônjuge. Segundo os autores estamos perante o *mito da compensação*, baseado na crença de que o novo cônjuge será melhor do que o anterior, de que irá preencher algum vazio emocional deixado pelo anterior marido.

Esta dissonância entre os membros do casal pode levar á construção de um pseudo-laço conjugal ou até impedir a sua construção plena. Ou seja, a existência de crenças irrealistas sobre o Outro e sobre a nova relação poderão levar à construção de uma relação conjugal baseada na ilusão, podendo afectar o comprometimento de cada um dos membros do casal onde ao mínimo conflito poderá desencadear a ruptura da relação. Esta interpretação pode ser analisada pela figura 4 que apresentamos seguidamente, baseada no modelo relacional simbólico.

Uma leitura dos dados a partir da abordagem relacional-simbólica, na sua concepção do pacto conjugal, os resultados parecem indicar-nos que o pacto secreto tem raízes diferentes nos membros do casal. Com nos mostra Scabini e Cigoli (2000) o pacto secreto é composto, na sua base inconsciente, de sonhos, medos, de expectativas, de valores, de ideais que cada membro do casal transporta para relação pela sua história pessoal e familiar, aspirando à sua satisfação no laço conjugal. Se num percurso normativo estas dimensões do pacto secreto ocorrem ao mesmo nível para ambos os cônjuges, nas famílias recompostas os membros do casal tem matrizes com diferentes origens. Na família em estudo, para a mãe existe expectativas e idealizações ligadas à anterior união, de que o novo companheiro e a nova relação seja diferente do que a anterior. Para o padrasto, para além de existir as idealizações normais existem medos, relacionados com o subsistema filiar, que se traduzem no receio constante de ser preterido em relação ao filho seja o padrasto existe medos inflacionados pelo subsistema filial e as idealizações e expectativas inerentes à construção de uma união. Nesta perspectiva, como nos ilustra a figura a construção da relação conjugal pode fundar-se num pacto de ilusão entre o pólo afectivo (crenças e medos) e o pólo ético (menor

comprometimento na relação). Este pólo afectivo encontra-se com o pacto secreto e o pólo ético com o pacto declarado. Ora, se o pacto secreto é composto por medos e idealizações compensatórias pode dificultar a construção da confiança do pólo afectivo. Para além disso, pode provocar nos membros do casal um menor comprometimento e uma ausência de reciprocidade no pólo ético e consequentemente um desequilíbrio na dialéctica entre pólo afectivo-pólo ético, a dialéctica dar e receber presente nas relações.

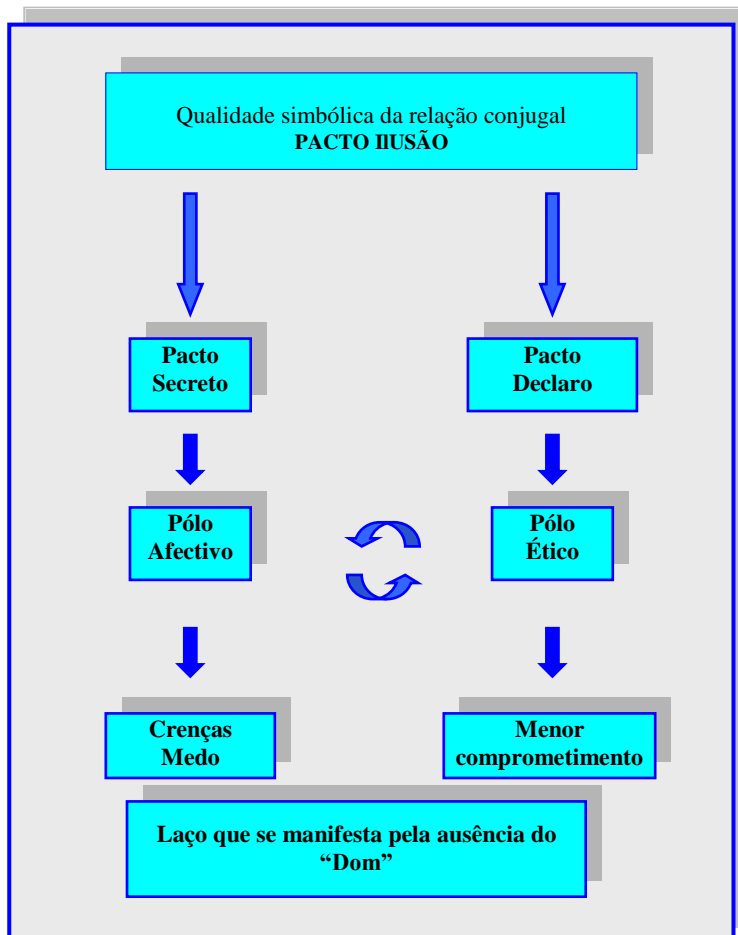


Figura 4. Esquema ilustrativo do possível pacto conjugal na família recomposta

Estas diferenças entre os membros do casal podem também demonstrar as diferentes etapas do ciclo de vida que os membros do casal atravessam. Tal como nos mostra a figura 5. Se para a mãe existe a necessidade de assegurar o bem-estar do filho no novo sistema familiar, existe o desejo de pessoal de recriar a sua própria história, que simultaneamente se cruza com a história passada, existe a necessidade de redefinir as fronteiras familiares com o filho, com a família de origem e com a família do padrasto, redefinir a sua relação com o ex-marido e construir o laço conjugal. No caso do padrasto, existe o desejo de construir o laço conjugal não se deparando com uma história relacional passada marcada pelo divórcio, legitimar a sua presença na nova

família, adaptar-se à presença do ex-marido e a uma história passada, construir uma parentalidade afectiva e biológica, redefinir as relações familiares com as famílias de origem, construir a relação com a família de origem da companheira e com o meio social. O casal é chamada a atender a todas estas tarefas desenvolvimentais ao mesmo tempo que tem que ser permeável para a construção da relação conjugal. Podemos dizer que na família recomposta existe um encontro entre vários ciclos de vida, individual e familiar. Para além disso, nesta família várias fases do ciclo de vida familiar ocorrem em simultâneo, nomeadamente a construção da relação conjugal, a construção da parentalidade, a construção das relações entre casal e famílias de origem, a redefinição da relação com o ex-marido e a redefinição da relação com o meio social.

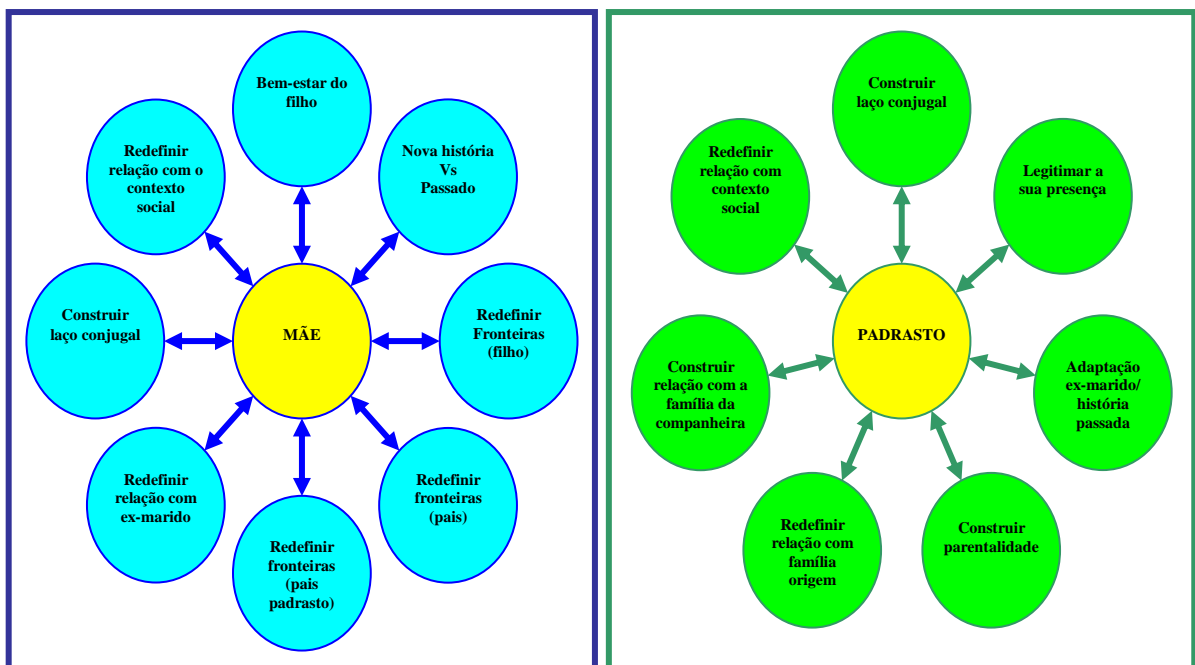


Figura5. *Diferenças no ciclo de vida de cada membro do casal recomposto*

Falar de recomposição familiar e da relação conjugal implica também falar com os membros ausentes, designadamente da relação com o ex-marido. Esta relação passada manifesta-se de forma diferente no subsistema conjugal e no subsistema filial, que abordaremos posteriormente. No casal, no caso da esposa não existe uma proximidade entre o ex-casal denotando-se uma dificuldade em perceber qual a atitude a tomar em relação ao ex-marido sobre a nova união, o padrasto enquadra a anterior relação numa outra etapa da vida passada com a qual pretende um corte. Como Bowen (1998) nos indica, o corte emocional pode ser indicador de uma falta de pertença

familiar, no padrasto esta tentativa de corte emocional ou negação da relação passada pode ser compreendida como uma tentativa de legitimação do padrasto na nova família. Trata-se de um mecanismo que consiste num anulamento do Outro como forma de auto-legitimação e reconhecimento de si.

Esta relação com a história relacional passada tem a sua manifestação simbólica na relação do casal com os objectos ligados à união anterior. Apesar de num momento a mãe referir alguma dificuldade em desfazer-se destes bens para o padrasto é necessário um corte imediato. Porém, esta relação simbólica com os bens da primeira família manifesta-se completamente diferente para o filho, que para si se traduz num património familiar.

Esta diferença entre mãe e filho e a sua relação com o passado sugere-nos diferentes etapas do luto em relação à primeira união. Se para a mãe, parece-nos que a ruptura conjugal aconteceu antes do divórcio e a nova união poderá significar um novo recomeço para o filho, o luto da primeira relação aparece como um elemento constante. Como podemos verificar, a dor a um divórcio e o fim a uma família se não é igual para os membros do casal também é diferente para o subsistema filial. Ora, estas diferenças entre mãe e filho podem indicar-nos a aceitação/recusa à nova união por parte do filho. Verificamos que a união familiar nesta família recomposta se pautou pela recusa inicial do filho, inflacionada pela tentativa indirecta da mãe de impor a nova relação, que se manifestou através da venda dos bens do filho relacionadas com a primeira família sem o seu conhecimento. Estes dados indicam-nos que na aceitação da nova união o processo de luto da primeira união tem um impacto importante na adaptação do filho à nova realidade familiar. Contudo, o conhecimento prévio entre padrasto e enteado, a conquista do enteado e a convivência entre ambos é responsável pela passagem da recusa inicial para uma aceitação posterior. Esta facto, encontra robustez empírica sublinha por alguns autores já abordados na fundamentação teórica desta investigação.

Quanto ao encontro entre o novo casal e as famílias de origem, verifica-se a existência de expectativas e medos por parte do casal na aceitação/recusa da nova união. Deste modo, o novo casal apresenta-se lentamente onde o padrasto é apresentado como amigo. Verifica-se que aceitação da nova relação por parte dos avós maternos está relacionada determinadas características do padrasto que se traduz na construção de uma imagem positiva de si e da nova união. Assim, a disponibilidade, o respeito pela filha e pelo neto são factores importantes na aceitação do padrasto. Contudo, não existe

um desejo imediato de conhecer nem de aproximação entre os avós maternos e os pais do padrasto, motivado pelo medo de uma nova desilusão caso a nova união não resulte.

7.2. A construção do papel do padrasto e a construção da relação entre padrasto e enteado

Uma das questões de investigação que norteava o nosso estudo era perceber como é construído o papel do padrasto na família recomposta. Os dados obtidos, aponta-nos vários factores que intervêm na sua construção. O primeiro factor de destaque é a relevância da figura materna. Nesta família, verificamos que a mãe assume um papel central nas relações familiares quer na introdução do padrasto na nova família, na construção da relação do padrasto e na construção do papel padrasto. Por ela passam todas as relações, todas as dinâmicas familiares. A mãe assume então uma centralidade nesta família reconstituída. Esta centralidade da figura materna foi sublinhada por parte de alguns autores da Sociologia (Blöss, 1996; Cadolle, 2000 cit in. Lobo, 2009) mas que nos parece pertinente para a compreensão deste fenómeno.

Aliás, um dos autores anteriormente citados aborda mais sinteticamente esta centralidade da figura materna, considerando-a como uma *matricentralidade*. As suas considerações mostram-nos outros aspectos que nos parecem relevantes. Argumenta que esta matricentralidade não é um atributo das famílias recompostas, sendo também uma característica da maioria das famílias monoparentais. Para

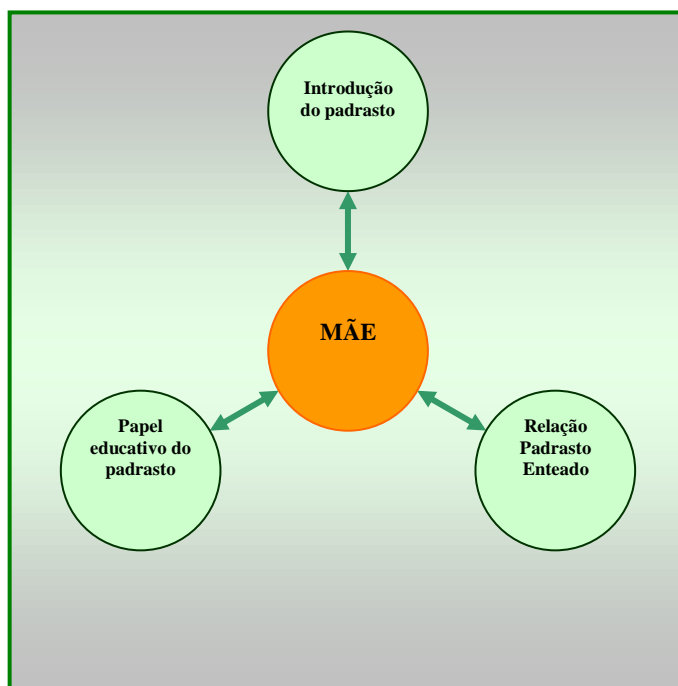


Figura 6. Esquema representativo da centralidade

além disso, revela que o destaque que lhe é dado não é coincidente com a recomposição familiar, mas um padrão já existente na família de origem antes da separação dos pais motivada pela força da divisão de papéis de género, atenuada com a entrada da mulher no mercado de trabalho (Cadolle, 2000 cit in. Lobo, 2009).

Apesar de no nosso estudo esta questão de ordem social, das mudanças de género não ser o ponto central, a sua explicação mostra-nos um aspecto que consideramos muito importante e que ocorre nas famílias recompostas, o período monoparental. Este período monoparental que a família atravessa após o divórcio e antes da reconstrução familiar questiona-nos sobre que tipo de relação se estabelece entre Pai e filho, as dinâmicas relacionais construídas, como o novo núcleo familiar estabelece relações de dependência e que papel assume o filho numa família monoparental. No nosso estudo, a centralidade da figura materna é uma dimensão importante revelada pelas entrevistas, que se manifesta na comunicação entre mãe e filho, com o objectivo de o ajudar a perceber a relação passada, de o ajudar a perceber a nova relação, o novo projecto de vida mas também a fazê-lo compreender o papel do padrasto na nova família.

Para além disso, como o próprio padrasto relatou, a forte relação entre mãe e filho é um factor que dificulta a sua introdução no novo sistema familiar e a construção das relações. Esta situação observa-se através da dificuldade integrar o padrasto numa função educativa em relação ao filho/ enteado, sendo preferencialmente visto como “companheiro” e não como uma figura “parental”. Esta situação, causa desconforto para o padrasto que se auto-percepciona como uma figura sem reconhecimento na nova família, dificultando a legitimação e o desempenho do seu papel. A mudança neste processo poderá naturalmente ocorrer, para o que será fundamental a legitimação da companheira quanto ao seu lugar na nova família, possibilitando uma verdadeira mudança das fronteiras nos subsistemas familiares que parece ainda não ter acontecido.

Por outro lado, um dado importante na construção do papel do padrasto parece estar relacionado com o reconhecimento do pai. Os resultados obtidos pelas entrevistas indicam-nos que apesar do padrasto desejar ser uma referência para o enteado, desejar participar na sua educação e de ser considerado um auxílio não um substituto do pai biológico. Este reconhecimento do pai parece-nos um elemento crucial na construção do papel do padrasto, bem como, na recomposição familiar. Este reconhecimento permite que o filho não sinta a presença do padrasto como um “ataque” à sua estirpe paterna, uma substituição de uma linhagem e um património familiar pelo outro mas acima de tudo enquadrando-o numa nova história familiar.

Como abordamos anteriormente, apesar de na relação conjugal existir um desejo de cortar com a história relacional anterior não existe este corte ou substituição quando ao papel parental. Podemos dizer que este reconhecimento do pai significa também um

reconhecimento de uma história comum, de um passado familiar de uma herança paterna, também ela trigeracional. Este reconhecimento expressa-se pela inexistência de corte emocional com a estirpe paterna e pela frequência de contactos entre avós paternos e o neto, o que nos permite dizer que para o neto a existência de um eixo intergeracional paterno vivo. Partindo da concepção relacional simbólica, o reconhecimento é um aspecto fundamental das relações familiares. Para os autores, as relações familiares assentam numa tripla diferença, para além das diferenças entre género e geração assentam também numa diferença e no reconhecimento das estirpes (Cigoli & Scabini, 2007), que se traduz numa generatividade, que não deve ser entendida apenas no sentido biológico mas antes de tudo numa perspectiva simbólica e cultural e sobretudo numa continuidade da história familiar e social (Scabini & Cigoli, 2000). Este património familiar paterno expressa-se na integração dos valores a transmitir à geração futura que integra as famílias de origem paterna, materna e também a família de origem do padrasto.

Contudo, a construção do papel do padrasto apresenta duas dimensões: por um lado, por parte do padrasto existem medos, tensões e dificuldades em perceber o seu papel educativo na família, por outro lado, existe um desejo de ser uma referência e de assumir uma função educativa. Na parentalidade biológica, os papéis estão previamente estabelecidos por normas sociais, culturais, jurídicas ao contrário da parentalidade afectiva, onde o seu desempenho se constrói no tempo e numa constante aprendizagem. Alguns autores têm sublinhado a dimensão temporal nas famílias recompostas, referindo que a dimensão temporal permite aos membros da nova família a construção de uma pertença e a reconstrução das relações no novo sistema familiar (Scabini & Iafrate, 2003). Assim, é nesta dimensão temporal que o padrasto tem que construir a sua relação na família recomposta numa família onde outras relações já existiam. Tal como afirma Greco e Roncari (2006), o padrasto insere-se numa relação mãe-filho já consolidada no tempo e como tal deverá construir a sua própria posição, o seu próprio papel sem ameaçar ninguém.

8. Conclusão

A presente investigação sobre as famílias recompostas iniciou-se há três anos atrás no âmbito do mestrado de Psicologia da Família, quando nos encontramos pela primeira vez com o tema. Apesar do interesse não ter sido imediato, com o tempo fomos tomando contacto com o tema, aprofundando conhecimentos, cultivando o interesse levando-nos à realização da tese de mestrado sobre as famílias recompostas. Com o início da investigação, deparamo-nos com algumas dificuldades na selecção de participantes, dificuldades essas relacionadas com o divórcio e as relações familiares conflituosas na nova união. Recordo-me do contacto com pessoas que ilustram esta mesma situação, referindo que não queriam participar porque tinham passado por momentos difíceis com o divórcio e a nova união, referindo o seu medo no impacto que a investigação poderia causar nos filhos e conseqüentemente nas relações familiares. Estes receios foram partilhados não só por alguns contactos realizados individualmente mas também pelo presidente de uma escola em Braga. Este facto parece-nos um dado importante, que nos remete para a relação entre os membros da família e o meio social. Assim, parece existir uma relação entre o tipo de divórcio, a recomposição familiar que influencia a relação da família com o meio social. Tal como sublinham Greco e Roncari (2006) no seu estudo sobre as famílias reconstituídas, a dificuldade de encontrar pessoas dispostas a colaborar na investigação, considerando que estas famílias podem apresentar dificuldades, impedindo-as de atingir um nível de equilíbrio que lhes permita falar abertamente da sua história.

Apesar destes obstáculos iniciais, o presente estudo sobre as famílias recompostas ilustra-nos que no processo de recomposição várias dimensões se encontram e se inter-relacionam, formando uma “teia” de relações que influenciam a recomposição familiar, mostrando-nos a sua identidade e as dinâmicas relacionais entre padrasto e enteado mas também na família em geral. Assim, neste processo de recomposição, o divórcio psíquico que se elabora da anterior relação, diferente para cada um dos membros da família que recasa, tem a sua influência na adaptação à nova família, onde é crucial a sua distinção e o seu reconhecimento. Ou seja, o divórcio psicológico é bem diferente dos adultos para as crianças e o seu reconhecimento a partir dos membros da nova família pode ser considerado com um factor facilitador da aceitação e adaptação à nova família. Ora, este não é um dado novo associado à recomposição familiar mas não deixa

de ser importante sublinhar que neste processo não é apenas uma pessoa que se divorcia mas sim pais, filhos e avós.

A recomposição familiar mostra-nos uma conjugalidade recomposta com aspectos diferentes da tradicional, onde o laço conjugal é constituído por crenças, desejos, expectativas, medos não apenas ligados com um normal processo de construção conjugal mas que cruzam com uma história relacional anterior, que se move no tempo em momentos distintos para os membros do casal. Para além disso, estamos diante de uma conjugalidade que acompanha a parentalidade: uma parentalidade biológica onde se destaca a centralidade da figura materna na introdução do padrasto na nova família e na construção das relações familiares mas também numa parentalidade paterna distante mas presente, que tem que ser reconhecida. Do mesmo modo, emerge uma parentalidade afectiva pautada por medos e dificuldades em perceber qual o papel a desempenhar na nova família em que a sua legitimação e a construção da sua relação com o enteado se faz no tempo e na convivência diária.

Apesar do presente estudo apresentar algumas conclusões importantes sobre a recomposição familiar, apresenta também algumas limitações que de seguida enunciaremos. A primeira limitação prende-se com as características da família para o estudo. Como já referimos na discussão dos resultados, o divórcio que antecedeu a recomposição familiar não é indicador da grande parte dos divórcios que acontecem, pautados na grande maioria pela discórdia e pelos conflitos entre ex-cônjuges. Nesta família, observamos que este padrão relacional não está presente, dimensão que poderá influenciar os resultados finais caso existisse conflitos entre ex-cônjuges. Logo, este facto pode levantar algumas reticências quanto à generalização dos resultados.

Outra limitação deste estudo prende-se com o tempo da nova união. Os dados obtidos foram recolhidos numa família recomposta com menos de um ano de união. Ora, esta situação pode constituir uma limitação pelo facto da formação da nova família ser muito recente, etapa da vida familiar de adaptações e ajustamentos.

Do mesmo modo, consideramos que não foi possível retirar grandes conclusões sobre a relação da família recomposta com o meio social, relação que pretendíamos compreender através da aplicação do Ecomapa. Aliás, após o início da investigação e após alguma pesquisa bibliográfica deparamo-nos com algumas dificuldades na estrutura e no tipo de análise dos resultados deste instrumento, levando-nos à criação da nossa própria grelha de análise. Após a sua aplicação e mediante nova pesquisa, verificamos que alguns autores questionam a utilização do Ecomapa dada a ausência de

validação do instrumento apesar da sua frequente aplicação (Mattaini & Daily, 1997; cit. in Cálix, 2002).

No entanto, de forma a assegurar a validade desta investigação e como é próprio na validação dos estudos de caso, utilizamos a triangulação dos dados através de algumas teorias, de métodos e de investigadores de forma a validar a veracidade e autenticidade dos dados.

Os resultados que emergiram neste estudo são dados importantes que nos permitem ter uma visão mais aprofundada da recomposição familiar. No entanto, consideramos que existiam outras dimensões importantes a explorar, no qual destacamos: a figura materna na recomposição familiar, quais as dificuldades que enfrenta dada a sua centralidade na família; compreender melhor como é vivida a recomposição familiar para os avós e para os pais do padrasto, bem como, a percepção do ex-marido sobre a recomposição familiar. Para além destas dimensões, sobre as famílias recompostas outros temas ganham um especial interesse, dada a escassez de estudos sobre a formação destas famílias, nomeadamente, a recomposição familiar por viuvez, a construção das relações familiares com a presença de um filho biológico, a construção da parentalidade do progenitor não guardião e a recomposição familiar em que ambos os cônjuges tenham vivido um divórcio.

Referências Bibliográficas

- Anderson & Anderson. (1963). *Técnicas proyectivas del diagnostico psicologico*. Madrid: Ediciones Rialp.
- Almeida, S., & Freire T. (2003). *Metodologia da Investigação em Psicologia da Educação*. Braga: Psiquilíbrios.
- Amato, P. R. (2000). The consequences of divorce for adults and children. *Journal of Marriage and the Family*, 62, 1269–1287.
- Amato, P. R. (2001). Children of divorce in the 1990s: an update of the Amato and Keith(1991) Meta-Analysis. *Journal of Family Psychology*, 15, 355-370.
- Amato, P. R. & Previti, D. (2003). People's Reasons for Divorcing: Gender, Social Class, the Life Course, and Adjustment. *Journal of Family Issues*, 24, 5, 602-626
- Albuquerque, E. (2004). *Matrimonio y familia. Teología y praxis cristiana*. San Pablo.
- Aboim, S. (2002). *Perfis de coabitação em Portugal: percursos, contextos e orientações*. Actas do Colóquio Internacional Família, Género e Sexualidade nas Sociedades Contemporâneas. Lisboa, Portugal.
- Almeida, A.N., André, I. M., Lalanda, P. (2002). Novos padrões e outros cenários para a fecundidade em Portugal. *Análise Social*, 37 (163), 371-409.
- Alarcão, M. (2002). *(Des)Equilíbrios Familiares*. Lisboa: Quarteto Editora.
- Anton, I. C. (1998). *A escolha do cônjuge. Um entendimento sistêmico e psicodinâmico*. Artmed: Porto Alegre.
- Andolfi, M. (2002). *A crise do casal. Uma perspectiva sistêmico-relacional*. Porto Alegre: Artmed.
- Amazonas, M. C., Braga, M.G. (2006). Reflexões acerca das novas formas de parentalidade e as suas possíveis vicissitudes culturais e subjectivas. *Ágora*, 9, 2, 177-191.
- Agee, L.S. (2009). *Individual endorsement of remarriage beliefs, consistency of cognitions between spouses, and outcomes in remarriage*. Master of Science, Utah State University.
- Adeyemo, D.A., Onongha, G.I. (2008). Stepparents perception of the factors affecting the quality of stepparent-stepchildren relationship. *Journal of Human Ecology*, 23 (2), 91-99.
- Attar-Schwartz, S., Buchanan, A., Griggs, J., Tan, J., Flourin, E. (2009). Grandparenting and adolescent adjustment in two-parent biological, lone-parent

- and stepfamilies. *Journal of Family Psychology*, 23 (1), 67-75. doi: 10.1037/a0014383
- Agostinho, M. (2007). Ecomapa. *Revista Portuguesa de Clínica Geral*, 23, 327-330.
- Bettelheim, B. (1976). *Psicanálise dos contos de fadas*. Venda Nova: Bertrand Editora.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The Ecology of Human Development. Experiments by nature and design*. EUA: Harvard University Press.
- Beavers, R., Hampson, R.B. (2000). The Beavers Systems Model of Family Functioning. *Journal of Family Therapy*, 22, 128-143.
- Browning, S.W., Accordini, M., Gennari, M., Cigoli, V. (2010). How therapists view stepfamilies: an analysis of italians clinicians' representations. Em Cigoli, V., Gennari, M (Ed.), *Close relationships and community psychology: an international perspective* (p.15-33). Milano: FrancoAngeli.
- Becerril, D.R. (1999). *Después del divorcio. Los efectos de la ruptura matrimonial en España*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas
- Bussel, D.A., Neiderhiser, J.M., Simmens, S., Howe, G.W., Pike, A., Plomin, R., Hetherington, E.M. (1999). Adolescent's relationships to siblings and mothers: a multivariate genetic analysis. *Development Psychology*, 35, 5, 1248 – 1259.
- Bray, J.H., Berger, S.H. (1993). Developmental issues in stepfamilies research project: family relationships and parent-child interactions. *Journal of Family Psychology*, 1,7, 76-90.
- Bray, J.H., Harvey, D.M. (1995). Adolescents in stepfamilies: developmental family interventions. *Psychotherapy*, 32 (1), 122-130.
- Bray, J.H., Berger, S.H. (1993). Developmental issues in stepfamilies research project: family relationships and parent-child interactions. *Journal of Family Psychology*, 7 (1), 76-90. doi: 0893-3200/93
- Bogdan, O., Biklen, K. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Barker, C., Pistrang, N., Elliot, R. (2002). *Research methods in clinical psychology*. (2nd Edition). USA: John Wiley & Sons.
- Borg, W.R., Gall, M. D. (1989). *Educational research*. (5Th Edition). New York: Longman.
- Bogdan, O., Biklen, K. (2006). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.

- Borton, L. (2003). Doing to being: psychological factors influencing women's experiences of stepmothering. *Psychoanalytic Psychology*, 20 (1), 177-179. doi: 10.1037/0736-9735.20.1.177
- Baxter, P., Jack, S. (2008). Qualitative case study methodology: study design and implementation for novice researchers. *The Qualitative Report Volume*, 13 (4), 544-559. Obtido de <http://www.nova.edu/ssw/QR/QR13-4/baxter.pdf>
- Bou, F.N., Pacheco, K.Z., Serrano-Garcia, I. (2008). Cambios... Como influyen en los e las adolescentes de familias reconstituídas. *Interamerican Journal of Psychology*, 42 (1), 91-100.
- Claes, M. (1985). *Os problemas da adolescência*. Lisboa: Verbo.
- Costa, M.E. (1994). *Intervenção psicológica em transições familiares. Divórcio, monoparentalidade e recasamento*. Edições Asa
- Cantero, G. G. (1977). *El divorcio*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos.
- Cigoli, V. (2002). O rompimento do pacto. Tipologias do divórcio e rituais de passagem. In M. Andolfi, (Ed.), *A crise do casal. Uma perspectiva sistêmico-relacional* (171-200). Brasil: Editora Artmed.
- Cigoli, V. (2006). *L'albero della discendenza, clinica dei corpi familiari*. Milano: Franco Angeli.
- Cigoli, V., & Scabini, E. (2007). La mediación familiar: el horizonte relacional-simbólico. In González, M.I. (Ed.). *El cuidado de los vínculos. Mediación familiar y comunitaria*. (28-68). Colombia: Universidad del Rosario.
- Cigoli, V., Tamanza, G. (2009). *L'Intervista Clinica Generazionale*. Milano: Cortina
- Cigoli, V., Gennari, M. (2010). *Close relationship and community psychology: an international perspective*. Lombardia: FrancoAngeli.
- Cano, D. S., Gabarra, L.M., More, C. O., & Crepaldi, M.A. (2009). As transições familiares do divórcio ao recasamento no contexto brasileiro. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22, 2, 214-222.
- Contreras, V. L. (2006). Familias ensambladas. Aproximaciones histórico-sociales y jurídicas desde una perspectiva constructorista y una mirada contextual. *Portularia*, 1,2, 139-149.
- Clingempeel, W.G. (1981). Quasi-kin relationships and marital quality in stepfather families. *Journal of Personality and Social Psychology*, 41 (5), 890-901. doi: 0022-3514/81/4105/0890800.75.

- Collins, W.E., Newman, B.M., McKenry, P.C. (1995). Intrapyschic and interpersonal factors related to adolescent psychological well-being in stepmother and stepfather families. *Journal of Family Psychology*, 9 (4), 433-445. doi: 0893-3200/95.
- Carter, S.A., Morris, M.L., Blanton, P.V. (2000). Couples' beliefs in myths about marriage and remarriage. *Family Science Review*, 13(1-2), 112-125.
- Chizzotti, A. (2003). A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. *Revista Portuguesa de Educação*, 16 (2), 221-236.
- Creswell, J.W. (2009). *Research design. Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. EUA: Sage Publication.
- Cieurzo, C., Keitel, M.A. (1999). Ethics in qualitative research. In Kopala, M., Suzuki, L.A. (Eds.), *Using qualitative methods in psychology* (p.63-76). EUA: Sage Publications.
- Campbell, J.E. (2009). *Consistency of cognitions in remarriage: a test of the consistency tenet of the Multidimensional Cognitive-Development Model*. Tese de Mestrado, Utah State University.
- Cálix, A.R. (2002). *In the Ecomap a valid and reliable social work tool to measure social support*. Tese de Mestrado, Louisiana State University.
- Coutinho, C.P. (2008). A qualidade da investigação educativa de natureza qualitativa: questões relativas à fidelidade e validade. *Educação Unisinos*, 12 (1), 5-15.
- Demarchi, F., Ellena, A. (1986). *Dicionário de Sociologia*. Madrid: Ediciones Paulinas.
- Di Vita, A.M., Salerno, A. (2005). Vissuti e rappresentazioni del figli nelle famiglie ricomposte. In Bianca, C.M., Malagoli Togliatti, M., Micci, A.L. (Eds.). *Interventi di sostegno alla genitorialità nelle famiglie ricomposte. Giuristi e psicologi a confronto* (p. 95-108). Milano: FrancoAngeli.
- Denzin, N.K., Lincoln, Y.S. (2005). *Handbook of qualitative research*. (3rd Edition). USA: Sage Publications.
- Dwyer, S.C., Buckle, J.L. (2009). The space between: on being an insider-outsider in qualitative research. *International Journal of Qualitative Methods*, 54-63
- Dooley, L.M. (2002). Case study research and theory building. *Developing Human Resources*, 4 (3), 335-354.
- Dunn, J., O'Connor, T.G., Levy, I. (2002). Out of picture: a study of family drawings by children from step-, single-parent, and non-stepfamilies. *Journal of clinical child and adolescent psychology*, 4, 31, 505-512.

- Emery, R. E. (1994). *Renegotiating family relationships. Divorce, child custody, and mediation*. USA: The Guildford Press.
- Emery, R.E., Margola, D., Gennari, M., Cigoli, V. (2010). How therapists view stepfamilies: an analysis of italians clinicians´ representations. Em Cigoli, V., Gennari, M (Ed.), *Close relationships and community psychology: an international perspective* (p.54-64). Milano: FrancoAngeli.
- Eduards, R. (2002). Creating “stability for children in step-families: Time and substance in parenting. *Children & Society, 16*, 154-167.
- Fossey, E., Harvey, C., McDermott, F., Davidson, L. (2002). Understanding and evaluating qualitative research. *Australian and New Zealand Journal of Psychiatry, 36*, 717-732.
- Fontana, A., Frey, J.H. (2005). The interview: From neutral stance to political involvement. In Denzin, N.K., Lincoln, Y.S. (2005). *Handbook of qualitative research*. (p. 695-728). USA: Sage Publications.
- França-Tarragó, O. (2005). *Ética para psicólogos. Introducción a la psicoética* (5ªEd.). Bilbao: Editorial Desclée de Brouwer.
- Frankel, R. M., Devers, K.J. (2000). Study design in qualitative research -1: developing questions and assessing resource needs. *Education for health, 13* (2), 252-261.
- Fine, M.A., Voydanoff, P., Donnelly, B.W. (1993). Relations between parental control and warmth and child well-being in stepfamilies. *Journal of Family Psychology, 7*, 2, 222-232.
- Fine, M.A., Coleman, M., Ganong, L.H.(1998). Consistency in perceptions of the step-parent role among step-parents, parents and stepchildren. *Journal of Social and Personal Relationships, 15*(6), 810-828. doi: 10.1177/0265407598156006
- Fine, M.A., Kurdek, L.A., Hennigen, L. (1992). Perceived self-competence, stepfamily myths, and (step)parent role ambiguity in adolescents from stepfather and stepmother families. *Journal of Family Psychology, 6* (1), 69-76. doi: 0893-3200/92
- Foddy, W. (1993). *Constructing questions for interviews and questionnaires. Theory and practice in social research*. USA: Cambridge University Press.
- Fellmann, I. E., Galán, M. J., Roque, I. M., Galán, I. C. (2008). Spanish adaptation of the Stepparent Role Strain Index. *Spanish Journal of Psychology, 11* (1), 314-322.

- Fellmann, I. E., Gálan, M.J., Lloreda, M. J. (2008). Stepparent role strain and psychological distress. *Psicothema*, 20 (4), 732-738. Obtido de <http://www.psicothema.com>
- Falcke, D., Wagner, A. (2000). Mães e madrastas: mitos sociais e autoconceito. *Estudos de Psicologia*, 5, 2, 421-441.
- Ferraris, A.O. (2002). Filhos de famílias divorciadas e reconstituídas: identidade e história familiar. In Andolfi, M., A Crise do casal. *Uma perspectiva sistémico-relacional* (p.249-264). Porto Alegre: Artmed.
- Fine, M.A., Kurdek, L.A. (1995). Relation between marital quality and (step)parent-child relationship quality for parents and stepparents in stepfamilies. *Journal of Family Psychology*, 2, 9, 216-223.
- Fellmann, I.E., Galán, M.J., Díaz, M.P., Freire, A.G. (2003). Familias Reconstituídas: Un estudio sobre las nuevas estructuras familiares. *Clínica y Salud*, 14, 3, 301-332.
- Ferreira, P. M., Aboim, S. (2002). Modernidade, laços conjugais e fecundidade: a evolução recente dos nascimentos fora do casamento. *Análise Social*, 37 (163), 411-446.
- Ferreira, P.M. (2003). Tendências e modalidades da conjugalidade. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (43), 67-82.
- Fuster, E. G., Ochoa, G. M. (2000). *Psicología social de la familia*. Barcelona: Ediciones Paidós.
- Ferreira, P. M. (2003). Tendências e modalidades da conjugalidade. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (43), 67-82.
- Flick, U. (2002). *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa, Portugal: Monitor.
- Ferreira & Rorhmann (2008). As famílias pluriparentais ou mosaicos. *Revista de Direito Privado da UEL*, 1, 1, 1-20.
- Greco, O. (1999). *La doppia luna, test dei confini delle appartenenze familiari*. Milano: Vita e Pensiero.
- Greco, O., Roncari, L. (2006). I nuovi confini della famiglia ricostituita: la posizione dello step-parent. *Il lavoro clinico con le famiglie complesse, il test la doppia luna nella ricerca e nella terapia*. Lombardi: Franco Angeli.
- Greco, O. (2006). *Il lavoro clinico con le famiglie complesse, il test la doppia luna nella ricerca e nella terapia*. Milão, Itália: Franco Angeli.

- Greco, O. & Comelli, I. (2008). La doppia luna. In D. Margola (Ed.), *Tecniche psicologiche d'indagine clinica*. (pp.149-197). Milão, Itália: Franco Angeli.
- Galego, C., Gomes, A.A. (2005). Emancipação, ruptura e inovação: o “focus group” como instrumento de investigação. *Revista Lusófona de Educação*, 5, 173-184.
- Greene, S.M., Anderson, E.R. (1999). Observed negativity in large family systems: incidents and reactions. *Journal of Family Psychology*, 13, 3, 372-392.
- Greene, S.M., Anderson, E., Hetherington, E. M., Forgatch, M.S., & DeCarmo, D.S. (2003). Risk and resilience after divorce. In Walsh, F. (Third Edition), *Normal Family Processes* (p.96-120). New York: Guildford Press.
- Gambini, P. (2007). *Psicologia della famiglia. La prospettiva sistemico-relazionale*. Milano: FrancoAngeli.
- Glover, M. (2007). *Father involvement in intact families and stepfamilies*. Master of Science, Virginia Polytechnic Institute and State University.
- Gozzoli, C., Tamanza, G. (1998). *Family Life Space. L'analisi metrica del disegno*. Milano: FrancoAngeli.
- Hartman, A. (1978). Diagrammatic assessment of family relationship. *Social Casework*, 465-476.
- Houareau, M. J. (1977). *O inconsciente*. Lisboa: Edições Ática.
- Higginbotham, B. J. (2005). *The Remarriage Belief Inventory: Testing the factorial structure and validity with a remarried sample*. Tese de Doutorado, Auburn University.
- Higginbotham, B. J., Adler-Baeder, F. (2008). Assessing Beliefs about the remarriages and stepfamilies: The Remarriage Belief Inventory. *Journal of Divorce & Remarriage*, 48, 3, 33-54.
- Henderson, C.E., Hayslip, B. Jr., Sanders, L.M., Louden, L. (2009). Grandmother – grandchildren relationship quality predicts psychological adjustment among youth from divorced families. *Journal of Family Issues*, 30 (9), 1245-1264. doi: 10.1177/0192513X09334913
- Hofferth, S.L., Anderson, K.G. (2003). Are all dads equal? Biology versus marriage as a basis for paternal investment. *Marriage and Family*, 65, 213-232.
- Halford, K., Nicholson, J., Sanders, M. (2007). Couple Communication in Stepfamilies. *Family Process*, 46 (4), 71-483.

- Hetherington, E.M. (1982). El divorcio visto por los hijos. *Infancia y Aprendizaje*, 53-63.
- Hetherington, M., Clingempeel, W. G. (1992). Coping with marital transitions: a family systems perspective. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 72, 50-78.
- Hetherington, E. M., Stanley-Hagan, M. (2002). *Parenting in Divorced and Remarried Families*”, in M. Bornstein (ed.) *Handbook of Parenting*, pp. 287–316. 2 ed. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Hetherington, E. M. (2003). Social Support and the Adjustment of Children in Divorced and Remarried Families. *Childhood*, 10, 2, 217-236.
- Hetherington, E. M., & Kelly, J. (2002). *For better or for worse: Divorce reconsidered*. New York: Norton.
- Holanda, A. (2006). Questões sobre pesquisa qualitativa e a pesquisa fenomenológica. *Análise Psicológica*, 3 (24), 363-372.
- Instituto Nacional de Estatística (2001). *Estatísticas Demográficas*. Lisboa: Portugal.
- Instituto Nacional de Estatística (2008). *Estatísticas Demográficas 2007*. Lisboa: Portugal.
- Johnson, B., Christensen, L. (2008). *Educational research. Quantitative, qualitative, and mixed approaches* (2ª Ed.). EUA: Pearson.
- Kamberelis, G., Dimitriadis, G. (2005). Focus groups: Strategic articulations of pedagogy, politics, and inquiry. In Denzin, N.K., Lincoln, Y.S. (2005). *Handbook of qualitative research*. (p. 887-907). USA: Sage Publications.
- Kunrath, L.H. (2006). Recasamento: novas oportunidades para o espaço conjugal. *Pensando Famílias*, 10, 1, 101-112.
- Lis, A. (1998). *Tecniche proiettive per l'indagine della personalità*. Bologna: Il Mulino.
- Leandro, M. E. (2001). *Sociologia da família nas sociedades contemporâneas*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Leite, S. (2003). Breve sociografia sobre as famílias reconstituídas portuguesas. *Revista Estudos Demográficos*, 35, 55-89.
- Leandro, A.S., Leandro, M. E. (2004). *Transmissão de valores no seio da família. Persistências e mudanças*. Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção. Braga: Portugal.
- Lanz, M., Rosnati, R. (2002). *Metodologia della ricerca sulla famiglia*. Milano: Led.

- Lobo, C. (1995). Do (re) casamento às estratégias de recomposição familiar. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (18), 69-95.
- Lobo, C. (1996). Padrastos no quotidiano: estratégias de construção social do papel do padrasto. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (19), 67-82.
- Lobo, C., Conceição, C.P. (2003). O recasamento em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (42), 141-159
- Lobo, C. (2005). A família recomposta. Revisitar a produção americana (1930-2000). *Sociologia, Problemas e Práticas*, 48, 91-114.
- Lobo, C. (2009). Parentalidade Social, fratrias e relações intergeracionais nas recomposições familiares. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 59, 45-74.
- Lamela, D., Castro, M., Gonçalves, T., & Figueiredo, B. (2009). PApi – “Pais por Inteiro” Programa de intervenção em grupo para o ajustamento pessoal e a promoção da coparentalidade positiva em pais divorciados. *Análise Psicológica*, 27, 4, 493-507.
- McGoldrick, M., Carter, E.A. (1980). Forming a remarried family. In Carter, E.A., McGoldrick, M., *The family life cycle: a framework for family therapy* (p.265-294). New York: Gardner Press.
- McGoldrick, M., Carter, B. (1995). Constituindo uma família recasada. In Carter, B., McGoldrick, M. (2ª Eds.). *As mudanças no ciclo de vida familiar*. (p.344-369). Porto Alegre: Artmed.
- Martuscello, C. (1991). *Família e conflito conjugal*. Brasil: Francisco Alves Editora
- Minuchin, S., Fishman, H.C. (2003). *Técnicas de terapia familiar* (2ª ed.). São Paulo: Artmed.
- McDonald, W.L., DeMaris, A. (2002). Stepfather-stepchildren relationship quality. *Journal of Family Issues*, 2 (1), 121-137.
- Medeiros, M.G. (2004). Conjugalidade e família no Brasil: Analisando as famílias reconstituídas em Natal. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: Coimbra.
- Meirinhos, M., Osório, A. (2010). O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. *Revista de Educação*, 2 (2), 49-65.
- Moreira, J.M. (2006). Investigação quantitativa: fundamentos e práticas. In Lima, J.A., Pacheco, J.A. (Eds.). *Fazer investigação. Contributos para a elaboração de dissertações e teses* (p. 41-84). Portugal: Porto Editora.

- Mason, M.A., Harrison-Jay, S., Svare, G.M., Wolfinger, N.H. (2002). Stepparents: de facti parents or legal strangers? *Journal of Family Issues*, 23 (4), 507-522. doi: 10.1177/0192513X02023004003
- Oshman, H.P., Manosevitz, M. (1976). Father absence: effects of stepfathers upon psychosocial development in males. *Developmental Psychological*, 12 (5), 479-480.
- Olshaker, B. (1989). *O que vamos dizer aos nossos filhos sobre sexo, drogas, doenças, divórcio, racismo e violência*. Lisboa: Edições 70.
- Oliveira, R.M. (2005). Adoção emocional e famílias de recasamento: um estudo sobre a construção das relações afectivas entre padrastos/madrastas e seus enteados. Tese de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.
- Orellana, R. V., Vallejo, F. S., Vallejo, P. S. (2004). Separación o divorcio: Trastornos psicológicos en los padres y los hijos. *Revista de la Asociación Española de Neuropsiquiatría*, 92, 91-110.
- Papernow, P. L. (1987). Thickening the "middle group": dilemmas and vulnerabilities of remarried couples. *Psychotherapy*, 24 (3S), 630-639.
- Pons-Salvador, G., Barrio, V. (1995). El efecto del divorcio sobre la ansiedad de los hijos. *Psicothema*, 7, 3, 489-497.
- Peck, J.S., Manocherian, J. (2001). O divórcio e as mudanças do ciclo de vida familiar. In Carter, B., McGoldrick, M. (2ª Eds.). *As mudanças no ciclo de vida familiar*. (p.291-320). Porto Alegre: Artmed.
- Pinto, E. B. (2004). A pesquisa qualitativa em psicologia clínica. *Psicologia USP*, 15 (1/2), 71-80.
- Polkinghorne, D. E. (2005). Language and meaning: data collection in qualitative research. *Journal of Counseling Psychology*, 52 (2), 137-145. doi: 10.1037/0022-0167.52.2.137
- Pacheco, J.A. (2006). Um olhar global sobre o processo de investigação. In Lima, J.A., Pacheco, J.A. (Eds.). *Fazer investigação. Contributos para a elaboração de dissertações e teses*. Portugal: Porto Editora.
- Relvas, A.P., Alarcão, M. (2002). *Novas formas de família*. Lisboa: Quarteto Editora.
- Robertson, J. (2008). Stepfathers in families. In Pryor, J. (Eds.), *The International Handbook of Stepfamilies. Policy and Practice in Legal, Research, and Clinical Environments* (p.125-150). EUA: John Wiley & Sons.

- Rivas, A.M. (2008). Las nuevas formas de vivir en familia: el caso de las familias reconstituidas. *Cuadernos de Relaciones Laborales*, 26, 1, 179-202.
- Rubio, M.I., Pérez, F.V. (2008). La duplicación de funciones e posiciones de parentesco como estrategia para la construcción de la paternidad/maternidad en las familias reconstituidas. *Anthropologica*, 26, 63-85.
- Sacareno, C. (1992). *Sociologia da família*. Lisboa: Editorial Estampa
- Sciarra, D. (1999). The role of qualitative researcher. In Kopala, M., Suzuki, L.A. (Eds.), *Using qualitative methods in psychology* (p.37-48). EUA: Sage Publications
- Souza, R. M. (2000). Depois que Papai e Mamãe se Separaram: um Relato dos Filhos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16 (3), 203-211.
- Scabini, E., & Cigoli, V. (2000). *Il familiare*. Milão, Itália: Raffaello Cortina Editore.
- Scabini, E., Marta, E., Lanz, M. (2002). *The transition to adulthood and family relations. An intergenerational perspective*. New york: Psychology Press.
- Scabini, E., & Iafrate R. (2003). *Psicologia dei legami familiari*, Bolonha, Itália: Il Mulino.
- Santos, F. (2002). *Sem cerimónia nem papeis: uma análise da coabitação em Portugal*. Actas do Colóquio Internacional Família, Género e Sexualidade nas Sociedades Contemporâneas. Lisboa, Portugal.
- Simionato, M.A., Oliveira, R. G. (2003). Funções e transformações da família ao longo da história. I Encontro Paranense de Psicopedagogia.
- Sbarra, D. A., Emery, R. E. (2005). In the presence of grief: The role of emotion in contemporary divorce mediation. In M. A. Fine & J. H. Harvey (Eds.), *Handbook of divorce and dissolution of romantic relationships* (pp. 553-573). Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Souza, C.L., Benetti, S.P. (2009). Paternidade contemporânea: levantamento da produção acadêmica no período de 2000 a 2007. *Paideia*, 42, 19, 97-106.
- Stake, R. E. (2010). Investigación con estudio de casos. (5ª ed., reimp.). (Trad. R. Filella). Madrid, Espanha: Morata. (obra original publicada em 1995)
- Simons, H. (2011). *El estudio de caso, teoria y práctica*. (Trad. R. Filella). Madrid, Espanha: Morata. (obra original publicada em 2009)
- Torres, A. C. (1999). *Aumento do divórcio, mudanças na família e transformações sociais*. Actas dos V Cursos Internacionais de Verão de Cascais, 4, 71-94.

- Torres, A.C. (2001). Casamento e gênero: mudança nas famílias contemporâneas a partir do caso português. *Intersecções*, (2), 53-70.
- Travis, S. (2003). *Construções familiares: um estudo sobre a clínica de recasamento*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- Tomé, G.L., Schermann, L. (2004). Padrasto, o novo pai – nova postura paternal. *Aletheia*, (19), 21-30.
- Thompson, D.E. (2009). “*I set the tone*”: the role of biological mothers in the successful formation of stepfamilies. Doctor of Philosophy, Kansas State University.
- Vuchinich, S., Vuchinich, R.A., Hetherington, E.M., Clingempeel, W.G.(1991). Parent-child interaction and gender differences in early adolescents' adaptation to stepfamilies. *Developmental Psychology*, 4, 27, 618-626.
- Visher, E. B., Visher, J. S. (1993). *Stepfamilies. Myths and Realities*. USA: Carol Publishing Group.
- Van Cutsem, C. (2001). *A família recomposta. Entre o desafio e a incerteza*. Lisboa: Edtions Érès.
- Visher, E. B., Visher, J.S., Pasley, K. (2003). Remarriage families and stepparenting. In Walsh, F. (Third Edition), *Normal Family Processes* (p.153-175). New York: Guildford Press.
- Wallerstein, J., Kelly, J. B. (1998). *Sobrevivendo à separação: como pais e filhos lidam com o divórcio*. Porto Alegre: Artmed.
- Wagner, A., Ribeiro, L.S., Arteche, A., Bornholdt, E.A. (1999). Configuração familiar e bem-estar psicológico dos adolescentes. *Psicologia, Reflexão e Crítica*, 12 (1). doi: 10.1590/S0102-79721999000100010
- Wang, H., & Amato, P. R. (2000): Predictors of Divorce Adjustment: Stressors, Resources, and Definitions, *Journal of Marriage and the Family*, 62, 655-668.
- Wolchik, S. A., Sandler, I. N., Millsap, R. E., Plummer, B. A., Greene, S. M., Anderson, E. R., Dawson-McClure, S. R., Hipke, K., Haine, R. A. (2002). Six-year follow-up of preventive interventions for children of divorce: a randomized controlled trial. *Jama*, 288, 1874-1881.
- Wall, K. (2003). Famílias monoparentais. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (43), 51-66.
- Walsh, F. (2004). *Resiliencia familiar: estrategias para su fortalecimiento*. Buenos Aires: Amorroutu.

Zimilies, H., Lee, V. (1991). Adolescent family structure and educational progress.
Development Psychology, 27 (2), 314 – 320.

Anexo I – Questionário sócio-demográfico dirigido ao casal

– Famílias recompostas –

O presente questionário surge no âmbito da recolha de dados para o desenvolvimento de uma investigação sobre o tema das Famílias Recompostas (i.e. um dos cônjuges da actual relação já teve uma anterior experiência de divórcio, levando para a nova união filhos da anterior relação) que se insere no Mestrado de Psicologia da Família. Este projecto de investigação tem como principal objectivo perceber dinâmicas familiares entre padrastos, madrastas e seus enteados.

A finalidade deste estudo é puramente científico, os resultados serão apenas utilizados na elaboração e divulgação científica, sendo assegurado o sigilo da identidade dos participantes.

Dados da família actual

1. Idade: _____

2. Género: Masculino Feminino

3. Habilitações Literárias: _____ 4. Profissão: _____

5. Estado Civil: _____

6. Duração do actual casamento/união de facto:

7. Dados do actual Companheiro (a)

Género: Masculino Feminino Idade: _____

Habilitações Literárias: _____ Profissão: _____

8. Tem filhos da actual relação: Sim Não

Nº de filhos: _____

Idades: _____

Dados da família anterior

9. Dados do anterior companheiro (a)

Género: Masculino Feminino Idade: _____

Habilitações Literárias: _____ Profissão: _____

10. Duração do 1º casamento:

11. Tem filhos da relação anterior: Sim Não

Nº de filhos: _____

Idades: _____

12. Qual é o progenitor que detém a custódia do filho?

Próprio

Ex-marido/ Ex-mulher

12. Descreva o tempo que o filho (a) passa com mãe/pai:

13. Descreva o tempo que o filho passa com o pai biológico e o padrasto/madrasta:

Outras informações:

Anexo II – Questionário sócio-demográfico dirigido ao filho/enteado
– Famílias recompostas –

O presente questionário surge no âmbito da recolha de dados para o desenvolvimento de uma investigação sobre o tema das Famílias Recompuestas (i.e. um dos cônjuges da actual relação já teve uma anterior experiência de divórcio, levando para a nova união filhos da anterior relação) que se insere no Mestrado de Psicologia da Família. Este projecto de investigação tem como principal objectivo perceber dinâmicas familiares entre padrastos, madrastas e seus enteados.

A finalidade deste estudo é puramente científico, os resultados serão apenas utilizados na elaboração e divulgação científica, sendo assegurado o sigilo da identidade dos participantes.

1. Idade: _____

2. Género: Masculino Feminino

3. Ano Escolaridade: _____

4. Manténs contacto com o pai/mãe que não vive contigo?

5. Quanto tempo passas com o pai/mãe que não vive contigo?

6. Quanto tempo passas com o teu padrasto/madrasta e com o teu pai/mãe?

7. Como descreves o contacto com irmão/meios-irmãos.

Anexo III – Questionário sócio-demográfico dirigido aos avós

– Famílias recompostas –

O presente questionário surge no âmbito da recolha de dados para o desenvolvimento de uma investigação sobre o tema das Famílias Recompostas (i.e. um dos cônjuges da actual relação já teve uma anterior experiência de divórcio, levando para a nova união filhos da anterior relação) que se insere no Mestrado de Psicologia da Família. Este projecto de investigação tem como principal objectivo perceber como é construída a identidade da família reconstituída e as dinâmicas familiares entre padrasto e enteado. A finalidade deste estudo é puramente científico, os resultados serão apenas utilizados na elaboração e divulgação científica, sendo assegurado o sigilo da identidade dos participantes.

I: Dados dos avós maternos

1. Género: Masculino Feminino

2. Idade: _____ 2.1. Anos de casados: _____

3. Habilitações literárias:

Avó - _____ Avô - _____

4. Profissão:

Avó - _____ Avô - _____

5. Número de filhos: _____

6. Idades: _____

7. Contacto com a família reconstituída:

8. Outras informações

Anexo IV – Guião das Entrevistas Piloto dirigido ao Casal e Enteadado

Entrevista Piloto Casal

Abertura

Estão a participar numa entrevista que pretende estudar as dinâmicas relacionais entre padrastos/madrastas e enteados nas famílias reconstituídas. Para isso, ser-vos-ão colocadas algumas questões sobre a vossa família. Estas entrevistas têm fins estritamente académicos e as informações obtidas servirão para proporcionar um maior conhecimento sobre o relacionamento entre estes elementos na nova unidade familiar. Se tiverem alguma dúvida ou questão podem fazê-la à vontade.

Warming up

Bom, em primeiro lugar, peço-vos que recuem um pouco no tempo e se foquem no período em que se encontraram enquanto casal, o momento em que se descobriram um ao outro. Têm alguns minutos para que façam uma retrospectiva pelo início da vossa história.

1. Muito bem. Agora poderiam contar como se conheceram?
2. O que fez com que o vosso encontro se tenha tornado um laço?
3. Que procuraram/encontraram na actual relação de casal?
4. O que os levou a construir esta nova família?
5. Pensando que um de vós teve já uma experiência de um casamento, gostaria de vos colocar algumas questões sobre as relações entre a primeira união e a vossa família actual. Assim, de que modo a família anterior está presente na nova família?
6. Qual a diferença entre a nova família e antiga família?
7. Houve algum momento particularmente difícil na relação entre a família anterior e a nova família? Como o enfrentaram?

8. Como é para o novo companheiro (a) a relação com a família anterior? Se quiser, podem fazer um comentário ao que o parceiro acabou de referir.
9. Pensando que na vossa família um dos elementos ganha um destaque especial, que neste caso seria o padrasto/madrasta, gostaria que nos ajudasse a entender melhor o seu mundo. Então, como entende o seu papel de padrasto/madrasta na nova família?
10. Qual o significado deste papel na sua vida?
11. Quais os aspectos positivos e negativos inerentes ao seu papel na sua família?
12. Como é que o marido/esposa vê o papel do padrasto/madrasta na família?
13. Relativamente à vossa vida em família, como descreveriam o vosso ambiente familiar?
14. Quais os momentos mais importantes da vossa vida familiar?
15. O que significam esses momentos nas vossas vidas?
16. Como se vêem daqui a 5 anos? E daqui a 10 anos?
17. Agradeço a vossa participação e a vossa disponibilidade por terem participado nesta entrevista, e por ajudarem a compreender melhor, com a vossa história, as relações entre padrastos/madrastas e enteados! Gostariam de acrescentar alguma coisa?

Abertura

Estás a participar numa entrevista que pretende estudar as relações entre padrastos, madrastas e enteados. Para isso, irei colocar-te algumas questões sobre a tua família. Esta entrevista tem fins estritamente académicos e as informações obtidas servirão para proporcionar um maior conhecimento sobre o relacionamento entre padrastos, madrastas e enteados. Se tiveres alguma dúvida ou questão podes fazê-la à vontade.

Warming up

Bom, para começarmos pedia-te que pensasses um pouco na ideia que tens de família.

1. Como vamos falar da tua família gostava de começar por saber o que dirias sobre a ideia que tens de família?
2. Em que pessoas pensas quando te falam de família?
3. Em que pensas quando pensas na tua primeira família?
4. Agora gostava de conhecer um pouco melhor sobre a tua relação com o teu padrasto/madrasta. Fala-me como conheces-te o teu padrasto/madrasta?
5. Como foi esse momento?
6. O que para ti é um padrasto/madrasta?
 - 6.1. O que te fez ver de diferente a imagem que tinhas de padrasto/madrasta?
7. Imagina que tinhas que fazer uma composição sobre a relação que tens com o teu padrasto. O que contarias nessa composição sobre o teu relacionamento com o teu padrasto/madrasta?
8. Na tua família actual, quais os acontecimentos mais importantes para ti?
9. Agradeço a tua participação e a tua disponibilidade por teres participado nesta entrevista, por me ajudares a compreender melhor, com a tua história, as dinâmicas relacionais entre padrastos/madrastas e enteados! Gostarias de acrescentar alguma coisa?

Anexo V – Entrevista final dirigida ao casal

Abertura

Apesar de já nos termos encontrado anteriormente numa outra entrevista, este novo encontro tem objectivos diferentes. Com esta entrevista, gostava de compreender aprofundadamente a vossa relação com as vossas famílias de origem, a construção da relação conjugal agora que vivem juntos e vossa relação com a geração futura.

Relembro que esta entrevista tem fins estritamente académicos e as informações obtidas servirão para proporcionar um maior conhecimento sobre a construção da construção da relação conjugal nas famílias reconstituídas. Se tiverem alguma dúvida ou questão podem fazê-la à vontade.

Warming up

Bom, para começar, gostava que pensassem na vossa relação com as vossas famílias.

1. Gostaria que me falassem do encontro entre vocês e as respectivas famílias de origem. Podem ilustrar este encontro com algum episódio retirado da vida quotidiana, através de metáforas ou imagens?
2. Antes de se casarem ou de se juntarem como casal como imaginavam a vida familiar? Podem apresentar algum exemplo através de uma imagem?
3. Na realidade da vida quotidiana que imagens se realizaram e que imagens não se realizaram? O que aconteceu igual e o que aconteceu de forma diferente?
4. Agora que vivem juntos, o que descobriram de novo no Outro? E na relação?
5. Houve algum momento particularmente difícil na relação? Como o enfrentaram?
 - 5.1. O que trouxe maior dor e o que ofereceu esperança/confiança na vida familiar?
6. O que consideram importante transmitir ao filho/enteado?
 - 6.1. É alguma coisa relacionada com o que vocês receberam dos vossos pais?

6.2. No caso da mãe, o que gostava que o filho recebesse da herança paterna?

6.3. Pensam ter conseguido passar (ou que conseguirão passar) esses valores e modelos de vida? (O que poderia ser um obstáculo? E um recurso?).

7. Pensando na relação entre padrasto e enteado, gostaria de me falassem do vosso reencontro, agora que vivem na mesma casa. O que descobriu de novo na sua relação com o seu enteado (nome do jovem)?

8. O que descobriu de novo sobre o seu papel na família?

9. Quais os momentos mais importantes da vossa vida familiar? E o que significam esses momentos nas vossas vidas?

Agradeço a vossa participação e a vossa disponibilidade para participarem nesta entrevista. Gostariam de acrescentar mais alguma coisa?

Anexo VI – Guião da Entrevista dirigida ao enteado

Abertura

Apesar de já nos termos encontrado anteriormente numa outra entrevista, este novo encontro tem objectivos diferentes. Com esta entrevista, gostava de compreender aprofundadamente a tua vida familiar e a tua relação com o teu padrasto agora que vivem todos juntos.

Relembro que esta entrevista tem fins estritamente académicos e as informações obtidas servirão para proporcionar um maior conhecimento sobre as dinâmicas relacionais entre padrasto e enteado na família reconstituída. Se tiveres alguma dúvida ou questão podes fazê-la à vontade.

Warming up

Bom, para começar, gostava que pensasses sobre a tua nova família e no momento em que foram viver todos juntos.

1. Como imaginavas a tua vida familiar? Podes apresentar um exemplo através de imagens.
2. Na realidade da tua vida quotidiana que imagens se realizaram e que imagens não se realizaram? O que aconteceu igual e o que aconteceu de forma diferente?
3. No teu dia a dia, o que mudou na tua relação com a tua mãe na nova família? E com o teu pai?
4. O que descobriste de novo sobre o teu padrasto?
5. O que descobriste de novo na tua relação com o teu padrasto?
6. Houve algum momento particularmente difícil na vossa relação desde o momento em que foram viver todos juntos? Como o enfrentas-te?
7. Quais os momentos mais importantes da tua vida com as tuas famílias? O que significam para ti?

Agradeço a tua participação e a tua disponibilidade para participares nesta entrevista. Gostarias de acrescentar mais alguma coisa?

Anexo VII – Guião da Entrevista dirigida aos avós maternos

Abertura

Estão a participar numa entrevista que pretende estudar aprofundadamente as famílias reconstituídas. Para isso, ser-vos-ão colocadas algumas questões sobre o vosso relacionamento com a nova família e em particular sobre o papel do padrasto. Esta entrevista tem fins estritamente académicos, estando garantida a confidencialidade dos dados e as informações obtidas servirão para proporcionar um maior conhecimento sobre o relacionamento entre avós e a família reconstituída. Se tiverem alguma dúvida ou questão podem fazê-la à vontade.

Warming up

Bom, para começar gostava que pensassem na vossa relação com o vosso (a) filho (a) e na construção da família reconstituída.

1. Gostava que falassem do encontro entre vocês e o novo companheiro do segundo casamento/união do vosso filho (a). Podem ilustrar esse encontro com algum episódio retirado da vida quotidiana ou também através de metáforas ou imagens?
2. Antes do vosso filho (a) e do seu novo companheira (o) se casarem/juntarem como casal como imaginavam a vida familiar do segundo casamento? Podem apresentar algum exemplo através de uma imagem?
3. Na realidade desta relação que imagens se realizaram? O que aconteceu igual e o que aconteceu de forma diferente?
4. Para vocês, de que modo a família anterior está presente na nova família?
5. Houve algum momento particularmente difícil na relação entre a família anterior e a nova família? Como o viveram?
6. Pensando que na nova família um dos seus membros ganha um papel diferente, neste caso seria o padrasto, como vêem o seu papel na família?

Agradeço a vossa participação e a vossa disponibilidade para participarem nesta entrevista. Gostariam de acrescentar mais alguma coisa?

Anexo VIII – Inventário sobre as Crenças no Recasamento



Inventário sobre as Crenças no Recasamento

The Remarriage Belief Inventory (Higginbotham & Adler-Baeder, 2008)
Traduzido por Costa, S. & Gonçalves, A. (2012) Universidade Católica Portuguesa



Pensando no recasamento e nas famílias reconstituídas em geral, indique com um círculo, o número em que acredita que as seguintes afirmações são verdadeiras ou falsas.

1– Totalmente Falso 2- Mais Falso do que Verdadeiro 3-Nem Falso nem Verdadeiro
4 – Mais Verdadeiro do que Falso 5 – Totalmente Verdadeiro

1. Uma família reconstituída deve funcionar como a família biológica.	1 2 3 4 5
2. As pessoas na família reconstituída devem ser capazes de assumir imediatamente o papel parental em relação aos seus enteados.	1 2 3 4 5
3. Numa família reconstituída, as crianças devem sentir que estão em primeiro lugar.	1 2 3 4 5
4. A ligação emocional/sentimentos em relação ao ex-cônjuge deve terminar com o novo casamento.	1 2 3 4 5
5. Os membros da família reconstituída devem amar-se entre si de forma imediata.	1 2 3 4 5
6. O padrasto/madrasta deve sentir-se tanto “em casa” com o cônjuge com quem passará a morar.	1 2 3 4 5
7. Uma nova união pode ser mais gratificante e satisfatória do que os anteriores casamentos.	1 2 3 4 5
8. As pessoas que foram casadas anteriormente são mais selectivos com quem se casam.	1 2 3 4 5
9. O novo cônjuge deve preencher o vazio emocional deixado pelo anterior cônjuge.	1 2 3 4 5
10. Nos recasamentos, as pessoas tem mais probabilidade de se casar com alguém que possua as mesmas características negativas do ex-cônjuge.	1 2 3 4 5
11. No recasamento os recursos financeiros devem ser partilhados.	1 2 3 4 5
12. Uma família reconstituída não consegue oferecer a uma criança tudo o que a família biológica oferece.	1 2 3 4 5
13. Um padrasto/madrasta deve ter os seus sentimentos e opiniões valorizados tal como os outros membros da família com quem casou.	1 2 3 4 5
14. Na nova união, a adaptação à vida conjugal deve acontecer rapidamente.	1 2 3 4 5

15. A história da anterior relação de um dos cônjuges tem pouco impacto na nova união.	1 2 3 4 5
16. Um padrasto/madrasta deve partilhar as responsabilidades quanto à educação das crianças desde o início do recasamento.	1 2 3 4 5
17. O novo cônjuge deve ser melhor companheiro do que o ex-cônjuge que é substituído.	1 2 3 4 5
18. As decisões na família reconstituída devem ser tomadas tendo em conta o melhor interesse do novo cônjuge do que o interesse das crianças.	1 2 3 4 5
19. No recasamento, as pessoas são menos comprometidas em fazer durar o seu relacionamento do que as pessoas nos primeiros casamentos.	1 2 3 4 5
20. Em comparação com o ex-cônjuge, o novo cônjuge deve estar mais “em sintonia” com a qualidade da relação conjugal.	1 2 3 4 5
21. O amor deve desenvolver-se rapidamente entre padrasto e enteado.	1 2 3 4 5
22. No recasamento, as pessoas devem manter o controlo individual sobre os seus recursos económicos.	1 2 3 4 5
23. Satisfazer os desejos do novo cônjuge deve anteceder a satisfação dos desejos dos filhos biológicos.	1 2 3 4 5
24. De um modo geral, a família reconstituída é uma substituta inferior da família biológica.	1 2 3 4 5
25. Na nova união, os papéis devem ser semelhantes aos dos casamentos anteriores.	1 2 3 4 5
26. A adaptação numa família reconstituída deve ocorrer rapidamente.	1 2 3 4 5
27. As pessoas que vivenciaram um divórcio têm mais probabilidade de se divorciarem novamente.	1 2 3 4 5
28. Os membros da família reconstituída devem sentir-se próximos entre si logo após a formação da nova família.	1 2 3 4 5
29. Os padrastos/madrastas devem assumir intimidade e autoridade com as crianças logo após a formação da família reconstituída.	1 2 3 4 5
30. O sucesso ou fracasso das anteriores relações está pouco relacionada com o sucesso do recasamento.	1 2 3 4 5
31. O novo cônjuge deve ser tudo aquilo o que o problemático ex-cônjuge não foi.	1 2 3 4 5
32. Os membros da família reconstituída devem ter uma postura aberta em relação ao padrasto/madrasta logo após a formação da nova família.	1 2 3 4 5
33. Na nova união, os rendimentos e os salários devem ser partilhados.	1 2 3 4 5
34. O novo cônjuge deve ser mais compreensivo do que o ex-cônjuge.	1 2 3 4 5
35. Na nova união, as pessoas são mais susceptíveis de repetir os mesmos padrões/comportamentos tais como os que existiram nos primeiros casamentos.	1 2 3 4 5
36. Quando uma pessoa reconstrói uma nova relação conjugal, é provável que o novo cônjuge tenha os mesmos defeitos que o ex-cônjuge.	1 2 3 4 5

37. Os problemas que ocorrem numa família reconstituída provavelmente não ocorreriam numa família em que as crianças vivessem com os pais biológicos.	1 2 3 4 5
38. Existem melhores possibilidades de sucesso conjugal na segunda união.	1 2 3 4 5
39. A relação conjugal é a relação mais crítica para o sucesso de uma família reconstituída	1 2 3 4 5
40. Na nova união conjugal, as pessoas são mais experientes e assim mais preparadas para o casamento.	1 2 3 4 5
41. Na nova união conjugal, as pessoas são mais susceptíveis de cometer os mesmos erros dos anteriores casamentos.	1 2 3 4 5
42. Não existem grandes diferenças entre as famílias reconstituídas e as famílias biológicas.	1 2 3 4 5
43. As tradições das anteriores relações/famílias devem ser integradas na nova família.	1 2 3 4 5
44. No recasamento, deve haver uma distinção entre “o que é meu” e o que “é do outro cônjuge” em relação aos recursos económicos.	1 2 3 4 5
45. Numa família reconstituída, a adaptação das crianças é positiva quando existe uma forte relação conjugal.	1 2 3 4 5
46. Os laços emocionais dos anteriores casamentos/relações devem eliminados antes do recasamento	1 2 3 4 5
47. Os desejos das crianças devem ser prioritários em relação aos desejos do novo cônjuge.	1 2 3 4 5
48. Dar atenção aos filhos é mais importante do que dar atenção ao novo cônjuge na nova união.	1 2 3 4 5

Anexo IX – Guião do Índice de Tensão Associado ao Papel do Padrasto/Madrasta

Índice de Tensión De Rol (Fellmann, Galán, Roque & Galán, 2008)
Traduzido por Costa, S. & Gonçalves, A. (2012) Universidade Católica Portuguesa

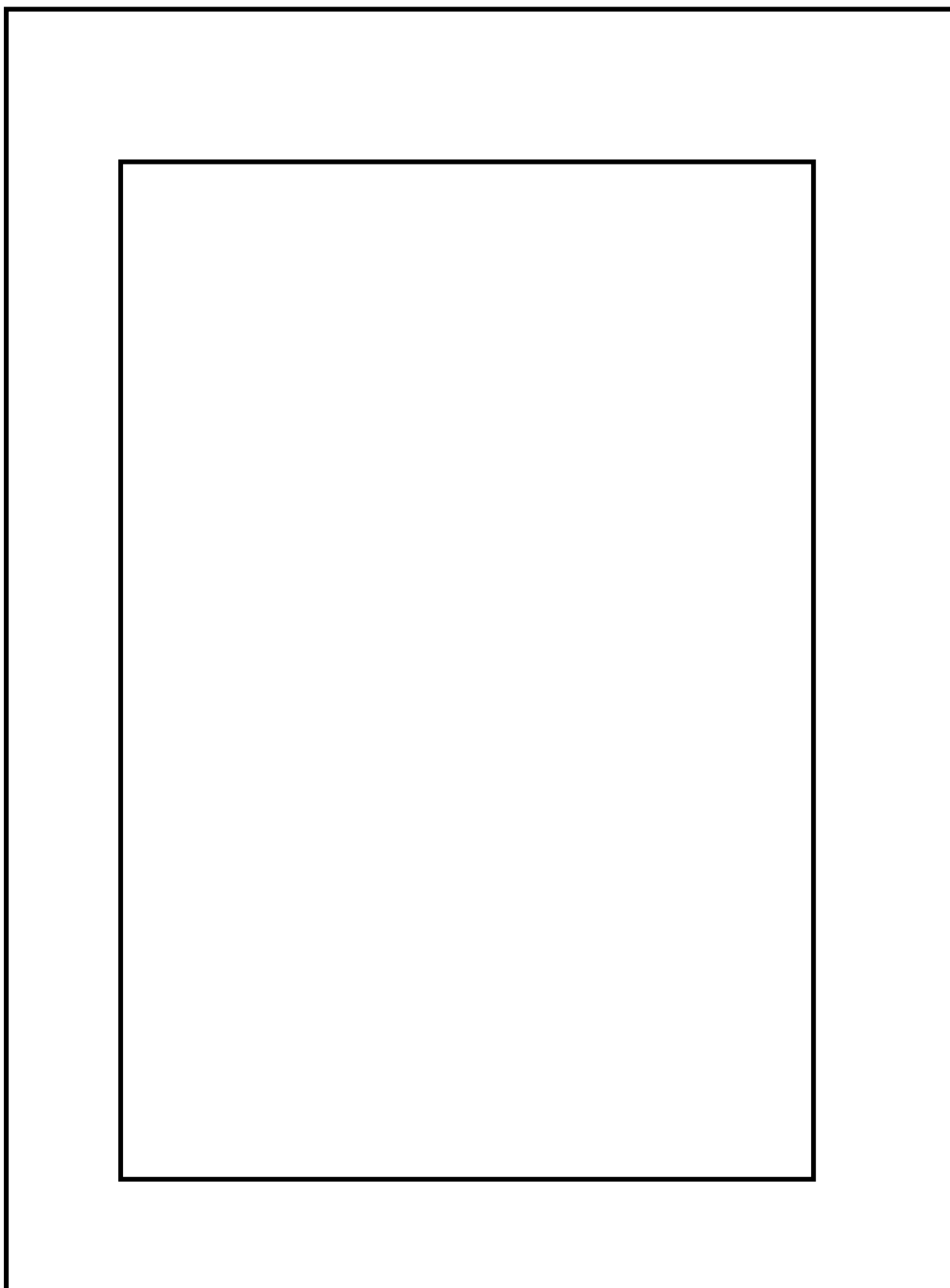
A seguinte lista destina-se a avaliar os aspectos gerais relacionados com a sua situação familiar.
Por favor, marque com um X, a alternativa que melhor se adequa à sua situação.

1– Discordo Totalmente 2- Discordo Bastante 3-Nem Concordo nem Discordo
4 – Concordo Bastante 5 – Concordo Totalmente

1. Sei perfeitamente o que o meu companheiro(a) espera de mim em relação aos seus filhos nos seguintes aspectos:	
a) Disciplina	1 2 3 4 5
b) Tarefas escolares	1 2 3 4 5
c) Tarefas quotidianas	1 2 3 4 5
d) Criar um filho	1 2 3 4 5
e) Tempo que passamos juntos	1 2 3 4 5
2. Às vezes, as minhas obrigações profissionais interferem com as minhas funções no casal.	1 2 3 4 5
3. Apesar de todos os nossos esforços nunca temos dinheiro suficiente para satisfazer as nossas necessidades.	1 2 3 4 5
4. Às vezes sinto-me excluído da relação entre o meu companheiro(a) e o(s) seu(s) filho(s).	1 2 3 4 5
5. Não estou seguro de como me comportar em relação ao ex-cônjuge do meu companheiro(a).	1 2 3 4 5
6. Creio que o meu papel como padrasto/madrasta seria mais fácil se o meu companheiro(a) me ajudasse mais.	1 2 3 4 5
7. Às vezes desejava poder libertar-me dos muitos pedidos que devo satisfazer.	1 2 3 4 5
8. Desejaria poder entregar-me mais afectivamente ao(s) filho(s) do meu companheiro(a).	1 2 3 4 5
9. Gostaria de o meu companheiro(a) me falasse com mais frequência sobre o que sente sobre o seu ex-cônjuge.	1 2 3 4 5

10. Às vezes o tempo que a minha profissão exige interfere com o tempo dedicado à minha família.	1 2 3 4 5
11. O exercício das responsabilidades parentais não é adequado para satisfazer as nossas necessidades familiares.	1 2 3 4 5
12. Gostava que contassem mais comigo em relação às decisões familiares.	1 2 3 4 5
13. O regime de visitas é muito difícil para mim porque me obriga a adaptar às necessidades dos outros.	1 2 3 4 5
14. Sinto que continuamente tivesse que estar a ajustar as minhas diferentes funções (como esposo/a, profissional, como pai/mãe...) para responder aos pedidos de cada um deles.	1 2 3 4 5
15. Às vezes sinto que não estou a ter suficientemente em conta as minhas próprias necessidades na intenção de responder às necessidades dos outros.	1 2 3 4 5
16. Tomara que eu sentisse em relação ao(s) filho(s) do meu companheiro(a) o que eu acreditava que deveria sentir.	1 2 3 4 5
17. Creio que o ex-cônjuge do meu companheiro(a) interfere na nossa relação.	1 2 3 4 5
18. Tomara que eu desejasse passar mais tempo com o(s) filho(s) do meu companheiro(a).	1 2 3 4 5
19. Creio que o(s) filho(s) do meu companheiro(a) sentem que têm escolher entre o pai/mãe biológico e eu.	1 2 3 4 5
20. Tomara que eu desejasse partilhar mais as minhas coisas com o(s) filho(s) do meu companheiro(a).	1 2 3 4 5
21. Desejaria poder apoiar-me mais no meu companheiro(a).	1 2 3 4 5
22. Gostaria de ter sentimentos mais positivos em relação ao(s) filho(s) do meu companheiro(a).	1 2 3 4 5
23. Creio que o ex-cônjuge do meu companheiro(a) interfere na relação que mantenho com o(s) seu(s) filho(s).	1 2 3 4 5
24. Creio que o meu papel como padrasto/madrasta seria mais fácil se o meu companheiro(a) me apoiasse mais em questões de disciplina com o(s) seu(s) filho(s).	1 2 3 4 5
25. Chateia-me ter que partilhar o tempo que dispomos como casal com o(s) seu(s) filho(s).	1 2 3 4 5
26. Quando penso nas minhas experiências como padrasto/madrasta, de um modo geral, sinto-me chateado(a).	1 2 3 4 5

Anexo X – Folha de Resposta da Dupla Lua

A large, empty rectangular box with a black border, centered on the page. It is intended for a response to the 'Dupla Lua' activity. The box is significantly larger than the text above it, occupying most of the page's vertical space.

Anexo XI – Guião das Instruções da Dupla Lua

A Dupla Lua

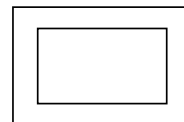
Teste das fronteiras e das pertenças familiares

Greco, O. (1999). *La doppia luna*. Milano: Vita e Pensiero.

Traduzido e adaptado por Costa, S., Moreno, G. (2010) Universidade Católica Portuguesa.

1. Material:

- Folha A4 branca, com um rectângulo desenhado de 14cm x 22cm
- Marcadores
- Gravador ou maquina de filmar



Versão para adultos:

2. Instruções:

O administrador aponta para o rectângulo e diz: **“Este rectângulo representa o seu mundo, aquilo que lhe é importante, as pessoas significativas para si. O espaço exterior ao rectângulo representa tudo aquilo que está fora desse mundo”.**

1. **“Desenhe um símbolo que o represente a si mesmo (por exemplo, um círculo) e coloque-se onde quiser”. Escreva o seu nome por baixo desse símbolo.**

2. **“Agora desenhe, sempre através de símbolos, as pessoas mais importantes para si e coloque-as onde considerar mais adequado. Essas pessoas podem estar neste momento perto ou distantes, mas se são importantes, pode colocá-las onde quiser.”**

3. **“Agora envolva com uma linha as pessoas que, para si, fazem parte da mesma família (As pessoas da mesma família no mesmo círculo). Pode desenhar um ou vários círculos, como considere mais adequado.”**

4. No caso em que não foram assinalados os dois pólos do conflito de lealdade, por exemplo, o elemento que falta pode ser a família adoptiva ou a de origem do filho adoptado; a família de acolhimento ou a família natural do menor; o pai ou a mãe de uma família separada... Então o administrador diz: **“Na sua opinião, onde se poderia colocar (Nome do elemento ausente)?”** No caso de filhos de famílias monoparentais, de filhos adoptados, ou de filhos órfãos desde tenra idade, que podem não ter notícia ou não recordar nenhum elemento da sua história, a pergunta pode ser feita da seguinte forma: **Há algo ou alguém de que se lembre, ou de quem tem ouvido falar, ou que imaginou do seu passado que gostaria de acrescentar ao desenho?** Em situações mais problemáticas, pode ser mais adequado utilizar uma forma menos explícita: **Para si, falta alguém neste desenho?** Ou inverter a ordem das perguntas 4 e 5, sendo que a 5 é menos directa.

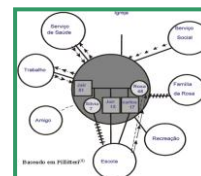
5. **“Se tivesse uma varinha mágica, o que mudaria neste desenho? Há alguma pessoa que gostaria de acrescentar? Há alguma pessoa que gostaria que estivesse numa outra posição? Quem? Aonde gostaria de colocá-la?”**

Anexo XII – Guião da instrução Ecomapa

Ecomapa

Representação gráfica das relações entre família e contexto social

Costa, S. (2012) Universidade Católica Portuguesa – Braga



1. Material

Para a utilização deste instrumento são necessários os seguintes materiais:

- Folha branca¹⁴ com diagrama para representar as relações entre família e contexto social;
- Marcadores;
- Gravador.

2. Instruções

Este instrumento tem como objectivo perceber a relação entre a família e o vosso contexto social. Na folha de resposta, o círculo central do diagrama é indicado para representar a vossa família. Outros círculos indicam previamente algumas instituições que normalmente estão presentes no meio comunitário da família e outros círculos então em branco para que possam especificar outros contextos que para vós são importantes.

2.1. Comecem por desenhar a vossa família (nuclear) dentro do círculo central. Para representar os membros do género masculino, desenhe um pequeno quadrado e os membros da família do género feminino com um círculo (tal como no genograma). Devem indicar dentro destes símbolos a idade das pessoas representadas e o nome na parte externa. Agora desenhem as relações entre vós.

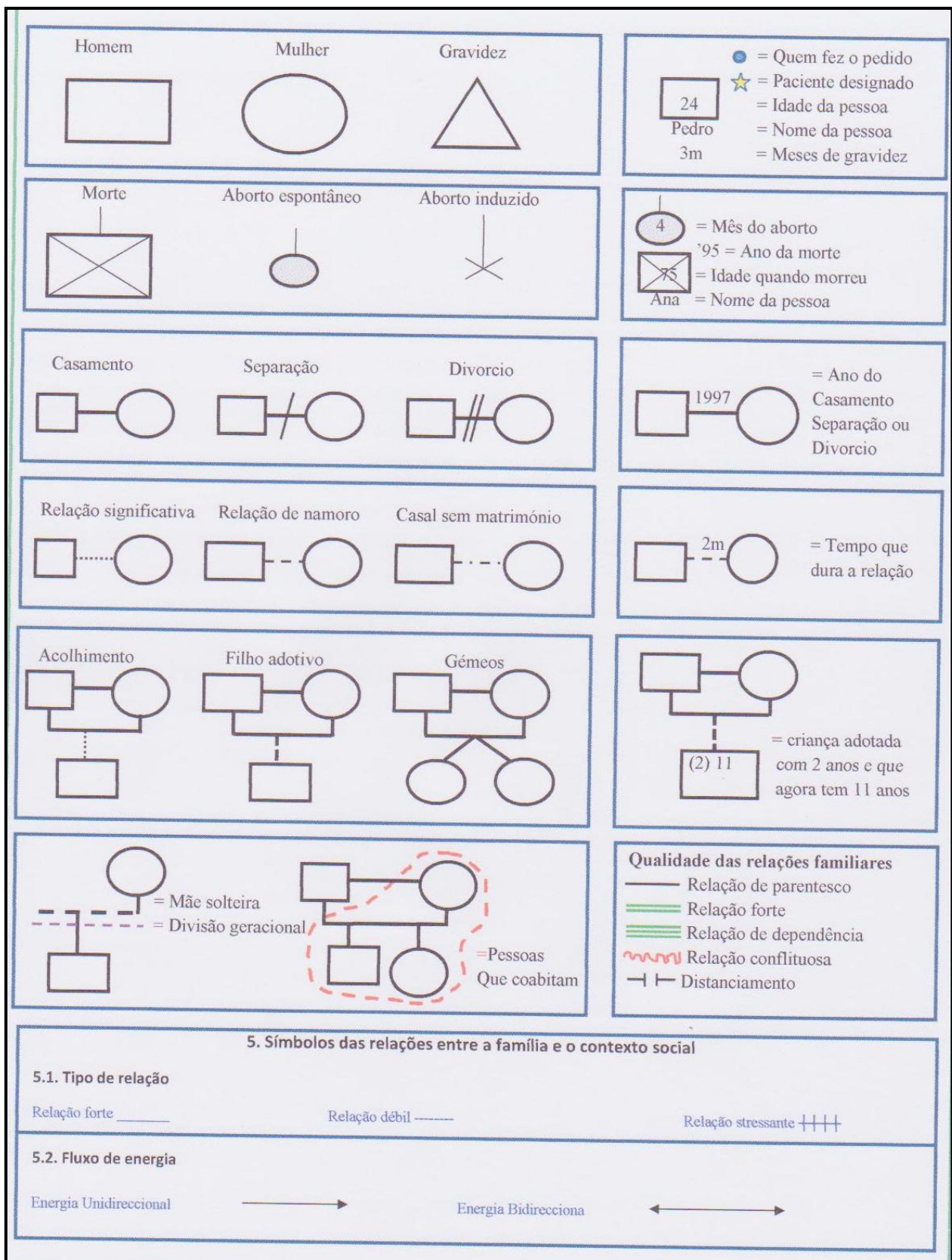
2.2. Nos outros círculos, indiquem as instituições/pessoas que são significativas na vossa vida. Cada um de vós apenas poderá indicar uma vez o nome das instituições/pessoas significativas, sem repetições.

É aconselhável usarem cores diferentes para representar cada membro da família para que possam ser facilmente reconhecidos.

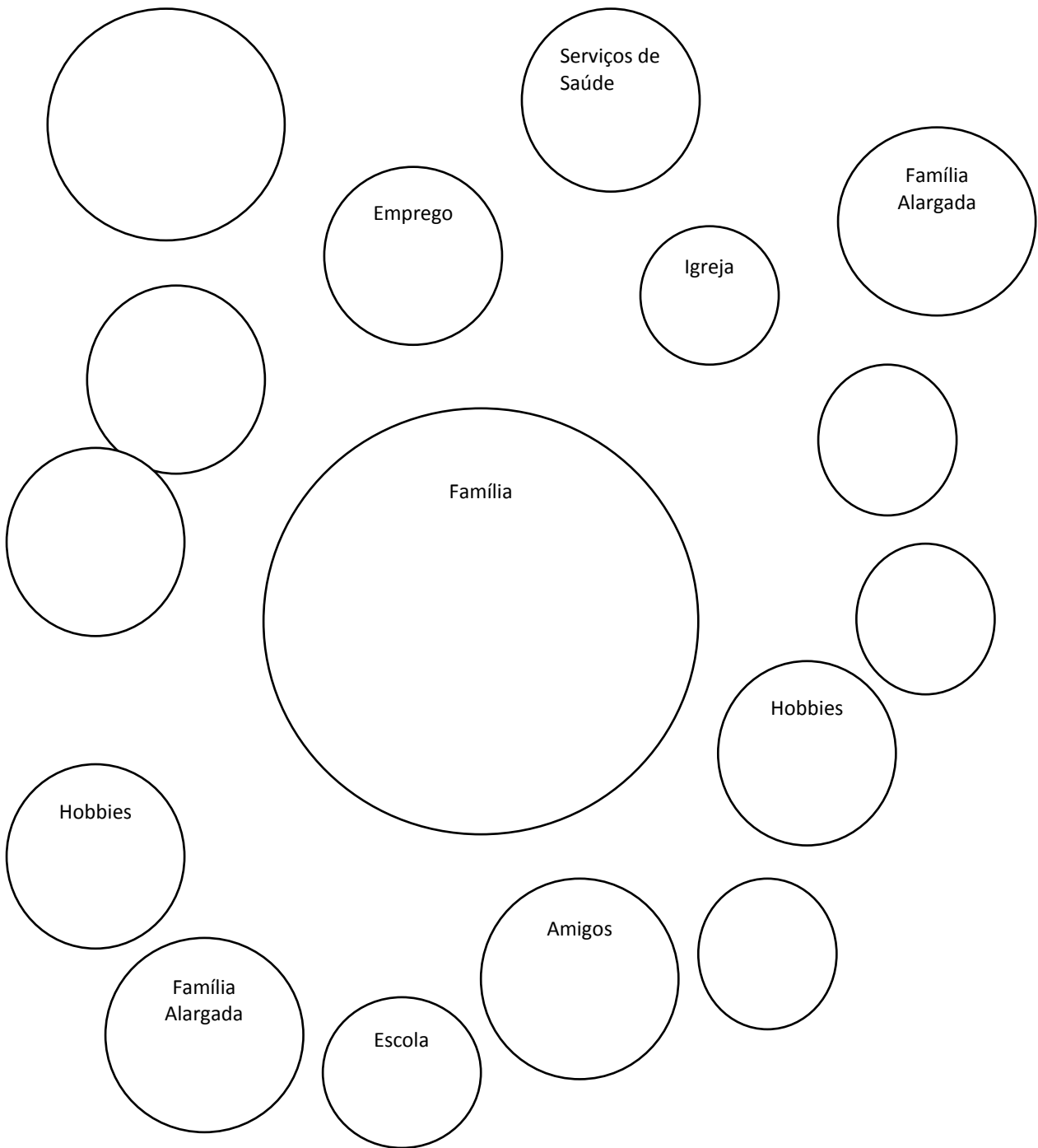
2.3. Agora indiquem a natureza das relações entre cada um de vós (círculo central) e entre as instituições/pessoas que representaram, utilizando o esquema representativo do tipo de relações (relação forte, relação débil, relação stressante e a direcção do fluxo de energia) (Cálix, 2004).

Pode ser útil usar cores diferentes para representar actividades que são feitas individualmente e actividades que são feitas em família (Exemplo: picnics, desportos, visita a familiares e amigos).

¹⁴ É aconselhável na aplicação conjunta, devido à presença de vários membros da família, utilizar uma folha de resposta em tamanho A3 e na aplicação individual a folha de resposta em tamanho A4.



Anexo XIII – Folha Resposta Ecomapa



Anexo XIV – Carta de Publicitação do Estudo



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Faculdade de Filosofia



Mestrado em Psicologia da Família

Carta de apresentação do projecto de investigação da tese de mestrado

Sou aluna do mestrado de Psicologia da Família da Universidade Católica de Braga e encontro-me a realizar uma investigação no âmbito da minha tese de mestrado sobre as Famílias Recompuestas, mais especificamente, famílias em que um dos cônjuges após um divórcio constitui uma nova união conjugal trazendo para a nova relação filhos da anterior união.

Estas famílias apresentam dinâmicas familiares muito próprias, desde a sua génese até às dinâmicas relacionais entre pais biológicos e novos companheiros, bem como, entre os elementos da fratria, sendo um fenómeno ainda pouco estudado no contexto nacional, pelo que se torna importante aprofundar o estudo sobre as suas dinâmicas.

Nesta investigação, pretendo realizar uma entrevista ao casal (reconstituído), em que serão abordadas questões relativas à construção do papel e do relacionamento dos padrastos, madrastas e enteados, bem como uma entrevista aos filhos do casal, em que o principal objectivo é perceber as dinâmicas familiares entre padrastos, madrastas e enteados. Numa fase seguinte, será aplicado um instrumento gráfico-projectivo ao casal e ao enteado.

Deste modo, venho por este meio solicitar a vossa colaboração para a selecção de futuros participantes de famílias reconstituídas que configurem as seguintes características: famílias reconstituídas em que um dos elementos do casal tenha experienciado um divórcio; o novo casal tenha idades compreendidas entre os 25-45 anos, estejam juntos em co-habitação ou namoro há pelo menos dois anos e os filhos de um dos elementos do casal tenham entre 12 a 17 anos.

Este trabalho é realizado para fins estritamente académicos, sendo salvaguardado o sigilo sobre a identidade e confidencialidade dos dados.

Caso conheçam alguma família com estas características, por favor contacte a investigadora Sónia Costa através do número 96... ou através do endereço electrónico (soniamvac@hotmail.com).

Reconhecidamente, agradecemos a sua disponibilidade e preciosa colaboração!

Anexo XV – Consentimentos Informados dirigidos ao casal, enteado e avós



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA FACULDADE FILOSOFIA



Mestrado em Psicologia da Família

Consentimento Informado

Caro Casal:

Venho por este meio convidá-los a participar num projecto de investigação, sobre o tema das famílias reconstituídas, em que o principal objectivo é perceber como é construída a sua identidade e as dinâmicas familiares entre padrasto e enteado.

Esta investigação envolve vários momentos distintos e com a aplicação de diferentes instrumentos, nomeadamente:

1. A realização de uma entrevista ao casal, em que serão colocadas algumas questões relacionadas com a relação com as famílias de origem, a construção da relação conjugal e a relação com a geração futura. A realização desta entrevista tem uma duração estimada de uma hora.

2. A aplicação do instrumento o *Inventário sobre as Crenças no Recasamento* (Costa & Gonçalves, 2012) ou *Remarriage Belief Inventory* (Higginbotham & Adler-Baeder, 2008) de forma a compreender quais as crenças ligadas à nova união conjugal. A aplicação deste instrumento tem uma duração estimada de trinta minutos a uma hora.

3. A aplicação do *Índice de Tensão Associado ao Papel dos Padrastos/Madrastas* (Costa & Gonçalves, 2012) ou *Stepparent Role Strain* (Fellmann, Galán, Roque & Galán, 2008) ao padrasto de forma a compreender qual a tensão associado ao desempenho do seu papel na família. A aplicação deste instrumento tem uma duração estimada de trinta minutos.

4. A aplicação do instrumento gráfico-projectivo “*La Doppia Luna*” (Greco, 1999), que consiste na representação gráfica dos limites e pertenças familiares. A

aplicação será feita ao casal e posteriormente à família em conjunto, isto é, ao casal e ao filho, com uma duração estimada de trinta minutos.

5. A aplicação do o Ecomapa (Hartmann, 1975) ao casal para compreender a relação entre a família e a sociedade. A aplicação deste instrumento tem uma duração estimada de trinta minutos.

A aplicação destes instrumentos será registada em gravador áudio. Após a conclusão do estudo os registos áudio serão destruídos. Relembremos que a sua participação é totalmente voluntária, podendo a qualquer momento abandonar a investigação.

Este trabalho é realizado com fins estritamente académicos, em que os resultados da investigação serão apenas utilizados na elaboração e divulgação científica, comprometendo-nos a manter em sigilo a sua identidade e confidencialidade dos dados.

Reconhecidamente, agradecemos a sua disponibilidade e preciosa colaboração.

Atendendo às condições acima descritas, eu

e

declaro que aceito participar nesta investigação.



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA FACULDADE FILOSOFIA



Mestrado em Psicologia da Família

Consentimento Informado

Venho por este meio convidar-te a participar numa entrevista no âmbito de um projecto de investigação, sobre o tema das famílias reconstituídas, em que o principal objectivo é perceber como é construída a sua identidade e as dinâmicas familiares entre padrasto e enteado.

Esta investigação envolve vários momentos distintos e com a aplicação de diferentes instrumentos, nomeadamente:

1. A realização de uma entrevista ao filho em que serão colocadas questões sobre a tua vida familiar e a tua relação com o teu padrasto agora que vivem todos juntos. A realização da entrevista tem uma duração estimada de trinta minutos a uma hora.

2. A aplicação do instrumento gráfico-projectivo “*La Doppia Luna*” (Greco, 1999), que consiste na representação gráfica dos limites e pertenças familiares, primeiramente ao filho e depois à família em conjunto, com uma duração estimada de trinta minutos.

3. A aplicação do Ecomapa (Hartmann, 1975) individualmente, de forma a compreender a relação entre a família e a sociedade. A aplicação deste instrumento tem uma duração estimada de trinta minutos.

A aplicação destes instrumentos será registada em gravador áudio, que serão destruídos após a conclusão deste estudo. Relembremos que a sua participação é totalmente voluntária, podendo a qualquer momento abandonar a investigação.

Este trabalho é realizado com fins estritamente académicos, em que os resultados da investigação serão apenas utilizados na elaboração e divulgação científica, comprometendo-nos a manter em sigilo a sua identidade e confidencialidade dos dados.

Reconhecidamente, agradecemos a tua disponibilidade e preciosa colaboração.

Atendendo às condições acima descritas, eu

e

declaro que aceito participar nesta investigação.

_____de_____ de 2012



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

FACULDADE FILOSOFIA



Mestrado em Psicologia da Família

Consentimento Informado

Caros Avós:

Venho por este meio pedir a vossa colaboração para participarem num projecto de investigação, sobre o tema das famílias reconstituídas, em que o principal objectivo é perceber como é construída a sua identidade e as dinâmicas familiares entre padrasto e enteado.

A vossa colaboração nesta investigação consiste na realização de uma entrevista em que serão colocadas algumas questões sobre o encontro entre os avós e a nova família. Esta entrevista tem uma duração estimada de 30 minutos a 1 hora com recurso a registo áudio.

Este trabalho é realizado com fins estritamente académicos, em que os resultados da investigação serão apenas utilizados na elaboração e divulgação científica, comprometendo-nos a manter em sigilo a sua identidade e confidencialidade dos dados. Os registos áudio serão destruídos após a conclusão deste estudo.

Relembrámos que a vossa participação é totalmente voluntária, podendo a qualquer momento desistir da entrevista.

Reconhecidamente agradecemos a vossa disponibilidade e preciosa colaboração!

Atendendo às condições acima descritas, eu

e

declaro que aceito participar nesta investigação.

Anexo – XVI Grelha de Análise

A Dupla Lua

Teste das fronteiras e das pertenças familiares

Greco, O. (1999). *La doppia luna*. Milano: Vita e Pensiero.

Traduzido e adaptado por Costa, S., Moreno, G. (2011) Universidade Católica Portuguesa – Braga

Nome do avaliador: _____

Caso: _____

Data de realização: _____

Data de análise: _____

Apresentação da grelha:

A presente grelha divide-se em seis partes, que correspondem aos diferentes níveis de análise:

1. Análise do conteúdo **gráfico**: Estar atentos à tipologia dos símbolos, cores, tamanhos, disposições no espaço, sequência em que foram desenhados os diferentes elementos, membros presentes ou ausentes, representação dos limites familiares, relação entre as diferentes partes do desenho...
2. Análise **verbal** dos dados recolhidos pela verbalização espontânea durante a execução do desenho e no diálogo posterior.
3. Análise do nível **emotivo/interativo**: Observar o clima emotivo durante a execução do teste, o comportamento, a transferência e contratransferência, a atribuição de papéis, o tipo de relação, a empatia, os mecanismos de defesa, o tipo de diálogo...
4. Análise do nível **reflexivo**: Observar se a pessoa é capaz de utilizar o conteúdo gráfico e o que emerge do desenho, para comentários, explicações e associações livres que podem abrir temas imprevistos ou aprofundar temas já conhecidos.
5. Análise dos dois constructos chave do teste: os **limites** e as **pertenças**. Analisar, através de diferentes indicadores gráficos e verbais, os limites individuais, inter e intra-sistémicos, geracionais e familiares. Também observar a presença ou ausência dos diferentes polos familiares e a possível relevância do conflito de lealdade naquele caso.

Antes de iniciar a análise do teste é imprescindível estar por dentro dos fundamentos teóricos deste instrumento projetivo e recomenda-se uma primeira leitura geral da grelha de análise antes de começar a preencher os diferentes apartados.

1. Análise do conteúdo gráfico

1.1. Avaliação global:

Para a análise dos dados gráficos recolhidos, deve-se começar por uma avaliação global, tendo em conta a primeira impressão que nos suscita a observação do desenho. Devem-se observar os sinais gráficos, as cores, as relações entre os espaços preenchidos e os espaços vazios, a disposição dos símbolos no espaço, as evidências gráficas e a eventual ocupação do centro do retângulo. Posteriormente deve-se pensar numa frase ou metáfora para dar um título geral ao desenho, de forma a registar esta primeira impressão.

Primeiras impressões	
Título do desenho	

1.2. Avaliação dos elementos do desenho:

Depois de realizar uma avaliação global, convém observar e descrever com mais pormenor, cada um dos elementos gráficos do desenho, especialmente:

Indicadores								
A tipologia dos símbolos: a utilização de símbolos convencionais e não convencionais, símbolos abstratos, pictográficos...	Convencionais							
	Não convencionais							
A dimensão dos símbolos utilizados (a homogeneidade /heterogeneidade entre eles)	Homogeneidade							
	Heterogeneidade							
A disposição espacial dos símbolos utilizados na folha (por exemplo, o uso do retângulo, dos limites, do espaço externo ao retângulo)								
A disposição dos diferentes elementos no retângulo (uso do centro, uso dos limites, uso dos ângulos e uso dos quadrantes)								
A sequência dos elementos desenhados, a ordem pela qual cada elemento foi colocado	1		6		11		16	
	2		7		12		17	
	3		8		13		18	
	4		9		14		19	
	5		10		15		20	

Indicadores	
Qual/quais famílias são desenhadas espontaneamente? (biológica, adotiva, nuclear, reconstituída...) e quais os membros desenhados de cada família? Que outras pessoas não familiares u objetos, desenha espontaneamente?	
Quais são os elementos ausentes? Que pessoas importantes ou famílias não desenha espontaneamente?	
Qual é a posição da pessoa que faz o desenho, relativamente aos restantes elementos das famílias desenhadas? (próximo, distante, abaixo, acima...)	
Quais os membros da família que estão colocados dentro e quais os que estão fora do retângulo?	
A representação dos limites familiares: que famílias são envolvidas em círculos? Quais os elementos de cada uma das famílias?	
Que pessoas representa depois de serem dadas as instruções 4 e 5.	
Que pessoas não representa depois de ser dada a instrução número 4	
Onde foram colocados os elementos ausentes depois de ser perguntado por eles?	
Quando se coloca a instrução nº 5, sobre o espaço do desejo, deve-se verificar: De que forma expressa o desejo? Afasta ou aproxima algum dos elementos presentes? Adiciona algum elemento novo que até então estava ausente? Elimina algum elemento do desenho?	
Outras observações relativas ao conteúdo gráfico	

2. Análise do conteúdo verbal

Os dados recolhidos pela verbalização espontânea durante a execução do desenho, constituem uma preciosa informação, que podem ser confrontados com o resto dos indicadores e assim verificar a congruência ou incongruência na compreensão global do teste.

A análise do conteúdo verbal pode ser efetuada segundo diversas categorias e com diferentes procedimentos, como por exemplo, papel e lápis ou *software* de análise de texto.

Análise do conteúdo verbal	
----------------------------	--

3. Análise do nível interativo-emotivo

Analisar também a interação que se produz durante a entrevista e a aplicação do instrumento. Os indicadores detetados através da análise da interação e do clima emotivo durante a execução do teste devem ser confrontados com os outros indicadores, para explorar a recíproca congruência ou incongruência.

Em particular é útil observar os aspetos emotivos e o comportamento, a transferência e contratransferência, a atribuição de papéis, o tipo de relação, a empatia, os mecanismos de defesa, o tipo de diálogo...

Análise do nível interativo-emotivo	
-------------------------------------	--

4. Análise do nível reflexivo

Um indicador importante a nível clínico provém da observação da capacidade ou incapacidade que a pessoa tem para comentar o seu próprio desenho. Se é capaz de utilizar o que emerge do desenho, acerca das suas próprias relações e da própria posição em relação às fronteiras familiares, utilizando o conteúdo gráfico das indicações do instrumento para comentários, explicações e associações livres que podem abrir temas imprevistos ou aprofundar temas já conhecidos.

Análise do nível reflexivo	
----------------------------	--

5. Análise dos dois constructos chave: as fronteiras e as pertenças

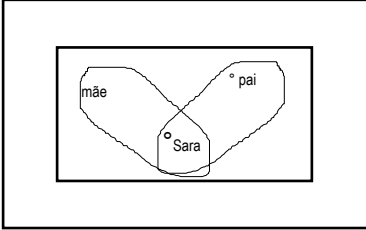
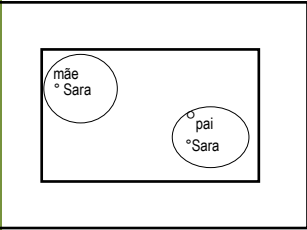
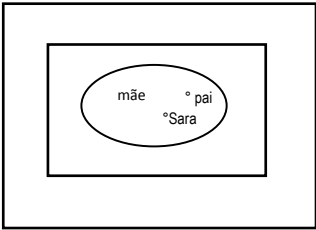
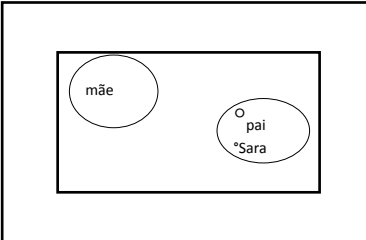
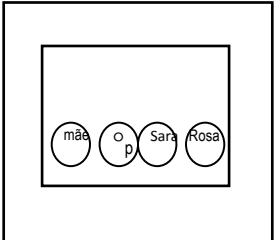
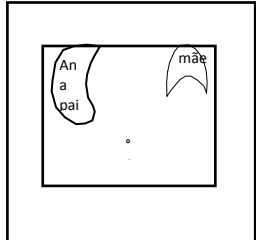
Depois de observar cada um dos elementos do desenho, procede-se a uma avaliação mais pormenorizada dos dois constructos chave fundamentais do teste: os limites ou fronteiras e o conflito de pertença.

5.1. A representação das fronteiras					
Fronteiras individuais: distância interpessoal	Separação/individuação	Indicadores gráficos	x	Indicadores verbais	x
	Diferenciação	Dialética entre proximidade e distância		Presença no discurso de outras pessoas significativas	
				Distinção semântica e gramatical entre si e os outros	
				Qualidade afetiva positiva na relação entre si e os outros	
	Relação simbiótica	Símbolos colados ou um dentro do outro		Sobreposição semântica e gramatical entre si e os outros	
				Qualidade afetiva ambivalente na relação entre si e os outros	
Tendência ao isolamento	Ausência de pessoas significativas		Ausência no discurso de outras pessoas significativas		
			Isolamento do símbolo do sujeito em relação aos outros	Qualidade afetiva negativa na relação entre si e os outros	
Fronteiras geracionais: distância entre as gerações (inter e intra)	Hierarquia de papéis	Indicadores gráficos	x	Indicadores verbais	x
	Os pais assumem o cuidado dos filhos	Símbolos dos pais maiores ou acima dos filhos		Referências no discurso à tarefa parental do cuidado dos filhos	
	Relação igualitária entre pais e filhos	Tamanho igual entre os símbolos de pais e filhos		Descrição de uma relação igualitária entre filhos e pais	
	Parentalização: inversão de papéis, quando o filho assume as funções parentais	Ausência de símbolos de um ou ambos os pais		Inversão da relação hierárquica de cuidados: os filhos procuram responder às necessidades dos seus progenitores	
		Símbolo do filho maior ou acima dos pais			
Símbolos dos pais dentro dos símbolos dos filhos					
Fronteiras familiares: Distância entre a pessoa e uma ou mais famílias	Pertença familiar	Indicadores gráficos	x	Indicadores verbais	x
	Reconhecimento da pertença a um contexto familiar	Configuração das famílias de pertença		Expressa uma qualidade positiva na vivência das relações familiares	
	Desconhecimento da pertença a um contexto familiar	Não pertença a nenhuma família		Expressa uma qualidade negativa na vivência das relações familiares e um sentido de solidão.	
Fronteiras intra-sistémicas: Distância entre a família nuclear e as estirpes	Estrutura triangular	Indicadores gráficos	x	Indicadores verbais	x
	Balanço entre as duas estirpes, diferenciação da nova família	Presença de símbolos das duas estirpes		Referências e descrição de contactos efetivos com as duas estirpes	
	Exclusão de uma família, risco de emaranhamento	Presença de símbolos de uma só das estirpes		Referências e descrição de contactos efetivos só com uma das estirpes	
				Qualidade negativa na relação com a outra estirpe familiar	
Isolamento das duas estirpes	Ausência de símbolos das duas estirpes		Ausência ou qualidade negativa nas referências às duas estirpes		
Fronteiras inter-sistémicas: Distância entre família nuclear e família alargada, e entre família nuclear e sociedade.	Relação com o estranho	Indicadores gráficos	x	Indicadores verbais	x
	Capacidade de relação com elementos externos e presença de recursos sociais	Presença de símbolos da realidade extrafamiliar		Presença e qualidade prevalentemente positiva nas referências à realidade externa da família	
		Proximidade entre a pessoa e os elementos externos			
	Pobreza ou ausência de relação com elementos externos e pobreza de recursos sociais	Pobreza ou ausência de símbolos extrafamiliares		Ausência ou qualidade prevalentemente negativa nas referências à realidade externa da família	
Distância entre a pessoa e os elementos externos					

5.2. O conflito de pertença

O primeiro indício da elaboração positiva do elemento ausente é a presença explícita de ambos os polos do conflito de pertença, seja no horizonte gráfico do teste ou apenas na verbalização que a pessoa realiza.

Pode-se pensar na presença de um *continuum* que vá desde o extremo funcional da modalidade gráfica integrativa com indicadores verbais congruentes, até o extremo oposto, em que a pessoa mostra grande ansiedade e desconforto quando se faz algum tipo de referência verbal ao elemento ausente

Análise verbal	A pessoa coloca espontaneamente em palavras os polos do conflito				
	A pessoa expressa abertamente a dificuldade de encontrar um lugar para cada um dos polos do conflito				
	A pessoa fala dos dois polos do conflito mas com algumas reticências				
	Presença dos polos do conflito	Modalidade gráfica integrativa			
		Conjunto intersecção	Duplicação da pessoa	Conjunto único	
					
Modalidade gráfica não integrativa					
Posicionamento a favor de um deles		Uma família para cada pessoa	Isolamento do sujeito		
					
Ausência de um ou mais polos do conflito	Análise verbal	Um dos polos do conflito nunca é verbalizado			
		Os polos do conflito nunca são verbalizados			
		Utilização de elementos neutros substitutivos ou de afastamento do conflito			
	Análise gráfica	Um dos polos do conflito não é representado			
		Os polos do conflito não são representados			
		Utilização de elementos neutros substitutivos ou de afastamento do conflito			

6. Síntese dos resultados

Grelha de Análise

A Dupla Lua

Teste das fronteiras e das pertenças familiares

Greco, O. (1999). La doppia luna. Milano: Vita e Pensiero.

Traduzido e adaptado por Costa, S., Moreno, G. (2011) Universidade Católica Portuguesa – Braga

Nome do avaliador: _____ Caso: _____

Data de realização: _____ Data de análise: _____

Apresentação da grelha:

A presente grelha divide-se em seis partes, que correspondem aos diferentes níveis de análise:

1. Análise do conteúdo **gráfico**: Estar atentos à tipologia dos símbolos, cores, tamanhos, disposições no espaço, sequência em que foram desenhados os diferentes elementos, membros presentes ou ausentes, representação dos limites familiares, relação entre as diferentes partes do desenho...
2. Análise **verbal** dos dados recolhidos pela verbalização espontânea durante a execução do desenho e no diálogo posterior.
3. Análise do nível **emotivo/interativo**: Observar o clima emotivo durante a execução do teste, o comportamento, a transferência e contratransferência, a atribuição de papéis, o tipo de relação, a empatia, os mecanismos de defesa, o tipo de diálogo...
4. Análise do nível **reflexivo**: Observar se a pessoa é capaz de utilizar o conteúdo gráfico e o que emerge do desenho, para comentários, explicações e associações livres que podem abrir temas imprevistos ou aprofundar temas já conhecidos.
5. Análise dos dois constructos chave do teste: os **limites** e as **pertenças**. Analisar, através de diferentes indicadores gráficos e verbais, os limites individuais, inter e intra-sistémicos, geracionais e familiares. Também observar a presença ou ausência dos diferentes polos familiares e a possível relevância do conflito de lealdade naquele caso.

Antes de iniciar a análise do teste é imprescindível estar por dentro dos fundamentos teóricos deste instrumento projetivo e recomenda-se uma primeira leitura geral da grelha de análise antes de começar a preencher os diferentes apartados.

1. Análise do conteúdo gráfico

1.1. Avaliação global:

Para a análise dos dados gráficos recolhidos, deve-se começar por uma avaliação global, tendo em conta a primeira impressão que nos suscita a observação do desenho. Devem-se observar os sinais gráficos, as cores, as relações entre os espaços preenchidos e os espaços vazios, a disposição dos símbolos no espaço, as evidências gráficas e a eventual ocupação do centro do retângulo. Posteriormente deve-se pensar numa frase ou metáfora para dar um título geral ao desenho, de forma a registar esta primeira impressão.

Primeiras impressões	
Título do desenho	

1.2. Avaliação dos elementos do desenho:

Depois de realizar uma avaliação global, convém observar e descrever com mais pormenor, cada um dos elementos gráficos do desenho, especialmente:

Indicadores								
A tipologia dos símbolos: a utilização de símbolos convencionais e não convencionais, símbolos abstratos, pictográficos...	Convencionais							
	Não convencionais							
A dimensão dos símbolos utilizados (a homogeneidade /heterogeneidade entre eles)	Homogeneidade							
	Heterogeneidade							
A disposição espacial dos símbolos utilizados na folha (por exemplo, o uso do retângulo, dos limites, do espaço externo ao retângulo)								
A disposição dos diferentes elementos no retângulo (uso do centro, uso dos limites, uso dos ângulos e uso dos quadrantes)								
A sequência dos elementos desenhados, a ordem pela qual cada elemento foi colocado	1		6		11		16	
	2		7		12		17	
	3		8		13		18	
	4		9		14		19	
	5		10		15		20	

Indicadores	
Qual/quais famílias são desenhadas espontaneamente? (biológica, adotiva, nuclear, reconstituída...) e quais os membros desenhados de cada família? Que outras pessoas não familiares ou objetos desenha espontaneamente?	
Quais são os elementos ausentes? Que pessoas importantes ou famílias não desenha espontaneamente?	
Qual é a posição da pessoa que faz o desenho, relativamente aos restantes elementos das famílias desenhadas? (próximo, distante, abaixo, acima...)	
Quais os membros da família que estão colocados dentro e quais os que estão fora do retângulo?	
A representação dos limites familiares: que famílias são envolvidas em círculos? Quais os elementos de cada uma das famílias?	
Que pessoas representa depois de serem dadas as instruções 4 e 5.	
Que pessoas não representa depois de ser dada a instrução número 4	
Onde foram colocados os elementos ausentes depois de ser perguntado por eles?	
Quando se coloca a instrução nº 5, sobre o espaço do desejo, deve-se verificar: De que forma expressa o desejo? Afasta ou aproxima algum dos elementos presentes? Adiciona algum elemento novo que até então estava ausente? Elimina algum elemento do desenho?	
Outras observações relativas ao conteúdo gráfico	

2. Análise do conteúdo verbal

Os dados recolhidos pela verbalização espontânea durante a execução do desenho, constituem uma preciosa informação, que podem ser confrontados com o resto dos indicadores e assim verificar a congruência ou incongruência na compreensão global do teste.

A análise do conteúdo verbal pode ser efetuada segundo diversas categorias e com diferentes procedimentos, como por exemplo, papel e lápis ou *software* de análise de texto.

Análise do conteúdo verbal

3. Análise do nível interativo-emotivo

Analisar também a interação que se produz durante a entrevista e a aplicação do instrumento. Os indicadores detetados através da análise da interação e do clima emotivo durante a execução do teste devem ser confrontados com os outros indicadores, para explorar a recíproca congruência ou incongruência.

Em particular é útil observar os aspetos emotivos e o comportamento, a transferência e contratransferência, a atribuição de papéis, o tipo de relação, a empatia, os mecanismos de defesa, o tipo de diálogo...

Análise do nível interativo-emotivo

4. Análise do nível reflexivo

Um indicador importante a nível clínico provém da observação da capacidade ou incapacidade que a pessoa tem para comentar o seu próprio desenho. Se é capaz de utilizar o que emerge do desenho, acerca das suas próprias relações e da própria posição em relação às fronteiras familiares, utilizando o conteúdo gráfico das indicações do instrumento para comentários, explicações e associações livres que podem abrir temas imprevistos ou aprofundar temas já conhecidos.

Análise do nível reflexivo

5. Análise dos dois constructos chave: as fronteiras e as pertenças

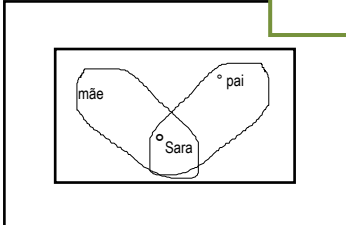
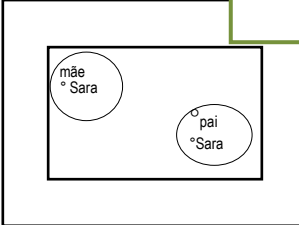
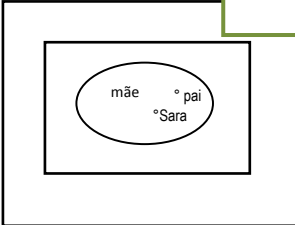
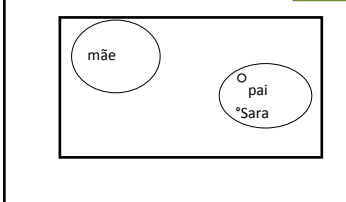
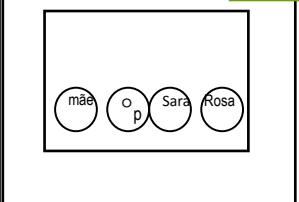
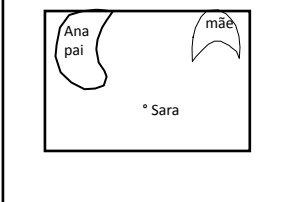
Depois de observar cada um dos elementos do desenho, procede-se a uma avaliação mais pormenorizada dos dois constructos chave fundamentais do teste: os limites ou fronteiras e o conflito de pertença.

5.1. A representação das fronteiras					
Fronteiras individuais: distância interpessoal	Separação/individuação	Indicadores gráficos	x	Indicadores verbais	x
	Diferenciação	Dialética entre proximidade e distância		Presença no discurso de outras pessoas significativas	
				Distinção semântica e gramatical entre si e os outros	
				Qualidade afetiva positiva na relação entre si e os outros	
	Relação simbiótica	Símbolos colados ou um dentro do outro		Sobreposição semântica e gramatical entre si e os outros	
				Qualidade afetiva ambivalente na relação entre si e os outros	
Tendência ao isolamento	Ausência de pessoas significativas Isolamento do símbolo do sujeito em relação aos outros		Ausência no discurso de outras pessoas significativas		
			Qualidade afetiva negativa na relação entre si e os outros		
Fronteiras geracionais: distância entre as gerações (inter e intra)	Hierarquia de papéis	Indicadores gráficos	x	Indicadores verbais	x
	Os pais assumem o cuidado dos filhos	Símbolos dos pais maiores ou acima dos filhos		Referências no discurso à tarefa parental do cuidado dos filhos	
	Relação igualitária entre pais e filhos	Tamanho igual entre os símbolos de pais e filhos		Descrição de uma relação igualitária entre filhos e pais	
	Parentalização: inversão de papéis, quando o filho assume as funções parentais	Ausência de símbolos de um ou ambos os pais		Inversão da relação hierárquica de cuidados: os filhos procuram responder às necessidades dos seus progenitores	
		Símbolo do filho maior ou acima dos pais			
Símbolos dos pais dentro dos símbolos dos filhos					
Fronteiras familiares: Distância entre a pessoa e uma ou mais famílias	Pertença familiar	Indicadores gráficos	x	Indicadores verbais	x
	Reconhecimento da pertença a um contexto familiar	Configuração das famílias de pertença		Expressa uma qualidade positiva na vivência das relações familiares	
	Desconhecimento da pertença a um contexto familiar	Não pertença a nenhuma família		Expressa uma qualidade negativa na vivência das relações familiares e um sentido de solidão.	
Fronteiras intra-sistémicas: Distância entre a família nuclear e as estirpes	Estrutura triangular	Indicadores gráficos	x	Indicadores verbais	x
	Balanço entre as duas estirpes, diferenciação da nova família	Presença de símbolos das duas estirpes		Referências e descrição de contactos efetivos com as duas estirpes	
	Exclusão de uma família, risco de emaranhamento	Presença de símbolos de uma só das estirpes		Referências e descrição de contactos efetivos só com uma das estirpes	
				Qualidade negativa na relação com a outra estirpe familiar	
Isolamento das duas estirpes	Ausência de símbolos das duas estirpes		Ausência ou qualidade negativa nas referências às duas estirpes		
Fronteiras inter-sistémicas: Distância entre família nuclear e família alargada, e entre família nuclear e sociedade.	Relação com o estranho	Indicadores gráficos	x	Indicadores verbais	x
	Capacidade de relação com elementos externos, e presença de recursos sociais	Presença de símbolos da realidade extrafamiliar		Presença e qualidade prevalentemente positiva nas referências à realidade externa da família	
		Proximidade entre a pessoa e os elementos externos			
	Pobreza ou ausência de relação com elementos externos e pobreza de recursos sociais	Pobreza ou ausência de símbolos extrafamiliares		Ausência ou qualidade prevalentemente negativa nas referências à realidade externa da família	
Distância entre a pessoa e os elementos externos					

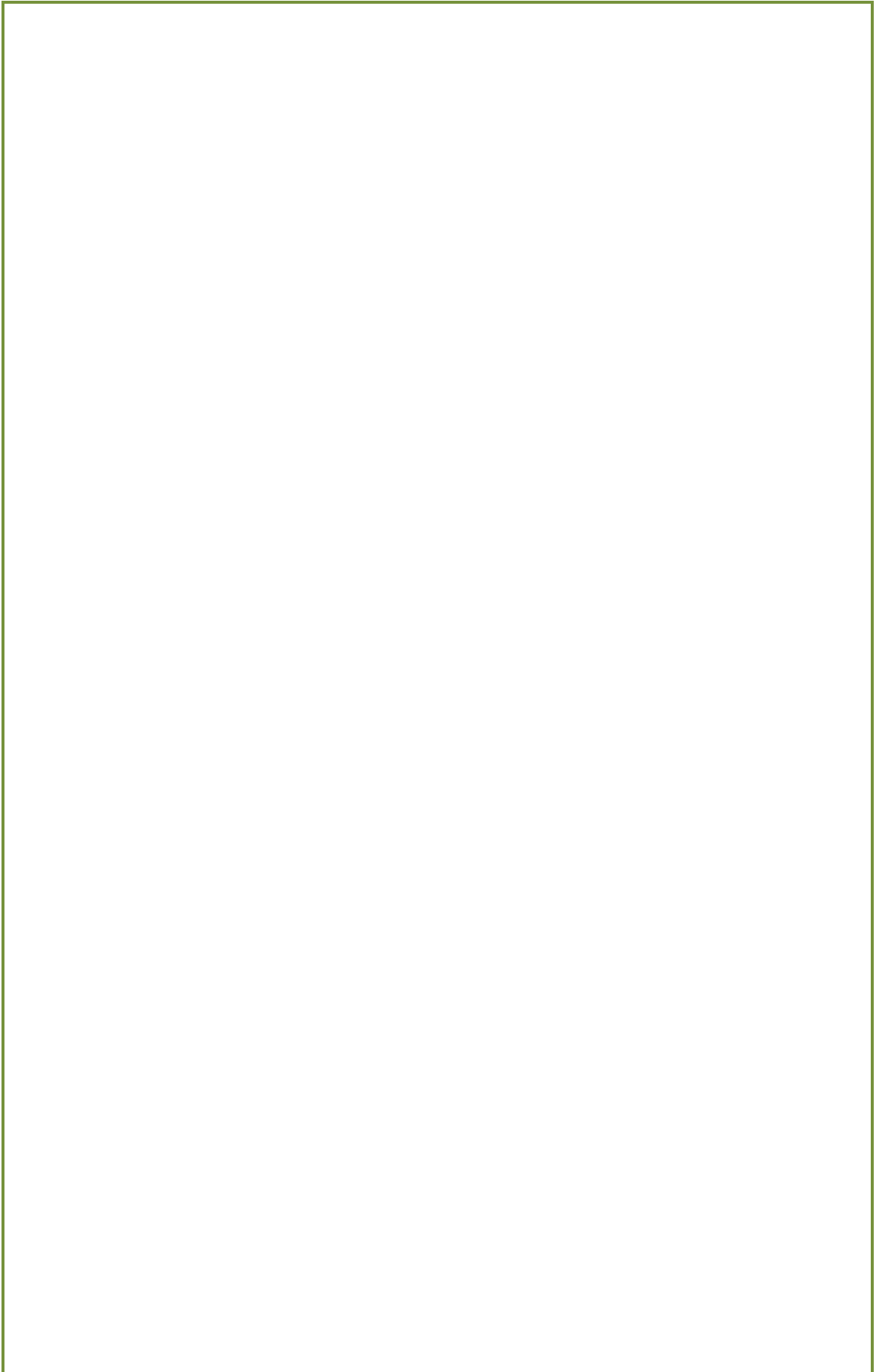
5.2. O conflito de pertença

O primeiro indício da elaboração positiva do elemento ausente é a presença explícita de ambos os polos do conflito de pertença, seja no horizonte gráfico do teste ou apenas na verbalização que a pessoa realiza.

Pode-se pensar na presença de um *continuum* que vá desde o extremo funcional da modalidade gráfica integrativa com indicadores verbais congruentes, até o extremo oposto, em que a pessoa mostra grande ansiedade e desconforto quando se faz algum tipo de referência verbal ao elemento ausente.

Presença dos polos do conflito	Análise verbal	A pessoa coloca espontaneamente em palavras os polos do conflito		
		A pessoa expressa abertamente a dificuldade de encontrar um lugar para cada um dos polos do conflito		
		A pessoa fala dos dois polos do conflito mas com algumas reticências		
	Análise gráfica	Modalidade gráfica integrativa		
		Conjunto intersecção	Duplicação da pessoa	Conjunto único
				
Modalidade gráfica não integrativa				
	Posicionamento a favor de um deles	Uma família para cada pessoa	Isolamento do sujeito	
				
Ausência de um ou mais polos do conflito	Análise verbal	Um dos polos do conflito nunca é verbalizado		
		Os polos do conflito nunca são verbalizados		
		Utilização de elementos neutros substitutivos ou de afastamento do conflito		
	Análise gráfica	Um dos polos do conflito não é representado		
		Os polos do conflito não são representados		
		Utilização de elementos neutros substitutivos ou de afastamento do conflito		

6. Síntese dos resultados



Anexo XVII - Grelha de Análise: A Dupla Lua (Versão Conjunta)

Teste das fronteiras e das pertenças familiares

Greco, O. (1999). La doppia luna. Milano: Vita e Pensiero.

Traduzido e adaptado por Costa, S., Moreno, G. (2011) Universidade Católica Portuguesa – Braga

Nome do avaliador: _____

Caso: _____

Data de realização: _____

Data de análise: _____

Apresentação da grelha

A presente grelha divide-se em sete partes, que correspondem aos diferentes níveis de análise:

1. Análise do conteúdo **gráfico**: Com especial atenção à tipologia dos símbolos, cores, tamanhos, disposições no espaço, sequência em que foram desenhados os diferentes elementos, membros presentes ou ausentes, representação dos limites familiares, relação entre as diferentes partes do desenho...
2. Análise **verbal** dos dados recolhidos pela verbalização espontânea durante a execução do desenho e no diálogo posterior.
3. Análise do nível **emotivo/interativo**: Em que se deve observar a interacção familiar, a interacção entre a família e o investigador e entre o investigador e a família, a utilização espontânea do desenho, a análise do processo de construção comum do desenho, as modalidades de interpretação da tarefa e a utilização dos elementos gráficos.
4. Grau de distorção do desenho individual e conjunto: Em que é importante a analisar a distorção do desenho individual e conjunta, as réplicas do desenho, os aspectos afectivo-emotivo na distorção do desenho.
5. Análise do nível **reflexivo**: Observar se a pessoa é capaz de utilizar o conteúdo gráfico e o que emerge do desenho, para comentários, explicações e associações livres que podem abrir temas imprevistos ou aprofundar temas já conhecidos.
6. Análise dos dois constructos chave do teste: os **limites** e as **pertenças**. Analisar, através de diferentes indicadores gráficos e verbais, os limites individuais, inter e intra-sistémicos, geracionais e familiares. Também observar a presença ou ausência dos diferentes polos familiares e a possível relevância do conflito de lealdade naquele caso.

Antes de iniciar a análise do teste é imprescindível estar por dentro dos fundamentos teóricos deste instrumento projetivo e recomenda-se uma primeira leitura geral da grelha de análise antes de começar a preencher os diferentes apartados.

1. Análise do conteúdo gráfico

1.1. Avaliação global:

Na análise dos dados gráficos, deve-se começar por uma avaliação global, tendo em conta a primeira impressão que nos suscita a observação do desenho. Deve-se observar os sinais gráficos, as relações entre os espaços preenchidos e os espaços vazios, a disposição dos símbolos no espaço, as evidências gráficas e a eventual ocupação do centro do rectângulo. Posteriormente deve-se pensar numa frase ou metáfora para dar um título geral ao desenho, de forma a registar esta primeira impressão.

Primeiras impressões	
Título do desenho	

1.2. Avaliação dos elementos do desenho:

Depois de realizar uma avaliação global, convém observar e descrever com mais pormenor cada um dos elementos gráficos do desenho, especialmente:

Indicadores							
A tipologia dos símbolos: a utilização de símbolos convencionais e não convencionais, símbolos abstractos, pictográficos...	Convencionais						
	Não convencionais						
A dimensão dos símbolos utilizados (a homogeneidade /heterogeneidade entre eles)	Homogeneidade						
	Heterogeneidade						
A disposição espacial dos símbolos utilizados na folha (por exemplo, o uso do rectângulo, dos limites, do espaço externo ao rectângulo)							
A disposição dos diferentes elementos no rectângulo (uso do centro, uso dos limites, uso dos ângulos e uso dos quadrantes)							
A sequência dos elementos desenhados, a ordem pela qual cada elemento foi colocado	1	8	15	22			
	2	9	16	23			
	3	10	17	24			
	4	11	18	25			
	5	12	19	26			
	6	13	20	27			
	7	14	21	28			

Indicadores		
Qual/quais famílias são desenhadas? (Ex: Biológica, adoptiva). E quais os membros desenhados de cada família? Que outras pessoas não familiares ou objetos desenha espontaneamente?		
Quantos e quais os membros desenhados de cada família?		
Qual é a posição da pessoa face às famílias desenhadas? (Ex: Próximo, distante)		
Quais os membros da família que estão colocados dentro e quais os que estão fora do rectângulo?		
A representação dos limites familiares: que famílias são envolvidas em círculos? Quais os elementos de cada uma das famílias?		
Quais as pessoas que representa espontaneamente e quais as que desenha depois de serem dadas as instruções 4 e 5.		
Se foi possível perguntar pelos elementos ausentes. Se sim, onde foram colocados? Dentro de uma das famílias? Qual? Dentro ou fora dos limites do rectângulo?		
Quando se coloca a instrução nº 5, sobre o espaço do desejo, deve-se verificar: De que forma expressa o desejo? Afasta ou aproxima algum dos elementos presentes? Adiciona algum elemento novo que até então estava ausente? Elimina algum elemento do desenho?		
Outras observações relativa ao conteúdo gráfico		

2. Análise do conteúdo verbal

Os dados recolhidos pela verbalização espontânea durante a execução do desenho, constituem uma preciosa informação de auto-relato, que podem ser confrontados com o resto dos indicadores e assim verificar a congruência ou incongruência na compreensão global do teste.

A análise do conteúdo verbal pode ser efetuada segundo diversas categorias e com diferentes procedimentos, como por exemplo, papel e lápis ou *software* de análise de texto

Análise do conteúdo verbal	
----------------------------	--

3. Análise do nível interactivo-emotivo

É importante analisar também a interacção que se produz durante a entrevista e a aplicação do instrumento. Os indicadores detectados através da análise da interacção e do clima emotivo durante a execução do teste devem ser confrontados com os outros indicadores, para explorar a recíproca congruência ou incongruência. Em particular é útil observar os seguintes aspectos:

3.1. Interacção familiar

3.1. Interacção familiar	
Aspectos comportamentais	
Aspectos emotivos	
Estilos na interacção	
Atribuição de papéis	
Tipo de relação	
Empatia	
Mecanismos de defesa	

Durante a aplicação conjunta do instrumento é igualmente importante analisar a interação que se estabelece entre a família e o investigador e o investigador e a família.

3.1.1. Interação entre família e investigador

Aspectos comportamentais	
Aspectos emotivos	
Estilos na interação	
Atribuição de papéis	
Tipo de relação	
Empatia	
Mecanismos de defesa	
Transferência/ Contra-transferência	
Resposta à atribuição do papel	

3.2. Utilização espontânea do instrumento

A utilização espontânea do instrumento na aplicação conjunta assume uma maior complexidade porque diz respeito à avaliação de como o casal ou a família é capaz, diante dos restantes familiares, o que o desenho explicita a sua relação recíproca. Neste nível regista-se o grau de liberdade da família em colher e comentar alguns aspectos relacionais do desenho como produto conjunto e o grau de fluidez na relação familiar.

Grau de liberdade da família (de recolher e de comentar diante de outros familiares, alguns aspectos relacionais do desenho)	
Fluidez na relação familiar	

3.3. Avaliação do processo de construção comum do desenho

Este nível destina-se a analisar o clima emotivo, as dinâmicas e as estratégias de tomada de decisão no grupo familiar e enfatiza a prevalência de modalidades tendencialmente conectadas ou tendencialmente separadas na execução do desenho como tarefa conjunta.

Clima emotivo	
Dinâmicas relacionais	
Tomada de decisão	
Modalidades conectadas	
Modalidades separadas	

3.4. Modalidade de interpretação das tarefas

É importante analisar a capacidade da família realizar as tarefas de uma forma individual ou conjunta.

Tarefa individual (cada membro da Família realiza o seu desenho de forma separada).	
Tarefa conjunta (a família observa-se reciprocamente e em qualquer modo utilizado, reconhecendo parte do próprio desenho, consultam-se para decidir como e o que desenhar).	

3.5. Utilização de elementos gráficos

Neste nível, é igualmente importante analisar a capacidade da família de utilizar elementos gráficos e qual o processo de construção do desenho.

Utilização de elementos gráficos	
Processo de construção do desenho	

4. Grau de distorção do desenho individual e conjunto

4.1 Distorção do desenho

Uma dimensão importante na aplicação do instrumento na versão individual e conjunta é o grau de distorção do desenho. A distorção pode ser entendida como a modificação que o sujeito realiza no seu próprio desenho de elementos chave quando os deve repetir diante da família.

Número de pessoas desenhadas	
A sequência da construção do desenho	
A posição dos elementos significativos em relação ao próprio desenho	
A configuração da família (tendo em conta o que o sujeito pensa que pode exprimir de si e da própria representação diante da família).	

4.2 Réplica do desenho

Quando o desenho individual apresenta elementos comuns no desenho conjunto, designamos de réplica.

Elementos comuns no desenho individual e no desenho conjunto.	
---	--

4.2. Aspectos afectivo-emotivo na distorção do desenho

Segundo os elementos afectivo-emotivos, podem-se distinguir duas modalidades de distorção e de réplica.

Distorção protectora (quando o clima interactivo aparece calmo e espontâneo, a possível distorção no desenho conjunto é protectora da relação com os familiares enquanto que a modificação do desenho tem em conta aquilo que o sujeito pensa sobre as expectativas do Outro).	
Distorção defensiva (o clima emotivo marcado pelo embaraço, pela ansiedade e pela inibição que remete para uma modificação do desenho conjunto assiná-la uma dificuldade em abordar explicitamente diante da família o tema do conflito relativo à representação dos limites e a relação com o objecto ausente).	
Distorção da tarefa (decisão do investigador em não apresentar a questão nº 4, dado o clima de tensão entre os membros da família).	

4.3. Aspectos afectivo-emotivo na réplica do desenho

Réplica livre (quando o clima interactivo é rico em mudanças positivas e se regista entre os familiares a presença de comunicação aberta e espontânea).	
Réplica provocatória ou indiferente (quando a reprodução do desenho realizado individualmente é acompanhado de um clima de tensão e de fechamento recíproco, como se a dificuldade de relação fosse fixa).	

5. Análise do nível reflexivo

Um indicador importante a nível clínico provém da observação da capacidade ou incapacidade que a pessoa tem para comentar o seu próprio desenho. Se é capaz de utilizar o que emerge do desenho, acerca das suas próprias relações e da própria posição em relação às fronteiras familiares, utilizando o conteúdo gráfico das indicações do instrumento para comentários, explicações e associações livres que podem abrir temas imprevistos ou aprofundar temas já conhecidos.

Análise do nível reflexivo	
----------------------------	--

6. Análise dos dois construtos chave: as fronteiras e as pertenças

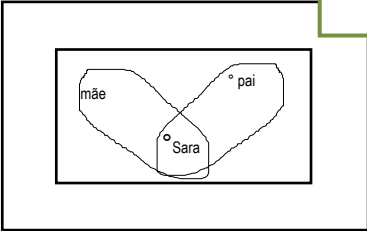
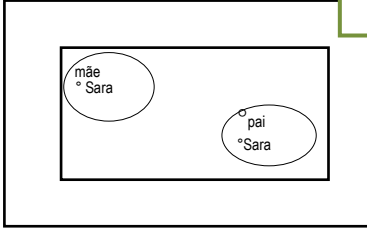
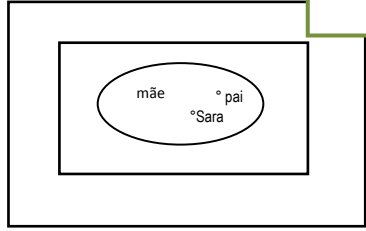
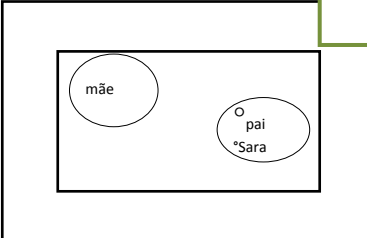
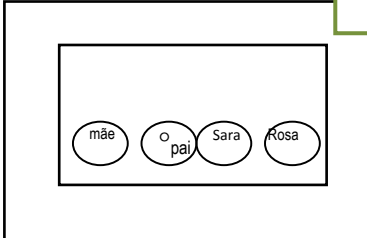
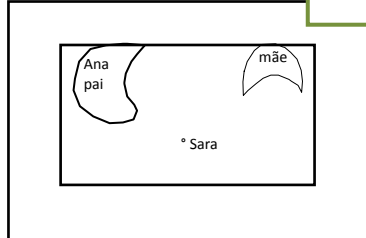
Depois de observar cada um dos elementos do desenho, procede-se a uma avaliação mais pormenorizada dos dois construtos chave fundamentais do teste: os limites e o conflito de pertença.

6.1. A representação dos limites					
Limites individuais: distância interpessoal	Separação/individualização	Indicadores gráficos	x	Indicadores verbais	x
	Diferenciação	Dialéctica entre proximidade e distância		Presença no discurso de outras pessoas significativas	
				Distinção semântica e gramatical entre si e os outros	
				Qualidade afectiva positiva na relação entre si e os outros	
	Relação simbiótica	Símbolos colados ou um dentro do outro		Sobreposição semântica e gramatical entre si e os outros	
				Qualidade afectiva ambivalente na relação entre si e os outros	
Tendência ao isolamento	Ausência de pessoas significativas		Ausência no discurso de outras pessoas significativas		
	Isolamento do símbolo do sujeito em relação aos outros		Qualidade afectiva negativa na relação entre si e os outros		
Limites geracionais: distância entre as gerações (inter e intra)	Hierarquia de papéis	Indicadores gráficos	x	Indicadores verbais	x
	Os pais assumem o cuidado dos filhos	Símbolos dos pais maiores ou acima dos filhos		Referências no discurso à tarefa parental do cuidado dos filhos	
	Relação igualitária entre pais e filhos	Tamanho igual entre os símbolos de pais e filhos		Descrição de uma relação igualitária entre filhos e pais	
	Parentalização: inversão de papéis, quando o filho assume as funções parentais	Ausência de símbolos de um ou ambos os pais Símbolo do filho maior ou acima dos pais Símbolos dos pais dentro dos símbolos dos filhos		Inversão da relação hierárquica de cuidados: os filhos procuram responder às necessidades dos seus progenitores	
Limites familiares: Distância entre a pessoa e uma ou mais famílias	Pertença familiar	Indicadores gráficos	x	Indicadores verbais	x
	Reconhecimento da pertença a um contexto familiar	Configuração das famílias de pertença		Expressa uma qualidade positiva na vivência das relações familiares	
	Desconhecimento da pertença a um contexto familiar	Não pertença a nenhuma família		Expressa uma qualidade negativa na vivência das relações familiares e um sentido de solidão.	
Limites intra-sistémicos: Distância entre a família nuclear e as estirpes	Estrutura triangular	Indicadores gráficos	x	Indicadores verbais	x
	Balço entre as duas estirpes, diferenciação da nova família	Presença de símbolos das duas estirpes		Referências e descrição de contactos efectivos com as duas estirpes	
	Exclusão de uma família, risco de emaranhamento	Presença de símbolos de só uma das estirpes		Referências e descrição de contactos efectivos só com uma das estirpes	
				Qualidade negativa na relação com a outra estirpe familiar	
Isolamento das duas estirpes	Ausência de símbolos das duas estirpes		Ausência ou qualidade negativa nas referências às duas estirpes		
Limites inter-sistémicos: Distância entre família nuclear e família alargada, e entre família nuclear e sociedade.	Relação com o estranho	Indicadores gráficos	x	Indicadores verbais	x
	Capacidade de relação com elementos externos e presença de recursos sociais	Presença de símbolos da realidade extra-familiar Proximidade entre a pessoa e os elementos externos		Presença e qualidade prevalentemente positiva nas referências à realidade externa da família	
	Pobreza ou ausência de relação com elementos externos e pobreza de recursos sociais	Pobreza ou ausência de símbolos extra-familiares		Ausência ou qualidade prevalentemente negativa nas referências à realidade externa da família	
		Distância entre a pessoa e os elementos externos			

6.2. O conflito de pertença

O primeiro indício da elaboração positiva do elemento ausente é a presença explícita de ambos os polos do conflito de pertença, seja no horizonte gráfico do teste ou apenas na verbalização que a pessoa realiza.

Pode-se pensar na presença de um *continuum* que vá desde o extremo funcional da modalidade gráfica integrativa com indicadores verbais congruentes, até o extremo oposto, em que a pessoa mostra grande ansiedade e desconforto quando se faz algum tipo de referência verbal ao elemento ausente.

Presença dos polos do conflito	Análise verbal	A pessoa coloca espontaneamente em palavras os polos do conflito		
		A pessoa expressa abertamente a dificuldade de encontrar um lugar para cada um dos polos do conflito		
		A pessoa fala dos dois polos do conflito mas com algumas reticências		
	Análise gráfica	Modalidade gráfica integrativa		
		Conjunto intersecção	Duplicação da pessoa	Conjunto único
				
		Modalidade gráfica não integrativa		
		Posicionamento a favor de um deles	Uma família para cada pessoa	Isolamento do sujeito
				
	Ausência de um ou mais polos do conflito	Análise verbal	Um dos polos do conflito nunca é verbalizado	
Os polos do conflito nunca são verbalizados				
Utilização de elementos neutros substitutivos ou de afastamento do conflito				
Análise gráfica		Um dos polos do conflito não é representado		
		Os polos do conflito não são representados		
		Utilização de elementos neutros substitutivos ou de afastamento do conflito		

7. Síntese dos Resultados

Anexo XVIII - Grelha de Análise: A Dupla Lua (Versão Casal)

Grelha de Análise: A Dupla Lua (Versão Casal)

Teste das fronteiras e das pertenças familiares

Greco, O. (1999). La doppia luna. Milano: Vita e Pensiero.

Traduzido e adaptado por Costa, S., Moreno, G. (2011) Universidade Católica Portuguesa – Braga

Nome do avaliador: _____ Caso: _____

Data de realização: _____ Data de análise: _____

Apresentação da grelha

A presente grelha divide-se em sete partes, que correspondem aos diferentes níveis de análise:

1. Análise do conteúdo **gráfico**: Com especial atenção à tipologia dos símbolos, cores, tamanhos, disposições no espaço, sequência em que foram desenhados os diferentes elementos, membros presentes ou ausentes, representação dos limites familiares, relação entre as diferentes partes do desenho...
2. Análise **verbal** dos dados recolhidos pela verbalização espontânea durante a execução do desenho e no diálogo posterior.
3. Análise do nível **emotivo/interativo**: Em que se deve observar a interacção familiar, a interacção entre a família e o investigador e entre o investigador e a família, a utilização espontânea do desenho, a análise do processo de construção comum do desenho, as modalidades de interpretação da tarefa e a utilização dos elementos gráficos.
4. Grau de distorção do desenho individual e conjunto: Em que é importante a analisar a distorção do desenho individual e conjunta, as réplicas do desenho, os aspectos afectivo-emotivo na distorção do desenho.
5. Análise do nível **reflexivo**: Observar se a pessoa é capaz de utilizar o conteúdo gráfico e o que emerge do desenho, para comentários, explicações e associações livres que podem abrir temas imprevistos ou aprofundar temas já conhecidos.
6. Análise dos dois constructos chave do teste: os **limites** e as **pertenças**. Analisar, através de diferentes indicadores gráficos e verbais, os limites individuais, inter e intra-sistémicos, geracionais e familiares. Também observar a presença ou ausência dos diferentes polos familiares e a possível relevância do conflito de lealdade naquele caso.

Antes de iniciar a análise do teste é imprescindível estar por dentro dos fundamentos teóricos deste instrumento projetivo e recomenda-se uma primeira leitura geral da grelha de análise antes de começar a preencher os diferentes apartados.

1. Análise do conteúdo gráfico

1.1. Avaliação global:

Na análise dos dados gráficos, deve-se começar por uma avaliação global, tendo em conta a primeira impressão que nos suscita a observação do desenho. Deve-se observar os sinais gráficos, as relações entre os espaços preenchidos e os espaços vazios, a disposição dos símbolos no espaço, as evidências gráficas e a eventual ocupação do centro do rectângulo. Posteriormente deve-se pensar numa frase ou metáfora para dar um título geral ao desenho, de forma a registar esta primeira impressão.

Primeiras impressões	
Título do desenho	

1.2. Avaliação dos elementos do desenho:

Depois de realizar uma avaliação global, convém observar e descrever com mais pormenor cada um dos elementos gráficos do desenho, especialmente:

Indicadores							
A tipologia dos símbolos: a utilização de símbolos convencionais e não convencionais, símbolos abstractos, pictográficos...	Convencionais						
	Não convencionais						
A dimensão dos símbolos utilizados (a homogeneidade /heterogeneidade entre eles)	Homogeneidade						
	Heterogeneidade						
A disposição espacial dos símbolos utilizados na folha (por exemplo, o uso do rectângulo, dos limites, do espaço externo ao rectângulo)							
A disposição dos diferentes elementos no rectângulo (uso do centro, uso dos limites, uso dos ângulos e uso dos quadrantes)							
A sequência dos elementos desenhados, a ordem pela qual cada elemento foi colocado	1	8	15	22			
	2	9	16	23			
	3	10	17	24			
	4	11	18	25			
	5	12	19	26			
	6	13	20	27			
	7	14	21	28			

Indicadores		
Qual/quais famílias são desenhadas? (Ex: Biológica, adoptiva). E quais os membros desenhados de cada família? Que outras pessoas não familiares ou objetos desenha espontaneamente?		
Quantos e quais os membros desenhados de cada família?		
Qual é a posição da pessoa face às famílias desenhadas? (Ex: Próximo, distante)		
Quais os membros da família que estão colocados dentro e quais os que estão fora do rectângulo?		
A representação dos limites familiares: que famílias são envolvidas em círculos? Quais os elementos de cada uma das famílias?		
Quais as pessoas que representa espontaneamente e quais as que desenha depois de serem dadas as instruções 4 e 5.		
Se foi possível perguntar pelos elementos ausentes. Se sim, onde foram colocados? Dentro de uma das famílias? Qual? Dentro ou fora dos limites do rectângulo?		
Quando se coloca a instrução nº 5, sobre o espaço do desejo, deve-se verificar: De que forma expressa o desejo? Afasta ou aproxima algum dos elementos presentes? Adiciona algum elemento novo que até então estava ausente? Elimina algum elemento do desenho?		
Outras observações relativa ao conteúdo gráfico		

2. Análise do conteúdo verbal

Os dados recolhidos pela verbalização espontânea durante a execução do desenho, constituem uma preciosa informação de auto-relato, que podem ser confrontados com o resto dos indicadores e assim verificar a congruência ou incongruência na compreensão global do teste.

A análise do conteúdo verbal pode ser efetuada segundo diversas categorias e com diferentes procedimentos, como por exemplo, papel e lápis ou *software* de análise de texto

Análise do conteúdo verbal	
----------------------------	--

3. Análise do nível interactivo-emotivo

É importante analisar também a interacção que se produz durante a entrevista e a aplicação do instrumento. Os indicadores detectados através da análise da interacção e do clima emotivo durante a execução do teste devem ser confrontados com os outros indicadores, para explorar a recíproca congruência ou incongruência. Em particular é útil observar os seguintes aspectos:

3.1. Interacção familiar

3.1. Interacção familiar	
Aspectos comportamentais	
Aspectos emotivos	
Estilos na interacção	
Atribuição de papéis	
Tipo de relação	
Empatia	
Mecanismos de defesa	

Durante a aplicação conjunta do instrumento é igualmente importante analisar a interacção que se estabelece entre a família e o investigador e o investigador e a família.

3.1.1. Interacção entre família e investigador

Aspectos comportamentais	
Aspectos emotivos	
Estilos na interacção	
Atribuição de papéis	
Tipo de relação	
Empatia	
Mecanismos de defesa	
Transferência/ Contra-transferência	
Resposta à atribuição do papel	

3.2. Utilização espontânea do instrumento

A utilização espontânea do instrumento na aplicação conjunta assume uma maior complexidade porque diz respeito à avaliação de como o casal ou a família é capaz, diante dos restantes familiares, o que o desenho explicita a sua relação recíproca. Neste nível regista-se o grau de liberdade da família em colher e comentar alguns aspectos relacionais do desenho como produto conjunto e o grau de fluidez na relação familiar.

Grau de liberdade da família (de recolher e de comentar diante de outros familiares, alguns aspectos relacionais do desenho)	
Fluidez na relação familiar	

3.3. Avaliação do processo de construção comum do desenho

Este nível destina-se a analisar o clima emotivo, as dinâmicas e as estratégias de tomada de decisão no grupo familiar e enfatiza a prevalência de modalidades tendencialmente conectadas ou tendencialmente separadas na execução do desenho como tarefa conjunta.

Clima emotivo	
Dinâmicas relacionais	
Tomada de decisão	
Modalidades conectadas	
Modalidades separadas	

3.4. Modalidade de interpretação das tarefas

É importante analisar a capacidade da família realizar as tarefas de uma forma individual ou conjunta.

Tarefa individual (cada membro da Família realiza o seu desenho de forma separada).	
Tarefa conjunta (a família observa-se reciprocamente e em qualquer modo utilizado, reconhecendo parte do próprio desenho, consultam-se para decidir como e o que desenhar).	

3.5. Utilização de elementos gráficos

Neste nível, é igualmente importante analisar a capacidade da família de utilizar elementos gráficos e qual o processo de construção do desenho.

Utilização de elementos gráficos	
Processo de construção do desenho	

5. Análise do nível reflexivo

Um indicador importante a nível clínico provém da observação da capacidade ou incapacidade que a pessoa tem para comentar o seu próprio desenho. Se é capaz de utilizar o que emerge do desenho, acerca das suas próprias relações e da própria posição em relação às fronteiras familiares, utilizando o conteúdo gráfico das indicações do instrumento para comentários, explicações e associações livres que podem abrir temas imprevistos ou aprofundar temas já conhecidos.

Análise do nível reflexivo	
----------------------------	--

6. Análise dos dois construtos chave: as fronteiras e as pertenças

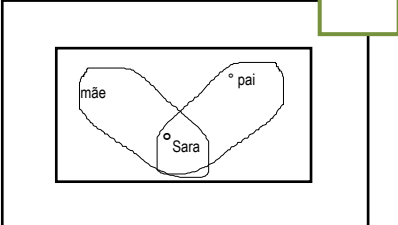
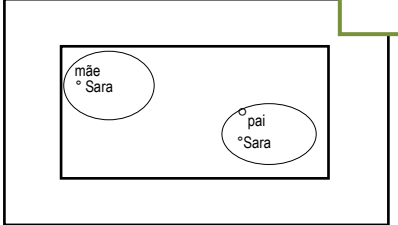
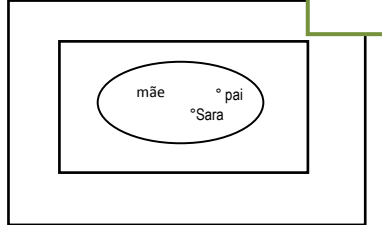
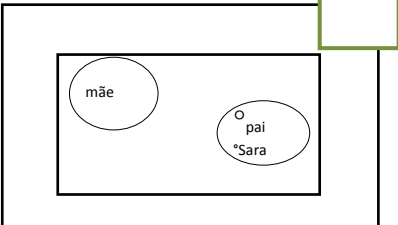
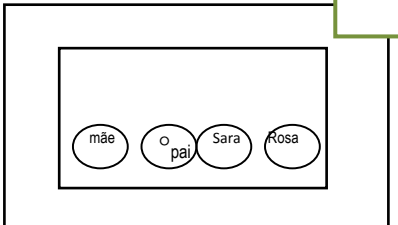
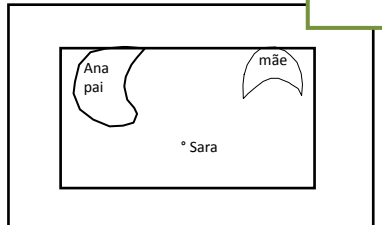
Depois de observar cada um dos elementos do desenho, procede-se a uma avaliação mais pormenorizada dos dois construtos chave fundamentais do teste: os limites e o conflito de pertença.

	Separação/individuação	Indicadores gráficos	x	Indicadores verbais	x
Limites individuais: distância interpessoal	Diferenciação	Dialéctica entre proximidade e distância		Presença no discurso de outras pessoas significativas	
				Distinção semântica e gramatical entre si e os outros	
				Qualidade afectiva positiva na relação entre si e os outros	
	Relação simbiótica	Símbolos colados ou um dentro do outro		Sobreposição semântica e gramatical entre si e os outros	
				Qualidade afectiva ambivalente na relação entre si e os outros	
	Tendência ao isolamento	Ausência de pessoas significativas		Ausência no discurso de outras pessoas significativas	
Isolamento do símbolo do sujeito em relação aos outros				Qualidade afectiva negativa na relação entre si e os outros	
Limites geracionais: distância ente as gerações (inter e intra)	Hierarquia de papéis	Indicadores gráficos	x	Indicadores verbais	x
	Os pais assumem o cuidado dos filhos	Símbolos dos pais maiores ou acima dos filhos		Referências no discurso à tarefa parental do cuidado dos filhos	
	Relação igualitária entre pais e filhos	Tamanho igual entre os símbolos de pais e filhos		Descrição de uma relação igualitária entre filhos e pais	
	Parentalização: inversão de papéis, quando o filho assume as funções parentais	Ausência de símbolos de um ou ambos os pais		Inversão da relação hierárquica de cuidados: os filhos procuram responder às necessidades dos seus progenitores	
		Símbolo do filho maior ou acima dos pais			
Símbolos dos pais dentro dos símbolos dos filhos					
Limites familiares: Distância entre a pessoa e uma ou mais famílias	Pertença familiar	Indicadores gráficos	x	Indicadores verbais	x
	Reconhecimento da pertença a um contexto familiar	Configuração das famílias de pertença		Expressa uma qualidade positiva na vivência das relações familiares	
	Desconhecimento da pertença a um contexto familiar	Não pertença a nenhuma família		Expressa uma qualidade negativa na vivência das relações familiares e um sentido de solidão.	
Limites intra-sistémicos: Distância entre a família nuclear e as estirpes	Estrutura triangular	Indicadores gráficos	x	Indicadores verbais	x
	Balanço entre as duas estirpes, diferenciação da nova família	Presença de símbolos das duas estirpes		Referências e descrição de contactos efectivos com as duas estirpes	
	Exclusão de uma família, risco de emaranhamento	Presença de símbolos de só uma das estirpes		Referências e descrição de contactos efectivos só com uma das estirpes	
				Qualidade negativa na relação com a outra estirpe familiar	
Isolamento das duas estirpes	Ausência de símbolos das duas estirpes		Ausência ou qualidade negativa nas referências às duas estirpes		
Limites inter-sistémicos: Distância entre família nuclear e família alargada, e entre família nuclear e sociedade.	Relação com o estranho	Indicadores gráficos	x	Indicadores verbais	x
	Capacidade de relação com elementos externos e presença de recursos sociais	Presença de símbolos da realidade extra-familiar		Presença e qualidade prevalentemente positiva nas referências à realidade externa da família	
		Proximidade entre a pessoa e os elementos externos			
	Pobreza ou ausência de relação com elementos externos e pobreza de recursos sociais	Pobreza ou ausência de símbolos extra-familiares		Ausência ou qualidade prevalentemente negativa nas referências à realidade externa da família	
Distância entre a pessoa e os elementos externos					

5.2. O conflito de pertença

O primeiro indício da elaboração positiva do elemento ausente é a presença explícita de ambos os polos do conflito de pertença, seja no horizonte gráfico do teste ou apenas na verbalização que a pessoa realiza.

Pode-se pensar na presença de um *continuum* que vá desde o extremo funcional da modalidade gráfica integrativa com indicadores verbais congruentes, até o extremo oposto, em que a pessoa mostra grande ansiedade e desconforto quando se faz algum tipo de referência verbal ao elemento ausente.

Presença dos polos do conflito	Análise verbal	A pessoa coloca espontaneamente em palavras os polos do conflito					
		A pessoa expressa abertamente a dificuldade de encontrar um lugar para cada um dos polos do conflito					
		A pessoa fala dos dois polos do conflito mas com algumas reticências					
	Análise gráfica	Modalidade gráfica integrativa					
		Conjunto intersecção		Duplicação da pessoa		Conjunto único	
		Modalidade gráfica não integrativa					
		Posicionamento a favor de um deles		Uma família para cada pessoa		Isolamento do sujeito	
		Ausência de um ou mais polos do conflito	Análise verbal	Um dos polos do conflito nunca é verbalizado			
				Os polos do conflito nunca são verbalizados			
	Utilização de elementos neutros substitutivos ou de afastamento do conflito						
Análise gráfica	Um dos polos do conflito não é representado						
	Os polos do conflito não são representados						
	Utilização de elementos neutros substitutivos ou de afastamento do conflito						

7. Síntese dos Resultados

Anexo XIX– Grelha de Análise do Ecomapa Versão Casal/Família

Anexo XIX - Grelha de Análise: Ecomapa (Versão Casal/Família)

Universidade Católica Portuguesa – Braga

Elaborado por Costa, S. (2012)

Nome do avaliador: _____ Caso: _____

Data de realização: _____ Data de análise: _____

Apresentação da grelha

A presente grelha divide-se em seis partes, que correspondem aos diferentes níveis de análise:

1. Análise dos dados da família: caracterização da família, os membros que são representados e a qualidade das relações entre si.
2. Análise dos elementos gráficos: análise dos elementos gráficos que surgem no desenho, mais concretamente, os elementos que fazem parte do contexto social (família alargada, amigos, *hobbies*, instituições, serviços), a sequência dos membros representados, os membros que acrescenta nos círculos vazios e os círculos que acrescenta.
3. Análise da qualidade das relações e os membros do contexto social: em que se deve observar quais são as instituições/ pessoas com que a família possui uma relação forte, débil ou stressante e o fluxo de energia.
4. Análise **verbal** dos dados recolhidos pela verbalização espontânea durante a execução do desenho, se é capaz de utilizar o que emerge do desenho, acerca das suas próprias relações e da própria posição em relação ao contexto social, utilizando o conteúdo gráfico do instrumento para comentários, explicações e associações livres que podem abrir temas imprevistos ou aprofundar temas já conhecidos.
5. Análise do nível **emotivo/interativo**: Em que se deve observar a interação familiar, a utilização espontânea do desenho, a análise do processo de construção comum do desenho, as modalidades de interpretação da tarefa e a utilização dos elementos gráficos.
6. Análise do nível **reflexivo**: Observar se a pessoa é capaz de utilizar o conteúdo gráfico e o que emerge do desenho, para comentários, explicações e associações livres que podem abrir temas imprevistos ou aprofundar temas já conhecidos.
7. Síntese dos resultados e as ressonâncias internas do investigador.

1.1. Avaliação global:

Na análise dos dados do instrumento, é conveniente ter em conta a primeira impressão que nos suscita a observação do desenho. Deve-se observar os espaços preenchidos e os espaços vazios, que elementos do contexto social são representados, as relações entre cada membro da família e o contexto social e o seu fluxo de energia. Posteriormente deve-se pensar numa frase ou metáfora para dar um título geral ao desenho, de forma a registar esta primeira impressão.

Primeiras impressões	
Título do desenho	

1.2. Análise dos dados da família

Numa fase seguinte, é importante fazer uma caracterização da família, que membros são representados e a qualidade das suas relações.

Caracterização da família (constituição da família)	
Qualidade das relações entre os membros da família	
Outras observações	

1.3. Legenda do Desenho

Na aplicação conjunta do Ecomapa, é pedido que cada uma dos membros da família se representem através de cores diferentes para melhor serem reconhecidos. Na análise, para uma melhor identificação deve-se identificar que cores foram utilizadas por cada membro da família e outras cores para representar outras informações importantes.

As diferentes cores utilizadas para representar os membros da família e outras informações importantes								

1.4. Análise dos elementos gráficos do desenho:

Após a caracterização da família, convém observar e descrever com mais pormenor cada um dos elementos gráficos do desenho, especialmente:

Indicadores							
Serviços de Saúde							
Igreja							
Família Alargada							
<i>Hobbies</i>	Individual			Familiar			
Amigos							
Escola							
Emprego							
A sequência dos elementos desenhados, a ordem pela qual cada elemento foi colocado	1		7		13		19
	2		8		14		20
	3		9		15		21
	4		10		16		22
	5		11		17		23
	6		12		18		24
Na construção do desenho, que elementos acrescenta nos círculos vazios.							
Na construção do desenho, que círculos acrescenta.	1		5		9		13
	2		6		10		14
	3		7		11		15
	4		8		12		16

1.5. Análise da qualidade da relação entre a família e os elementos do contexto social

Seguidamente, deve-se analisar as relações entre a família e os elementos do seu contexto social, especificando com que elementos a família possui uma relação forte, débil e stressante.

Relações fortes	
Relação débil	
Relação Stressante	

1.6. Análise da direcção da relação entre a família e os membros do seu contexto social

Segue-se a análise do fluxo de energia entre as relações da família e os membros do seu contexto social, especificando se existe reciprocidade ou unidireccionalidade.

	Sujeito → Pessoas/Instituições	Pessoas/Instituições → Sujeito
Energia Unidireccional		
Energia Bidireccional		

1.7. Análise dos subsistemas ecológicos

Por fim, analisa-se o ambiente ecológico da família, nomeadamente os seus subsistemas ecológicos.

Subsistemas Ecológicos	Pessoas/Instituições
Microsistema (ambiente imediato da família. Inclui relações pessoais, nas quais a influência é interactiva).	
Mesosistema (interacção de vários microsistemas onde a pessoa está inserida. É um sistema de microsistemas).	
Exossistema (ligação entre dois ou mais contextos em que pelo menos num dos contextos a pessoa não está inserida mas que a influencia indirectamente).	

2. Análise do conteúdo verbal

Durante a aplicação do instrumento, os dados recolhidos pela verbalização espontânea durante a sua execução contêm informações importantes que podem ajudar na compreensão da família.

Análise do conteúdo verbal	
----------------------------	--

3. Análise do nível interactivo-emotivo

É importante analisar também a interacção que se produz durante a aplicação do instrumento. Em particular é útil observar os seguintes aspectos:

3.1. Interacção familiar

3.1. Interacção familiar	
Aspectos comportamentais	
Aspectos emotivos	
Estilos na interacção	
Atribuição de papéis	
Tipo de relação	
Empatia	
Mecanismos de defesa	
Outras observações	

3.2. Utilização espontânea do instrumento

A utilização espontânea do instrumento diz respeito à forma como o casal ou a família é capaz, diante dos restantes familiares, a sua relação recíproca. Neste nível regista-se o grau de liberdade da família em colher e comentar alguns aspectos relacionais do desenho como produto conjunto e o grau de fluidez na relação familiar.

Grau de liberdade da família (de recolher e de comentar diante de outros familiares, alguns aspectos relacionais do desenho)	
Fluidez na relação familiar	

3.3. Modalidade de interpretação das tarefas

É importante analisar a capacidade da família realizar as tarefas de uma forma individual ou conjunta.

Tarefa individual (cada membro da Família realiza o seu desenho de forma separada).	
Tarefa conjunta (a família observa-se reciprocamente e em qualquer modo utilizado, reconhecendo parte do próprio desenho, consultam-se para decidir como e o que desenhar).	

3.4. Utilização de elementos gráficos

Neste nível, é igualmente importante analisar o processo de construção do desenho.

Processo de construção do desenho	
-----------------------------------	--

5. Análise do nível reflexivo

Um indicador importante provém da observação da capacidade ou incapacidade que a família tem para comentar o seu próprio desenho.

Análise do nível reflexivo	
----------------------------	--

6. Síntese dos resultados

É importante, no final, o investigador fazer uma síntese dos resultados, formando um quadro geral da relação entre a família e o seu contexto social.

Síntese dos Resultados	
------------------------	--

7. Ressonâncias pessoais do investigador

Ressonâncias pessoais do investigador	
---------------------------------------	--

Anexo XX – Grelha de Análise do Ecomapa, Versão Individual

Grelha de Análise: Ecomapa (Versão Individual)

Universidade Católica Portuguesa – Braga

Elaborado por Costa, S. (2012)

Nome do avaliador: _____ Caso: _____

Data de realização: _____ Data de análise: _____

Apresentação da grelha

A presente grelha divide-se em seis partes, que correspondem aos diferentes níveis de análise:

8. Análise dos dados da família: caracterização da família, os membros que são representados e a qualidade das relações entre si.
9. Análise dos elementos gráficos: análise dos elementos gráficos que surgem no desenho, mais concretamente, os elementos que fazem parte do contexto social (família alargada, amigos, *hobbies*, instituições, serviços), a sequência dos membros representados, os membros que acrescenta nos círculos vazios e os círculos que acrescenta.
10. Análise da qualidade das relações e os membros do contexto social: em que se deve observar quais são as instituições/ pessoas com que a família possui uma relação forte, débil ou stressante e o fluxo de energia.
11. Análise **verbal** dos dados recolhidos pela verbalização espontânea durante a execução do desenho, se é capaz de utilizar o que emerge do desenho, acerca das suas próprias relações e da própria posição em relação ao contexto social, utilizando o conteúdo gráfico do instrumento para comentários, explicações e associações livres que podem abrir temas imprevistos ou aprofundar temas já conhecidos.
12. Análise do nível **reflexivo**: Observar se a pessoa é capaz de utilizar o conteúdo gráfico e o que emerge do desenho, para comentários, explicações e associações livres que podem abrir temas imprevistos ou aprofundar temas já conhecidos.
13. Síntese dos resultados
14. Ressonâncias internas do investigador.

1.1. Avaliação global:

Na análise dos dados do instrumento, é conveniente ter em conta a primeira impressão que nos suscita a observação do desenho. Deve-se observar os espaços preenchidos e os espaços vazios, que elementos do contexto social são representados, as relações entre cada membro da família e o contexto social e o seu fluxo de energia. Posteriormente deve-se pensar numa frase ou metáfora para dar um título geral ao desenho, de forma a registar esta primeira impressão.

Primeiras impressões	
Título do desenho	

1.2. Análise dos dados da família

Numa fase seguinte, é importante fazer uma caracterização da família, que membros são representados e a qualidade das suas relações.

Caracterização da família (constituição da família)	
Qualidade das relações entre os membros da família	
Outras observações	

1.3. Legenda do Desenho

Na aplicação do Ecomapa, podem ser utilizadas várias cores pelo sujeito. Na análise, para uma melhor identificação deve-se identificar que cores foram utilizadas por cada membro da família e outras cores para representar outras informações importantes.

As diferentes cores utilizadas para representar os membros da família e outras informações importantes					

1.4. Análise dos elementos gráficos do desenho:

Após a caracterização da família, convém observar e descrever com mais pormenor cada um dos elementos gráficos do desenho, especialmente:

Indicadores								
Serviços de Saúde								
Igreja								
Família Alargada								
Hobbies	Individual				Familiar			
Amigos								
Escola								
Emprego								
A sequência dos elementos desenhados, a ordem pela qual cada elemento foi colocado	1		7		13		19	
	2		8		14		20	
	3		9		15		21	
	4		10		16		22	
	5		11		17		23	
	6		12		18		24	
Na construção do desenho, que elementos acrescenta nos círculos vazios.								
Na construção do desenho, que círculos acrescenta.	1		5		9		13	
	2		6		10		14	
	3		7		11		15	
	4		8		12		16	

1.5. Análise da qualidade da relação entre o sujeito e os elementos do contexto social

Seguidamente, deve-se analisar as relações entre o sujeito e os elementos do seu contexto social, especificando com que elementos possui uma relação forte, débil e stressante.

Relações fortes	
Relação débil	
Relação Stressante	

1.6. Análise do fluxo de energia entre o sujeito e os membros do seu contexto social

Por fim, deve-se analisar o fluxo de energia entre o sujeito e os membros do seu contexto social, especificando se existe reciprocidade ou unidireccionalidade na relação.

	Sujeito → Pessoas/Instituições	Pessoas/Instituições → Sujeito
Energia Unidireccional		
Energia Bidireccional		

1.7. Análise dos subsistemas ecológicos

Por fim, analisa-se o ambiente ecológico da família, nomeadamente os seus subsistemas ecológicos.

Subsistemas Ecológicos	Pessoas/Instituições
Microsistema (ambiente imediato da família. Inclui relações pessoais, nas quais a influência é interactiva).	
Mesosistema (interacção de vários microsistemas onde a pessoa está inserida. É um sistema de microsistemas).	
Exossistema (ligação entre dois ou mais contextos em que pelo menos num dos contextos a pessoa não está inserida mas que a influencia indirectamente).	

2. Análise do conteúdo verbal

Durante a aplicação do instrumento, os dados recolhidos pela verbalização espontânea durante a sua execução contem informações importantes que podem ajudar na compreensão da família.

Análise do conteúdo verbal	
----------------------------	--

3. Análise do nível interactivo-emotivo

É importante analisar também a interacção que se produz durante a aplicação do instrumento. Em particular é útil observar os seguintes aspectos:

Aspectos Comportamentais	
Clima Emotivo	
Mecanismos de defesa	
Processo de construção do desenho	

5. Análise do nível reflexivo

Um indicador importante provém da observação da capacidade ou incapacidade que a família tem para comentar o seu próprio desenho.

Análise do nível reflexivo	
----------------------------	--

6. Síntese dos resultados

É importante, no final, o investigador fazer uma síntese dos resultados, formando um quadro geral da relação entre a família e o seu contexto social.

Síntese dos Resultados	
------------------------	--

7. Ressonâncias pessoais do investigador

Ressonâncias pessoais do investigador	
---------------------------------------	--

